

VERÔNICA ROCHA BONFIM

**CONFLITOS, PARTICIPAÇÃO E LIÇÕES APRENDIDAS NO PROCESSO
DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO
(PESB), MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2006

VERÔNICA ROCHA BONFIM

**CONFLITOS, PARTICIPAÇÃO E LIÇÕES APRENDIDAS NO PROCESSO
DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO
(PESB), MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 22 de setembro de 2006.

Prof. Gumercindo Souza Lima
(Co-Orientador)

Prof.^a Sheila Maria Doula
(Co-Orientadora)

Prof. Ivo Jucksch

Prof. Claudenir Favero

Prof. Elias Silva
(Presidente da Banca)

Dedico:

À minha família: minha mãe Maria, meu pai Olivaldo, minhas irmãs Wanessa, Vivianne e Virgínia, meu irmão Luiz Cláudio, meus sobrinhos Maria Cristina e Fred e minha companheira Daniela, por me ensinarem todos os dias sobre o dom maior da vida.

Às minhas famílias de Viçosa, Ponte Nova e da Serra do Brigadeiro pelo lar, pelo abraço, pelos laços.

A Chico Mendes (em memória), Jacques Cousteau (em memória), CTA-ZM, agricultores e agricultoras da Zona da Mata mineira, com os quais tenho aprendido sobre o amor e o respeito à vida e ao meio ambiente.

*“A gente não quer um meio ambiente, a gente quer o ambiente inteiro.”
(Seu Neném, agricultor familiar e liderança em Araponga, MG)*

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a vida e guiar meus passos. Aos meus pais Maria e Olivaldo pelo amor, dedicação, cuidado, respeito, exemplo e apoio. À minhas irmãs, irmão e sobrinhos pelo amor incondicional. À Daniela por estar sempre por perto. Ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) pelo apoio financeiro e metodológico à pesquisa. À Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV pela bolsa concedida ao estagiário da pesquisa, por meio do projeto “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB: participação e conflito no processo de criação e implantação de uma unidade de conservação de proteção integral na Zona da Mata de Minas Gerais”. Ao CTA-ZM pela oportunidade de aprendizado inesgotável, pelo exemplo de história e projeto de vida, pelo apoio e carinho. Às irmãs Renata e Daninha e meus amigos de Viçosa, de ontem, de hoje, de sempre: Flavinha, Renatinha, Cassinha, Mara, Rita Márcia, Jerusa, Marcela, Fernanda, Zilda, Helton, Irene; República Hangar 1: Luca, Salete, Nelci, Rita e Paula; Cor, Miri, Clauclau, Luzinha, Lana, Eliana, Sissi, Ricardo, Oscar, Du, amigos da Odara, amigos do Rasta Joint, amigos da Capoeira Alternativa, Juju, Dora, Marcinha, Glauco, Fernanda, Ferrari, Cacá, Oswaldinho, Serginho, Jaque, Marluce, Dê, Breno, Robertinha, Flávia, Si, Beth, Lelena, Mirts, aos amigos de caminhada... Ao estagiário da sistematização Heitor Levi Praça, pela dedicação e disposição em aprender junto comigo. Aos professores de campo e de sala de aula: Neném, Afonso, Irene, Cacá, Anôr, Ivo, Willer, Guiga, Paulão, Elias, Sheila e Gumercindo por apontarem os vários caminhos. Às famílias da Serra do Brigadeiro por me acolherem no lar e no coração. Aos participantes da sistematização: João Carlos Lima de Oliveira (IEF-MG); Eugênio Alvarenga Ferrari, Romualdo José de Macedo, Sérgio Silva Abrahão e Glauco Régis Florisbelo (CTA-ZM); Paulo Sérgio Ferreira Neto (consultor ambiental convidado); Teresa Aparecida Gomes (STR Miradouro); João Batista da Silva (STR Carangola); Niuton Teotônio Lopes e Afonso Lopes (STR Araponga); Braz Cosenza (CECO, UEMG/FAFILE); Wantuelfer Gonçalves e Gumercindo Souza Lima (CMCN, DEF/UFV); Renato Feio (DBA/UFV); Prof.º Elmar Alfenas Couto (professor convidado); Willer Barbosa (DPE/UFV); Ivo Jucksch (DPS/UFV);

Guilherme Barcellos Gjørup (consultor ambiental convidado); comunidades rurais da Serra do Brigadeiro (Pereiras, Laia, Boné, Nenés, Tromba d'Anta; Serra das Cabeças e Sapé). Ao professor e amigo Guido Assunção Ribeiro pelo apoio, carinho e orientação. Aos professores, colegas e funcionários do Departamento de Engenharia Florestal e Universidade Federal de Viçosa pela oportunidade concedida.

BIOGRAFIA

VERÔNICA ROCHA BONFIM, filha de Olivaldo Santos Bonfim e Maria Rocha Bonfim, nasceu em 08 de agosto de 1974, na cidade de Ubatã, BA.

Concluiu o 1º e 2º graus na cidade de Itabuna-BA, ingressando no curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa em março de 1992. Graduou-se Engenheira Florestal em dezembro de 1997.

Foi bolsista de aperfeiçoamento do Departamento de Fitopatologia da Universidade Federal de Viçosa durante o ano de 1998, atuando na área de Controle Biológico de Doenças de Plantas.

Em abril de 1999 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, em nível de Mestrado, na Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de tese em março de 2001.

Em agosto de 2001 ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, em nível de Doutorado, na Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se à defesa de tese em setembro de 2006.

Foi técnica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2001, exercendo atividades nas áreas de paisagismo; produção de mudas de espécies nativas e ornamentais e; fiscalização ambiental. Entre 2001 e 2005 foi técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) coordenando o Programa de Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro (2001-2003) e o Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Serra do Brigadeiro (2003-2005).

Em 2006 começou a atuar como consultora na área sócio-ambiental, conciliando à sua carreira musical.

SUMÁRIO

	página
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xiii
1. INTRODUÇÃO GERAL.....	01
1.1 Sistematização participativa da experiência de criação do PESB.....	03
1.2 O objeto da sistematização (o quê sistematizar?).....	03
1.3 O objetivo geral da sistematização.....	04
1.3.1 Os objetivos específicos.....	04
1.4 Hipóteses.....	04
Capítulo 1	06
AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: DE ONDE VIERAM, PARA ONDE IRÃO?.....	06
Capítulo 2	17
HISTÓRICO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB).....	17
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	18
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
3.1 O Processo de ocupação colonial da região e a Mata Atlântica.....	27
3.2 A proposta original e o processo de criação do PESB.....	33
4. CONCLUSÕES.....	50
Capítulo 3	52
METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB).....	52
1. INTRODUÇÃO.....	52
1.1 O que é sistematizar?.....	52
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	59
2.1 Informações sobre a área de estudo.....	59
2.2 Metodologia de ação.....	60
2.2.1 Planejamento da sistematização.....	60
2.2.2 Levantamento e organização de dados secundários.....	61
2.2.3 Levantamento de dados primários, destaque e comparação dos fatores e agentes intervenientes.....	61
2.2.4 Organização, preparação e realização de encontros intercomunitários.....	63
2.2.5 Análise e destaque de percepções sobre o processo.....	66
2.2.6 Identificação de lições aprendidas.....	66
2.2.7 Elaboração de um plano de difusão.....	68
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	69
3.1 Matriz da sistematização.....	69

3.2 Momentos iniciais.....	70
3.3 Entrevistas e momentos coletivos.....	70
3.4 Resgate histórico e análise.....	71
4. CONCLUSÕES.....	76
Capítulo 4.....	78
PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PESB.....	78
1. INTRODUÇÃO.....	78
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	79
2.1 Levantamento e análise de informações secundárias.....	79
2.1.1 Visitas às organizações envolvidas.....	79
2.2 Levantamento e análise de dados primários (entrevistas)	79
2.2.1 Elaboração de roteiros semi-estruturados para as entrevistas.....	79
2.2.2 Realização de entrevistas.	80
2.3 Tabulação, destaque e análise dos dados.....	81
2.4 Análise dos dados de forma coletiva.....	81
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	83
3.1 As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro.....	83
3.2 Os conflitos.....	86
3.3 A participação social.....	90
3.3.1 Gênero e geração.....	99
3.4 As estratégias utilizadas.....	100
3.4.1 Participação social.....	100
3.4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.....	102
3.5 As articulações interinstitucionais.....	104
3.6 Os impactos da criação e implantação do PESB.....	107
3.7 A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo...	117
4. CONCLUSÕES	124
Capítulo 5.....	128
ENTRE ERROS E ACERTOS: AS LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA.....	128
1. INTRODUÇÃO.....	128
2. MATERIAL E MÉTODOS.....	129
2.1. Elaboração do documento-síntese.....	129
2.2 Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo.....	130
2.3 Leitura do documento-síntese das percepções geradas.....	130
2.4. Identificação de lições.....	131
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	132
3.1 A importância das unidades de conservação.....	132
3.2 Criando um parque.....	133
3.3 Sonhando com o futuro do PESB.....	135
3.4 Lições aprendidas ou recomendações do grupo.....	139
3.4.1 Condições prévias.....	139
3.4.2 Identificando e solucionando conflitos.....	140
3.4.3 Incentivando a participação social.....	140
3.4.4 Atenção para os limites do processo.....	140
3.4.5 Construindo e fortalecendo as parcerias.....	141

3.4.6 Implantação e gestão de forma integrada e participativa.....	141
4. CONCLUSÕES.....	142
Capítulo 6	144
CONCLUSÃO GERAL E RECOMENDAÇÕES.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS	147
ANEXOS	152

SUMÁRIO

QUADROS

	página
Quadro 1 - Crescimento vertical da curva populacional (em número de habitantes) da Zona da Mata entre os anos de 1822 a 1920.....	31
Quadro 2 - A produção cafeeira, em arrobas, na Zona da Mata entre os anos de 1839 a 1900.....	31
Quadro 3 - Semelhanças e diferenças entre avaliação, sistematização e investigação.....	57
Quadro 4 – Modelo de matriz histórica, confeccionada com moradores/as do entorno, sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte das famílias.....	65
Quadro 5 – Matriz da sistematização da experiência de criação do PESB.....	69
Quadro 6 - Principais desencadeadores de conflitos relacionados à experiência do PESB (antes e depois da criação).....	88
Quadro 7 – Tipos de participação e seus respectivos componentes.....	95
Quadro 8 - Principais fatores que contribuíram para dificultar ou impedir a participação social antes, durante e depois da criação do PESB.....	97
Quadro 9 - Os tipos de participação identificados durante a experiência, de acordo com as fases e períodos distintos.....	98

FIGURAS

	página
Figura 1 - Linha do tempo apresentando o histórico de criação e implantação do PESB, incluindo antecedentes históricos e alguns eventos, em âmbito nacional e internacional, relevantes ao tema.....	21
Figura 2 – Lógica do processo de sistematização.....	56
Figura 3 – Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com os 8 municípios confrontantes e suas respectivas áreas dentro do parque.....	60
Figura 4 – Elementos do Diagrama de Venn confeccionado nas entrevistas.....	62

Figura 5 – Plano de difusão da sistematização da experiência de criação e implantação do PESB.....	74
Figura 6 - Diagrama ilustrando a articulação interinstitucional no processo de criação e implantação do PESB.....	105

FOTOS

	página
Foto 1 – Confeção da linha do tempo com os sujeitos da pesquisa.....	26
Foto 2 – Linha do tempo da experiência de criação do PESB.....	26
Foto 3 – Encontros intercomunitários na Serra do Brigadeiro.....	63
Foto 4 – Encontros intercomunitários na Serra do Brigadeiro.....	64
Foto 5 – Confeção da matriz histórica com moradores/as.....	65
Foto 6 – Confeção da matriz histórica com moradores/as.....	66
Foto 7 – Momento de mística e integração entre os participantes do encontro final: lições aprendidas.....	82
Foto 8 – Confraternização do grupo no encontro final: lições aprendidas.....	82
Foto 9 – Organizações governamentais reunidas no encontro final: lições aprendidas.....	131
Foto 10 – Atores sociais reunidos no encontro final: lições aprendidas.....	131
Foto 11 – Organizações não-governamentais reunidas no encontro final: lições aprendidas.....	131

ANEXOS

	página
Anexo 1 – Lista das organizações, nome dos participantes e tipo de participação na sistematização da experiência de criação do PESB.....	152
Anexo 2 – Planejamento geral da sistematização.....	153
Anexo 3 – Roteiro preliminar de planejamento para conversa com técnicos e lideranças.....	158
Anexo 4a – Roteiro para entrevistas com técnicos.....	159
Anexo 4b – Roteiro para entrevistas com moradores e lideranças.....	160
Anexo 5 – Questões elaboradas a partir dos cruzamentos (interrelações) gerados pela matriz de sistematização.....	161
Anexo 6 – Diagramas de Venn confeccionados pelos participantes da sistematização durante as entrevistas.....	163

LISTA DE SIGLAS POR ORDEM ALFABÉTICA

ABCDE – Ambiente Brasil Centro de Estudos
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
AR – Associação Regional dos Trabalhadores Rurais
DBA – Departamento de Biologia Animal
c.p. – comunicação pessoal
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CECO – Centro de Estudos Ecológico e Educação Ambiental
CMCN – Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (atual CBCN – Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável)
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CODEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente
COMBIO – Congresso Mineiro de Biodiversidade
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DBA – Departamento de Biologia Animal
DBV – Departamento de Biologia Vegetal
DEF – Departamento de Engenharia Florestal
DPE – Departamento de Educação
DPS – Departamento de Solos
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
EFA – Escola Família Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA – Estados Unidos da América
FAFILE/UEMG – Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola da Universidade Estadual de Minas Gerais
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
BGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IEF- MG – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IGA – Instituto de Geociências Aplicadas
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG – Organização Não-Governamental
PEIb – Parque Estadual de Ibitipoca
PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
PNAP – Plano Nacional de Áreas Protegidas
PROMATA – Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais
RL – Reserva Legal
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira
SAF – Sistema Agroflorestal
SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UC – Unidade de Conservação
UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

BONFIM, Verônica Rocha, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2006. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG.** Orientador: Guido Assunção Ribeiro. Co-Orientadores: Gumercindo Souza Lima e Sheila Maria Doula.

Desde o início de sua história, os parques nacionais foram criados com a finalidade de fornecer às populações urbanas alternativas de lazer e contemplação do ambiente natural. Essa concepção de áreas protegidas, com este fim, vem desde o século passado, tendo início nos Estados Unidos da América (EUA). O modelo norte-americano de criação de unidades de conservação vem sendo questionado desde então, pois traz à tona a discussão sobre uma visão utilitária e fragmentada da natureza, quando não considera o ser humano como parte integrante da mesma. Este modelo serviu de exemplo à diversas iniciativas no Brasil, até que o país passasse a elaborar o seu próprio, voltado à sua realidade. O sistema brasileiro de unidades de conservação avançou muito nesse sentido. Entretanto, o histórico de criação de unidades de conservação, cuja categoria corresponde à proteção integral tem causado, historicamente, conseqüências negativas devido a uma série de fatores que são desconsiderados ao longo do processo. Devido ao conjunto de fatores, diversos conflitos de ordem social surgiram, questionando a forma de criação, implantação e gestão dessas unidades de conservação. O presente estudo buscou elaborar uma discussão sobre a forma como as unidades de conservação de proteção integral, especificamente a categoria parque, vêm sendo concebidas historicamente no Brasil e sugerir alternativas para esses modelos. Para tanto, a presente pesquisa apresenta

como estudo de caso, uma análise da experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em todo o seu contexto (histórico, técnico, processual e metodológico), realizada a partir da sistematização participativa desta experiência. Trata-se de um estudo qualitativo, comparativo e descritivo, inserido no âmbito da pesquisa participante. A área de abrangência do estudo compreende o PESB e seu entorno. O PESB foi criado em 1996 a partir de um processo histórico envolvendo diferentes organizações, com o objetivo de manter preservado um considerável fragmento do bioma Mata Atlântica na região. O órgão gestor, responsável por sua administração, é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). Após dez anos de sua criação essa experiência foi sistematizada, junto com alguns dos principais atores (sociais e institucionais) envolvidos. O objetivo central da sistematização foi identificar os aprendizados acumulados ou as lições aprendidas por esse grupo de atores, para que as mesmas possam contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão no PESB, a partir da participação social e com outros processos semelhantes. A partir desse estudo foi possível: realizar o resgate e registro do histórico da criação do PESB; promover troca de experiências entre os participantes; contribuir com o debate e reflexões entre os envolvidos sobre a experiência vivida pelos mesmos; levantar percepções dentro de diferentes temas pertinentes à análise e identificar um conjunto de lições acumuladas por esses atores, acerca da experiência vivida, que podem contribuir com a perspectiva de implantação e gestão desta unidade de conservação, de forma integrada e participativa e com outras experiências semelhantes, em curso no Brasil.

ABSTRACT

BONFIM, Verônica Rocha, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September 2006.
Conflicts, participation and lessons learned from the creation's process of the Serra do Brigadeiro State Park (PESB), MG. Adviser: Guido Assunção Ribeiro. Co-Advisers: Gumercindo Souza Lima and Sheila Maria Doula.

Since the beginning of their history, national parks were created to provide the urban populations with alternatives for recreation and contemplation of the natural environment. The conception of protected areas with this purpose has been established since the last century, beginning in the United States of America (USA). The American model for the establishment of protected areas has been questioned ever since its creation, as it raises the issue on an utilitarian and fragmented view of nature, while not considering human beings as an integral part of it. This model was used in several initiatives in Brazil until the country started drawing up its own versions, based on its reality. The Brazilian system of conservation units has advanced greatly in this sense. However, the creation of strict protection conservation units has historically brought negative consequences due to a number of factors that have not been considered along the process. These factors raised several social conflicts that questioned the model of creation, implementation and management of these units. The present study sought to discuss the model upon which the strict protection conservation units, specifically the category Park, have been historically conceived in Brazil, and to suggest alternatives to such models. In this way, we present a case study using an analysis of the experience of creation of

the Serra do Brigadeiro State Park (PESB) in all its aspects (historical, technical, procedural and methodological), starting from the participatory systematization of this experience. It is a qualitative, comparative and descriptive study, within the ambit of participatory research. The study area comprises the PESB and its surroundings. The PESB was created in 1996 through a historical process involving different organizations to preserve a considerable fragment of the Atlantic forest biome in the area. The regulatory agency in charge for its management is the Forest State Institution of Minas Gerais (IEF/MG). Ten years after its creation this experience was systematized, together with some of the main involved actors (social and institutional). The main objective of the systematization was to identify the accumulated knowledge or the lessons learned by the group of actors, so they can contribute to the consolidation of a process of creation, implementation and management of PESB, using the social participation and other similar processes. This study enabled us to recover and record the history of PESB creation; promote experience exchange among the participants; contribute to the debate and reflections on their lived experiences; to raise perceptions of different themes pertinent to the analysis, and to identify a set of lessons learned by the actors, concerning the lived experience, that can contribute to the implementation and management of this conservation unit, in an integrated and participatory way along with other similar existing experiences in Brazil.

1. INTRODUÇÃO GERAL

O acelerado processo de degradação ambiental coloca em risco não só a manutenção da diversidade biológica, mas também da diversidade sócio-cultural dos povos que habitam este planeta. Isso traz para o centro do debate ambiental, a conservação da sócio biodiversidade como condição primordial para a perpetuação da vida na terra.

Especialmente em países de terceiro mundo a criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias adotadas para promover a conservação da natureza. Desse modo, as unidades de conservação vêm assumindo importante papel na conservação e/ou preservação da diversidade biológica no planeta, além de serem um grande atrativo pela beleza cênica.

Essa percepção acerca do ambiente natural, voltada para a preservação não é algo recente e está associada, também, à uma visão utilitária das populações humanas urbanizadas sobre a natureza. A concepção de áreas protegidas, com este fim, vem desde o século passado, tendo início nos Estados Unidos da América (EUA). Desde então, surgiu o conceito de natureza intocável e a necessidade de criação de áreas protegidas da ação antrópica, as quais seriam utilizadas com objetivos restritos à contemplação e lazer.

Atualmente, existem pelo menos duas correntes de debate, nas quais essa discussão está inserida e refletem as contradições ambientais existentes acerca do tema: a conservacionista e a sócio-ambientalista. Por um lado, as diferentes concepções e visões a respeito da relação ser humano e meio ambiente determinam conceitos distintos entre preservar (manter em estado natural e isolado da ação humana) e conservar (utilizar sem destruir; admite-se o ser humano como componente integrado a esse ambiente). Da mesma forma, existem grupos organizados que atuam de maneira distinta no contexto do Movimento Ambientalista no Brasil: organizações com enfoque mais conservacionista e organizações com enfoque mais sócio-ambientalista.

O modelo norte-americano de criação de unidades de conservação serviu de exemplo às diversas iniciativas no Brasil, até que este passasse a elaborar o seu

próprio modelo, voltado à sua realidade. O sistema brasileiro de unidades de conservação avançou muito nesse sentido. Entretanto, o histórico de criação e implantação dessas áreas, cuja categoria corresponde à proteção integral tem causado, historicamente, conseqüências negativas devido a uma série de fatores que são desconsiderados ao longo do processo. Alguns dos principais fatores são:

- Falta de consulta popular precedendo a criação, ou seja, o processo surge com algo externo, não partindo de uma reflexão coletiva interna ao local;
- Pouco ou nenhum conhecimento dos órgãos ambientais responsáveis pela criação, sobre a realidade histórico-social das comunidades localizadas na área de abrangência da unidade de conservação a ser criada;
- Dificuldades relacionadas à regularização fundiária, tais como: possíveis desapropriações e morosidade nas indenizações;
- Perda do vínculo da população com o lugar de origem, quando desapropriada;
- Ausência de programas e ações voltados às alternativas para suprir as demandas das comunidades rurais pelo uso dos recursos naturais;
- Dispositivos de restrição e punição quanto ao uso dos recursos naturais, aplicados de modo mais urgente que as alternativas para o suprimento das demandas das comunidades locais em relação ao mesmo;
- Não inclusão da população do entorno nos debates e espaços de decisão, desconsiderando a importância da participação social e a capacidade de contribuição dessas populações nas estratégias de conservação;

Devido a esse conjunto de fatores diversos conflitos, de ordem social, surgiram questionando a forma de criação, implantação e gestão dessas áreas.

Longe de questionar a importância, cada vez mais urgente, da existência de áreas naturais protegidas o presente estudo buscou elaborar uma discussão sobre a forma como as unidades de conservação de proteção integral, especificamente a categoria parque, vêm sendo concebidas historicamente no Brasil e sugerir alternativas para esses modelos. Para tanto, a presente pesquisa apresenta como estudo de caso, uma análise da experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), na Zona da Mata de Minas Gerais, em todo o seu contexto (histórico, técnico, processual e metodológico). A análise foi realizada a partir da

sistematização participativa¹ desta experiência que ocorreu entre os anos de 2005 e 2006.

1.1 Sistematização participativa da experiência de criação do PESB

Na presente sistematização tomou-se o cuidado de não fazer desta algo muito abrangente em termos de conteúdo, já que a experiência em questão tem mais de dez anos. Optou-se por fazer um estudo coerente com o suporte disponível, sem deixar de suprir as demandas colocadas e os principais eixos temáticos. Desse modo, foram levantados alguns dos principais fatores que motivaram a sistematização como forma de orientar o planejamento, delineamento e execução, quais sejam:

- A necessidade de resgate e registro da experiência;
- A contribuição para uma gestão participativa no parque;
- Uma melhor compreensão sobre o papel de cada ator na gestão do parque;
- A identificação de pontos positivos e negativos no decorrer da experiência;
- A contribuição da experiência aos processos tradicionais de criação de unidades de conservação de proteção integral;
- O levantamento dos principais conflitos existentes entre o PESB e o entorno;
- A contribuição da sistematização influenciando políticas públicas em áreas protegidas;
- A consolidação da experiência como uma referência nacional na criação de unidades de conservação de proteção integral;
- A contribuição da sistematização influenciando a população do entorno para a participação no processo de implantação e gestão do PESB;
- A contribuição da sistematização no debate sobre o envolvimento do entorno como condição primordial para a sustentabilidade das áreas protegidas.

1.2 O objeto da sistematização (o quê sistematizar?)

O objeto da sistematização foi a experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Utilizou-se como recorte temporal o período entre 1993 e 2004.

¹ Entende-se por Sistematização Participativa o processo que vai desde a coleta, organização e estudo dos dados primários e secundários, até a obtenção de conclusões que permita uma análise aprofundada acerca do processo ou experiência que ocorreu e uma reflexão sobre suas lições e/ou aprendizados. Esse processo deve ser conduzido em conjunto com os atores envolvidos (ou os principais) com a experiência e as lições devem subsidiar processos atuais e futuros.

1.3 O objetivo geral da sistematização

O objetivo geral da sistematização foi analisar, de forma participativa, a experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em todo o seu contexto (histórico, técnico, processual e metodológico) para, em conjunto com os atores envolvidos com a experiência, extrair lições aprendidas que possam contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão do PESB a partir da participação social e com outros processos semelhantes.

1.3.1 Os objetivos específicos

Dentro do desenvolvimento do projeto buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Adaptar a metodologia de sistematização para o caso específico;
- Sistematizar a experiência de criação do PESB através de: pesquisa documental e bibliográfica; levantamento de dados primários e secundários; realização de visitas de campo; realização de entrevistas e encontros;
- Resgatar o histórico da experiência de criação do PESB;
- Promover troca de experiência entre os envolvidos;
- Identificar as lições aprendidas junto com os atores envolvidos;
- Elaborar um plano de difusão dos aprendizados e acúmulos relacionados à experiência.

1.4 Hipóteses

Algumas hipóteses foram levantadas orientando a metodologia e o foco do trabalho, de acordo com as demandas. Essas hipóteses abaixo também motivaram o processo de sistematização:

- i)** O processo de criação e implantação do PESB foi participativo;
- ii)** Um processo participativo na criação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno;
- iii)** O processo de criação do PESB contribuiu para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro.

O objetivo dessas hipóteses foi orientar a sistematização para esse foco específico de interesse, que é comum à experiência como um todo, tendo em vista a visão de futuro e a contribuição desse debate para o manejo e conservação do parque a partir do (des) envolvimento do seu entorno.

O estudo está apresentado em capítulos. Sendo assim, segue uma breve descrição a respeito:

- Capítulo 1: traz uma revisão sobre as unidades de conservação de proteção integral, discutindo os modelos tradicionais de criação e implantação dessas áreas e suas implicações sociais;
- Capítulo 2: apresenta o estudo de caso, trazendo um resgate histórico da experiência de criação do PESB. Através de técnicas participativas foi possível resgatar, em conjunto com alguns dos principais atores sociais e institucionais, (estes últimos divididos entre poder público e sociedade civil organizada) envolvidos com a experiência, os eventos mais significativos ocorridos ao longo de um período pré-determinado (de 1993 a 2004);
- Capítulo 3: descreve a metodologia utilizada para a sistematização da experiência, contextualizando a área de estudo e todas as etapas, incluindo o planejamento inicial, a elaboração e adaptação metodológica;
- Capítulo 4: apresenta uma análise acerca do processo de criação do PESB. São destacadas as principais percepções, obtidas a partir da presente pesquisa, dentro de temas selecionados pela sistematização pertinentes ao debate. Este conjunto de dados foi apresentado e discutido com todos os envolvidos.
- Capítulo 5: apresenta as lições aprendidas pelos envolvidos. São recomendações desse grupo, fruto da experiência vivida pelo mesmo e que tem como objetivo orientar a continuidade do processo de implantação e gestão do PESB, bem como outros processos de criação, implantação e gestão de unidades de conservação.
- Capítulo 6: traz as conclusões gerais e recomendações da pesquisa.

Capítulo 1

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: DE ONDE VIERAM, PARA ONDE IRÃO?

O presente capítulo apresenta uma breve revisão de literatura e discussão acerca do histórico das unidades de conservação, como surgiram, onde e por quê. A partir dessa revisão o presente estudo propõe uma análise crítica a respeito, não da importância dessas áreas naturais, mas, sobretudo, da forma como estas foram sendo concebidas historicamente no mundo.

Alguns autores têm se debruçado em resgates sobre a origem das unidades de conservação discutindo como, onde e com que propósito surgiram:

“No início, essas áreas de grande beleza cênica foram destinadas, em especial, ao desfrute da população das cidades norte-americanas que, estressadas pelo ritmo crescente do capitalismo industrial, tentavam encontrar no mundo selvagem a ‘salvação da humanidade’, conforme a visão romântica e transcendentalista de seus propositores, entre eles John Muir e Thoreau. Predominava, portanto, uma visão estética da natureza, cuja difusão muito se credita a filósofos e artistas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 15).

Milano (1999) citado por LIMA (2003), resgata:

“Os movimentos mais amplos voltados para a proteção de áreas naturais como espaços de uso público parecem ter surgido apenas no período da Revolução Industrial, decorrente possivelmente, do incremento no número de pessoas em rotinas exaustivas de trabalho fabril que demandavam por espaços para recreação ao ar livre” (LIMA, 2003, p. 10).

Conforme OLIVEIRA (2000), os parques e as reservas constituem-se importantes estratégias para conservação da biodiversidade, objetivando, com sua implantação a preservação de amostras representativas da fauna e flora, além de serem verdadeiros cartões-postais das belezas e riquezas de um país.

A partir dessa lógica começaram a surgir e tomar força, principalmente nos Estados Unidos da América (EUA), movimentos de proteção da natureza de forma

mais ampla, incorporando a essas áreas, além da função de recreação e fornecimento de recursos, uma outra dimensão: conservacionista e/ou preservacionista.

O marco moderno para o estabelecimento de áreas naturais protegidas é a criação do *Yellowstone National Park*, em 1872 nos EUA (MILANO, 2002), reconhecida como a primeira unidade de conservação criada no mundo. Segundo Miller (1997) citado por LIMA (2003), este parque é o melhor símbolo desse marco por preservar o esplendor cênico, a significação histórica e o potencial de lazer para os americanos. LIMA (2003), afirma ainda que os EUA têm, até hoje, apresentado como principal objetivo para criação de unidades de conservação, a proteção da beleza cênica e o uso público destas áreas com fins de recreação e lazer.

Percebe-se na origem das unidades de conservação uma visão utilitária e antropocêntrica em relação às mesmas. Sob todos os aspectos mencionados anteriormente, pode-se notar que os objetivos iniciais estavam sempre associados ao bem-estar da população e para a utilização pela mesma. Esta população, vale mencionar, pertencente à uma elite social americana de uma sociedade, cujo período denunciava o caráter consumista e um modo de vida insustentável ambientalmente, decorrente do capitalismo emergente.

Muitos países aderiram à iniciativa norte-americana criando parques e outras áreas protegidas, dentre eles, o Brasil. Entretanto, a criação da primeira unidade de conservação em nosso país se deu apenas em 1937 com o Parque Nacional do Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, 65 anos após a criação do primeiro parque nos EUA. Antecedendo a criação desta unidade de conservação em 1937, foi proposto já em 1876 pelo engenheiro André Rebouças, a criação de uma área protegida na Ilha do Bananal e outra em Sete Quedas, constituindo-se as primeiras iniciativas para criação de uma unidade de conservação no Brasil (KANIAK, 1990; PÁDUA, 1997; LIMA, 2003).

LIMA (2003) ressalta que, num período de 26 anos, o principal objetivo da proteção dessas áreas era garantir os recursos naturais nela contidos. Em diversos países isso ocorreu sob diferentes aspectos e com o passar do tempo os objetivos dessas áreas foram assumindo contornos mais amplos, passando a ter efeitos inovadores também nos países europeus como a Suíça que, em 1914, estabeleceu seu primeiro parque para fins científicos. O autor cita o exemplo da África do Sul, onde a criação do *Kruger National Park* ainda em 1898 foi originada por razões que se fundamentavam na necessidade de criação de condições para a recuperação de

populações animais que vinham sendo indiscriminadamente massacradas pela ação humana.

Segundo MILANO (2002) da criação do *Yellowstone National Park*, em 1872 até a criação do *Kruger National Park* em 1898, o principal objetivo do estabelecimento das áreas protegidas era garantir que os recursos naturais locais², especialmente as paisagens de grande expressão, deveriam permanecer em estado original para usufruto da população presente e futura. Entretanto, a criação do parque sul-africano se fundamentou numa preocupação com a preservação da fauna local.

Os cientistas passaram a exercer importância cada vez maior na definição dessas áreas no começo do século XX, como afirma Larrère (1970) citado por DIEGUES (2001). Especialmente cientistas ligados às ciências naturais, uma vez que, segundo a visão prevalecente tratava-se de proteger o mundo natural da ação do homem. O autor complementa ainda, que até mesmo a teoria dos ecossistemas, apesar dos esforços de cientistas naturais como Eugene P. Odum, não escapou da tendência de considerar os humanos exteriores aos ecossistemas, passando a se preocupar com áreas chamadas ‘naturais virgens’.

Mas, não só os objetivos como as definições a respeito das áreas protegidas, foram se ampliando ao longo do tempo e o debate, inicialmente conservacionista, começou a incorporar outros elementos.

DIEGUES (2001) afirma que nesse período, destacou-se nos EUA o desempenho de Aldo Leopold, cientista graduado em ciências florestais, que se tornou administrador de parques nacionais, embora tivesse uma visão abrangente sobre o uso da terra. Ele afirmava:

“Uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica, que inclui o solo, a água, a fauna e flora e também as pessoas” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.16).

² O MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES (2004), destaca que o termo ‘recurso’ advém do capitalismo industrial datado aproximadamente de 1800 e que em vários lugares do mundo as populações, de modo geral, não vêem as árvores, a água, a terra, as sementes como recursos. São bens comuns utilizados na alimentação, habitação, medicação etc., não como matéria-prima para um mercado industrial. Por outro lado, o termo ‘natural’ pressupõe, para o mesmo autor, uma forma industrial particular, determinada historicamente, de separar os seres humanos (“não naturais”) da natureza.

JORDAN (1995) também cita a influência de Leopold na metade do século XX quando este passa a tratar da relação entre humanos e natureza. O autor complementa que em seu trabalho intitulado “*The land ethic*”, Leopold considera três fases no desenvolvimento da ética humana: (1) relação entre os indivíduos; (2) a relação entre indivíduo e sociedade; e (3) a relação dos indivíduos com a terra e os animais e plantas que crescem nela.

Alguns autores têm discutido sobre a função das unidades de conservação para justificar sua existência. LIMA (2003) citando Camargo (2001), diz que até a década de 60, o argumento predominante para a criação dessas áreas estava atrelado ao valor simbólico das mesmas. Simbologia vinculada às questões estéticas e recreativas. Segundo este autor a partir da década de 70, a concepção de tais áreas passa por uma transformação substancial, fruto dos debates sobre a questão ambiental no Brasil e no mundo.

LIMA (2003) afirma que ao longo do tempo, entre um período correspondente entre a criação das primeiras áreas naturais até o momento presente, as preocupações com a conservação da natureza foram sofrendo mudanças, transcendendo o conceito original de área silvestre, pois além de preservar belezas cênicas e bucólicos ambientes históricos para as gerações futuras, as áreas protegidas assumiram objetivos tais como: proteção de recursos hídricos; manejo dos recursos naturais; desenvolvimento de pesquisas científicas; manutenção do equilíbrio climático e ecológico e preservação de recursos genéticos.

As unidades de conservação constituem-se categorias específicas de áreas protegidas e, de acordo com BRASIL (2004), compreendem espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplica garantias adequadas de proteção.

O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), instituído em 2000 através da Lei 9.985, divide as unidades de conservação em dois grupos: proteção integral e uso sustentável dos recursos, cada qual com objetivos distintos para a criação dessas áreas. Esse sistema, aprovado após 08 anos de tramitação no Congresso Nacional e muito envolvimento da sociedade, é duramente criticado por alguns autores por ter sido influenciado pelo modelo norte-americano do sistema de unidades de conservação, especialmente no que diz respeito às áreas de proteção

integral. Nestas áreas só é permitido o uso indireto dos recursos naturais e a presença humana é considerada incompatível com a manutenção da conservação da biodiversidade. Os parques (municipais, estaduais e nacionais) se inserem nesse grupo.

Segundo BONFIM (2001), a criação de unidades de conservação de proteção integral, como os parques (principalmente nacionais e estaduais), têm causado conflitos, especialmente relacionados à fatores de ordem sócio-econômica, para as populações do entorno ou residentes nessas áreas. Tais conflitos rebatem de modo negativo para a conservação da própria unidade. Entretanto, o SNUC contém avanços significativos especialmente na incorporação do aspecto social na criação e gestão dessas áreas, principal aspecto que o difere do sistema norte-americano.

O projeto do SNUC foi amplamente discutido em várias capitais do Brasil sendo que uma das preocupações relacionava-se à fragilidade do Governo na gestão dessas áreas, demandando uma descentralização e uma maior participação da sociedade nesse contexto (GABEIRA, 1996).

A participação social é recomendada em todas as fases do processo, assegurando à população local o direito de participar efetivamente da criação, implantação e gestão das unidades de conservação (LIMA, 2003). Ainda que na prática isso se constitua um exercício com diferentes entendimentos e aplicações por parte dos órgãos ambientais responsáveis, a consulta pública é obrigatória em todas as categorias, exceto para duas: Estação Ecológica e Reserva Biológica.

Outro avanço do SNUC, segundo LIMA (2003), é o reconhecimento das populações tradicionais³, ainda que de forma restritiva, uma vez que concedem às mesmas o direito de permanecerem integradas à apenas duas categorias de unidades de conservação, a Reserva Extrativista e a Reserva do Desenvolvimento Sustentável.

Segundo DIEGUES; ARRUDA (2001) no fim dos anos 60, os ecologistas preservacionistas, propositores dos parques sem moradores, acharam forte aliado filosófico na emergente ecologia profunda que, com uma visão biocêntrica, afirma que a natureza deve ser preservada, independente da contribuição que possa trazer os

³ No SNUC foi vetado o artigo que trata conceitualmente das populações tradicionais. DIEGUES; ARRUDA (2001) distinguem dois grupos em relação ao tema: populações tradicionais indígenas e populações tradicionais não-indígenas, destacando-se neste último, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas. Para SANTILLI (2002), referindo-se à definição proposta durante as discussões do SNUC, são aquelas populações que vivem em estrita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sócio-cultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

seres humanos. Complementa o autor, que a necessidade da expansão do modelo dominante de parques nacionais e de controle da população, cujo crescimento é tido como o maior fator de destruição da natureza, passou a fazer parte do dogma da ecologia profunda, que encontrou nos EUA terreno propício para sua propagação. Uma ciência surgida nos EUA, denominada ‘biologia da conservação’ também influenciou fortemente essa visão preservacionista na década de 80.

Essa concepção de áreas protegidas começou a ser questionada a partir do surgimento de conflitos relacionados. Segundo DIEGUES; ARRUDA (2001) a implantação de áreas protegidas na África, Ásia e América Latina, a partir das primeiras décadas do século XX, começou a gerar fortes conflitos de ordem social e cultural junto às populações locais, conflitos esses que se agravaram na década de 70, quando essas comunidades locais/tradicionais começaram a se organizar, em muitos casos, passaram a resistir à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais como quer o modelo preservacionista.

Segundo DIEGUES (1996) de acordo com esse modelo, o ser humano era considerado intrinsecamente destruidor da natureza, independente das formações sociais em que está inserido. Modelo este que, segundo o mesmo autor, foi exportado para o mundo a partir de uma situação histórico-social específica dos EUA, quando ocorria uma ocupação desordenada do território norte-americano e uma urbanização intensa no período de rápida expansão capitalista em meados do século passado. Os parques nacionais foram então estabelecidos como “ilhas” onde a natureza selvagem, apartada das cidades, pudesse ser apreciada e até reverenciada pelas populações sofredoras do desgaste da vida moderna. Diante disso, nota-se que as populações tradicionais ou residentes no entorno dessas áreas são consideradas sempre como um problema e nunca como parte integral das soluções possíveis, complementa o autor.

Outros autores têm questionado essa visão preservacionista e analisado em diversos continentes a trajetória histórica dos impactos criados pela implantação dessas áreas protegidas. Impactos de ordem social que acabam por trazer uma consequência inversa à conservação dessas áreas, na medida em que adota um enfoque autoritário desconsiderando ainda, a inclusão social nas diferentes fases do processo e a realidade histórica (social, cultural, ambiental, política e econômica), na qual muitas dessas áreas estão inseridas.

Existem, entretanto, alguns autores que têm defendido a criação de unidades de conservação apoiados, principalmente, em questões preservacionistas, criticando os

que defendem uma relação mais estreita entre os seres humanos e a natureza nessas áreas. Para estes autores, a crítica se baseia especialmente por estes últimos desconsiderarem a ação antrópica negativa sobre a biodiversidade em médio e longo prazo.

Um forte argumento é colocado por MILANO (2002), o qual defende que as áreas naturais protegidas dizem respeito aos espaços territoriais contra a ação humana, ainda que para o benefício humano. Complementa o autor, lembrando que a essência da proteção da natureza é a defesa desta em relação às atitudes humanas, majoritariamente destrutivas e que as unidades de conservação não foram criadas com o objetivo de promover o desenvolvimento, ainda que o façam em razão de sua existência.

MILANO (2002) ainda questiona a justificativa para a criação dessas áreas sob uma outra ótica, a sócio-econômica e sob um ponto de vista inverso. Segundo este autor algumas categorias de unidade de conservação como as reservas extrativistas e as reservas do desenvolvimento sustentável, são estratégias que favorecem a perpetuação de uma cultura que se expressa pela pobreza econômica, resultado de histórica dominação sócio-econômica. Estas duas categorias, criadas nas últimas décadas, permitem o uso sustentável dos recursos e a ocupação humana.

Para DIEGUES (1994), este pensamento reflete o neomito ou o mito moderno de uma natureza intocável, inatingível pelos humanos, destruidores em potencial neste caso. O autor é um dos mais críticos ao modelo atual de criação de parques nacionais.

DIEGUES; ARRUDA (2001) afirmam que o modelo de área natural desabitada interessa aos governos por duas razões: constituem reservas naturais de grande beleza cênica, de destino turístico e do chamado ecoturismo e por que é mais fácil negociar contratos de uso da biodiversidade num espaço controlado pelo governo que num espaço ocupado por comunidades tradicionais, que com o amparo da legislação, implica em indenizações em função de ressarcimentos pela utilização de conhecimentos tradicionais, desocupação de áreas etc.

Em todo esse debate percebe-se que o reconhecimento da importância da participação social nas estratégias de conservação de áreas protegidas é um processo muito recente. Assim, de modo geral, observa-se uma característica comum aos órgãos gestores das unidades de conservação de proteção integral, que é o de privilegiar a diversidade biológica em detrimento das populações locais.

Percebe-se que os resultados não são imediatos, pois mesmo com os avanços do SNUC, na prática, ainda há uma dicotomia que contribui para reforçar uma visão limitada acerca dessas áreas e que impedem estas de serem tratadas enquanto um espaço de gestão amplo e diversificado (unidade de conservação e seu entorno) e não como um espaço unitário (unidades de conservação x seu entorno). Uma visão sistêmica, onde a preocupação com a biodiversidade possa vir acompanhada da preocupação com a diversidade sócio-cultural e com o pleno desenvolvimento dessas populações humanas ali localizadas. Essa postura está muito associada a um pensamento fragmentado a respeito do meio ambiente, na qual, o ser humano, muitas vezes, não é incorporado e isso reflete essa concepção histórica de criação de áreas protegidas (BONFIM, 2006).

Por outro lado, há que se reconhecer que o SNUC avançou também nesse sentido, ao criar as unidades de conservação de uso sustentável que, de certa forma, atendem a maior parte desses problemas.

Num processo mais recente o SNUC e o IBAMA, a partir dos conceitos e diretrizes deste sistema, vem reconhecendo a as populações tradicionais. Para o CNPT - CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS (2004) os recursos naturais no contexto ambiental, não podem ser vistos sob a ótica do explorador, ou seja, da pura e simples apropriação privada de seus valores econômicos e não econômicos sem considerações acerca da sociedade onde os bens estão inseridos, e nem sob a ótica puramente preservacionista, que deseja sua intocabilidade. A apropriação dos recursos deve identificar as possíveis alterações nos diversos segmentos, para que se mantenha o equilíbrio de valores, a equidade na distribuição dos benefícios e dos custos (tanto da apropriação, como da conservação/preservação) e, ainda, que seja garantida a conservação dos estoques de recursos naturais renováveis em harmonia com o desenvolvimento econômico.

O CNPT ainda afirma que a diagnose e gestão atual do meio ambiente levam em conta os interesses e direitos das populações locais, pois a experiência histórica tem mostrado que as iniciativas de uso e conservação, principalmente de florestas tropicais nativas feitas à revelia das populações locais, enfrentam problemas sérios e, freqüentemente, fracassam (CNPT, 2004).

Muitos autores têm questionado também as práticas de manejo e conservação fundamentadas na biologia da conservação que têm sido ineficientes do ponto de

vista de desenvolver propostas técnicas, práticas e metodológicas que respondam, de maneira mais ampla, às demandas das áreas protegidas. Fonseca; Aguiar (1992), citados por DIEGUES; ARRUDA (2001) afirmam:

“As técnicas de proteção e manejo, portanto, visam minimizar o problema da erosão da biodiversidade provocada pela fragmentação do habitat natural. Essa abordagem, no entanto, é limitada justamente pela incapacidade de incorporar o homem” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.19).

Ainda sob o ponto de vista científico, DIEGUES; ARRUDA (2001) ressaltam que vários autores têm analisado que, os que se baseiam na ecologia social têm proposto um conceito mais amplo para a biodiversidade. Este conceito não se restringe a um aspecto apenas biológico ou relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas também ao resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais que domesticam espécies mantendo e aumentando, como em alguns casos, a diversidade local.

Pesquisas relacionadas à escolha de áreas protegidas em função das comunidades tradicionais e seu papel na conservação da biodiversidade têm sido, inclusive, defendidas e constituídas objetos de discussão da ecologia social. As pesquisas se baseiam no fato de que áreas com alta biodiversidade resultante de uma interação positiva entre as comunidades tradicionais e o ecossistema deveriam receber prioridade nos processos de escolha, por meio do estabelecimento das áreas protegidas que valorizam essas interações.

LIMA (2003) atenta ainda, para a responsabilidade de criar unidades de conservação sem a perspectiva de implantação ocasionando diversos problemas regionais e prejudicando a relação da instituição e da unidade com as comunidades locais. Dentre os problemas este autor cita: expectativas não-atendidas; desapropriação sem indenização; lucro e produção cessante; desestabilização cultural, déficit tributário pela redução de produção; paralisação do processo de desenvolvimento regional, todas culminando com a insatisfação regional e desgaste do nome e imagem institucional.

Os conflitos ambientais existentes, relacionados às áreas protegidas estão, muitas vezes, diretamente associados à raízes históricas refletidas nas desigualdades

sociais criadas pela sociedade e pelo sistema econômico vigente, que tende ao consumismo, à exclusão e marginalização.

Na maior parte dos casos só é considerado o impacto das comunidades do entorno ou residentes nessas áreas sobre a biodiversidade, desconsiderando que o inverso também ocorre. Há um impacto da criação das unidades de conservação sobre essas comunidades e suas formas de uso e apropriação dos recursos naturais ali existentes. Nesse momento os conflitos deixam de ser ambientais para ter uma conotação sócio-ambiental.

O importante é que para ambas as perspectivas, é preciso buscar o equilíbrio e as respostas ao desafio de conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento dos locais, considerando os diferentes aspectos – social, econômico, cultural e ambiental – de maneira integrada. Muitas experiências bem sucedidas nesse sentido vêm sendo implementadas no mundo inteiro e esta concepção pode garantir o futuro das unidades de conservação.

Para LEFF (1998) a perda da integridade cultural dos povos e a degradação do potencial produtivo de seus recursos, do progresso para a morte étnica e a destruição ecológica, constituem-se muito mais efeito de uma racionalidade econômica do que de uma catástrofe natural. O autor refere-se a uma racionalidade ambiental que deve ser criada a partir de reflexões sobre a sustentabilidade do planeta.

O resgate e a valorização das origens históricas, conhecimentos e práticas tradicionais de manejo e de consumo baseadas no modo de vida de nossos ancestrais pode ser um caminho para uma relação mais equilibrada entre o ser humano e a natureza. Pode ainda orientar novas práticas e costumes para que o primeiro deixe a condição de superioridade em relação à mesma, estabelecendo uma aliança e uma outra cultura ambiental.

A criação e implantação efetiva de unidades de conservação se fazem cada vez mais necessárias diante do cenário ambiental mundial. Entretanto, é preciso repensar as formas como estas vêm sendo concebidas historicamente pelo mundo e como o Brasil, utilizando como referência modelos que nem sempre refletem a realidade do seu povo, pode avançar no sentido de adequá-los e se apropriar dos mesmos, evitando conflitos de diferentes ordens. É preciso ainda, repensar a própria estrutura social, o modelo econômico e a forma de vida da sociedade atual que desconsidera a escassez dos recursos naturais e privilegia o modo de vida consumista.

A existência e manutenção dessas áreas e a consolidação do SNUC enquanto um sistema efetivo para a conservação da natureza, estão diretamente ligados a processos de criação, implantação e gestão a partir de uma lógica participativa e integrada com as dinâmicas sócio-econômicas, culturais, ambientais e políticas existentes na referida área. Este constitui-se um caminho promissor para a conservação ambiental e para o futuro das unidades de conservação.

Capítulo 2

HISTÓRICO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB)

1. INTRODUÇÃO

Nos debates sobre a conservação e uso dos recursos naturais fica muito evidente a ênfase sobre as conseqüências da degradação ambiental provocadas pela ação antrópica sem, no entanto, que estes debates aprofundem, da mesma maneira, sobre as raízes históricas desses problemas ou suas causas.

Nesse resgate podem estar localizadas não justificativas para a degradação irracional da natureza pelos seres humanos, mas, sobretudo, elementos que venham contribuir para uma melhor compreensão sobre o tema. Desse modo, é bem possível que este seja tratado não apenas com medidas paliativas, mas com alternativas preventivas e verdadeiramente efetivas para a conservação dos recursos naturais.

Para compreender o processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), faz-se necessário um resgate dessa experiência, tendo em vista os antecedentes históricos nos quais a mesma se localiza. O presente capítulo se ocupa, portanto, em:

- Relatar o processo de ocupação e colonização da região e suas implicações na degradação evolutiva da Mata Atlântica ali existente;
- Resgatar o projeto original de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) e;
- Resgatar o histórico de criação do PESB, a partir do envolvimento de diferentes atores (institucionais e sociais)⁴.

⁴ Para efeitos deste estudo os atores institucionais e sociais envolvidos foram agrupados da seguinte forma: i) atores institucionais governamentais como as instituições de ensino e pesquisa e órgão gestor; ii) atores institucionais das organizações não-governamentais e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) e iii) atores sociais locais, referindo-se, estes últimos, aos agricultores/as moradores/as do entorno e comunidades rurais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Uma das etapas da sistematização, metodologia empregada para a realização deste estudo, foi o resgate histórico da experiência de criação do PESB. O resgate foi realizado de forma participativa, em conjunto com os atores institucionais do poder público e da sociedade civil organizada, envolvidos na sistematização (Anexo 1). A metodologia utilizada compreendeu as seguintes etapas:

1. Levantamento e análise de informações secundárias.

Foi realizada ampla consulta à referências bibliográficas e dados documentais, tais como: atas de reuniões; livros; teses; relatos de eventos e encontros; mapas cartográficos; artigos científicos e projetos relacionados.

1.1 Visitas às organizações envolvidas.

Foram realizadas ainda como parte do levantamento de dados secundários, visitas de campo na sede do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa; nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) de Araponga, Carangola e Miradouro e; na sede do Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb). As visitas tiveram o propósito de recolher informações e documentos, junto às organizações envolvidas na sistematização.

2. Levantamento e análise de dados primários (entrevistas).

2.1 Elaboração de roteiros semi-estruturados para as entrevistas.

Foram elaborados roteiros semi-estruturados para a realização de entrevistas, voltados para técnicos e para moradores e lideranças dos agricultores/as (Anexo 4a e 4b). O objetivo das entrevistas era motivar os entrevistados a partir de questões do roteiro e pela conversa livre com o entrevistador, para que os mesmos relatassem o histórico do processo de criação do PESB e seus antecedentes, a partir de suas vivências e do que conheciam e/ou recordavam a respeito.

Optou-se pelos roteiros, pois estes atendiam melhor ao objetivo proposto do que a elaboração de questionários fechados sobre o tema. Os roteiros foram constituídos por questões pertinentes ao que se pretendia pesquisar e de acordo com

uma sequência lógica de raciocínio para que a obtenção das informações e organização das mesmas fosse facilitada posteriormente.

De acordo com GOLDENBERG (1999) as vantagens do questionário são: menos dispendioso; exige menor habilidade para a aplicação; não precisa necessariamente da presença do pesquisador; pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração; os pesquisadores sentem maior liberdade para exprimir opiniões; menor pressão para uma resposta imediata.

Entre as desvantagens a autora cita: baixo índice de resposta; estrutura rígida impede a expressão de sentimentos; exige habilidade para ler e escrever e disponibilidade para responder.

2.2 Realização de entrevistas.

Foram realizadas entrevistas, orientadas pelos roteiros, com o grupo de atores envolvidos na sistematização. Os entrevistados foram incentivados a relatar o histórico do processo a partir de suas vivências no mesmo e conhecimento sobre o assunto. No decorrer da entrevista, permitia-se, quase sempre, o relato livre do entrevistado sobre as questões do roteiro e o surgimento de novos elementos fruto das lembranças sobre o processo. Em muitos casos, essa liberdade e espontaneidade no diálogo, permitia a obtenção de várias respostas do roteiro a partir de uma questão geradora.

Segundo OLIVEIRA; OLIVEIRA (1982) a entrevista livre é uma técnica que amplia o campo do discurso, permitindo incluir além de fatos e opiniões bem delimitados, projetos e impressões. A entrevista permite ainda, estabelecer um processo de comunicação (ou de diálogo efetivo) e observação entre entrevistador (a) e entrevistado (a), o que a torna uma técnica bastante flexível.

Para GOLDENBERG (1999) existem vantagens e desvantagens na técnica de entrevista. Entre as vantagens cita: a possibilidade de coletar informações de pessoas de qualquer nível de escolaridade ou sem escolaridade; a motivação e paciência como sendo maior ao falar do que ao escrever; a observação que permite, entre outros, extrair informações a partir de emoções, por exemplo; a flexibilidade para se obter as respostas que se deseja; a relação de confiança que se estabelece entre pesquisador-pesquisado.

Como desvantagens cita: a influência do entrevistador sobre o entrevistado; a dificuldade de se estabelecer uma relação adequada entre os dois sujeitos; a

exigência de maior tempo, atenção e disponibilidade; as respostas são mais difíceis de serem comparadas; o pesquisador depende da vontade do pesquisado para obter as informações.

3. Construção coletiva da linha do tempo da criação do PESB.

Foi confeccionada uma linha do tempo (Figura 1) resgatando o histórico do processo de criação do PESB a partir dos documentos, entrevistas e encontro final. A linha contextualiza todo o processo, a partir de antecedentes históricos e eventos paralelos ocorridos durante o período e foi construída de forma coletiva, junto com os atores envolvidos na pesquisa (Anexo 1).

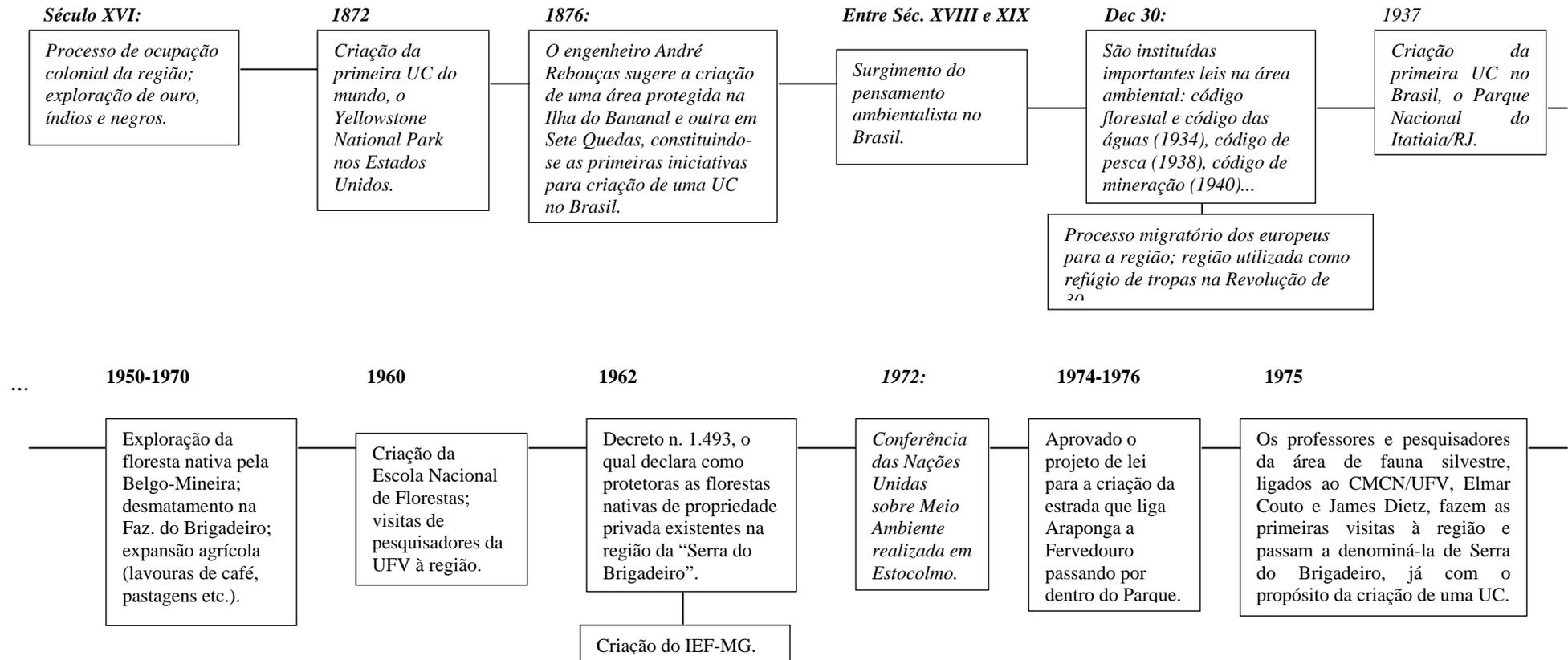
A linha do tempo é uma técnica comumente utilizada em diagnósticos participativos, que auxilia o resgate histórico de uma determinada experiência ou processo junto com os envolvidos, tendo em vista duas variáveis: a) os períodos (em dias, meses ou anos) e; b) os eventos ou fatos históricos mais significativos ocorridos nos períodos relacionados.

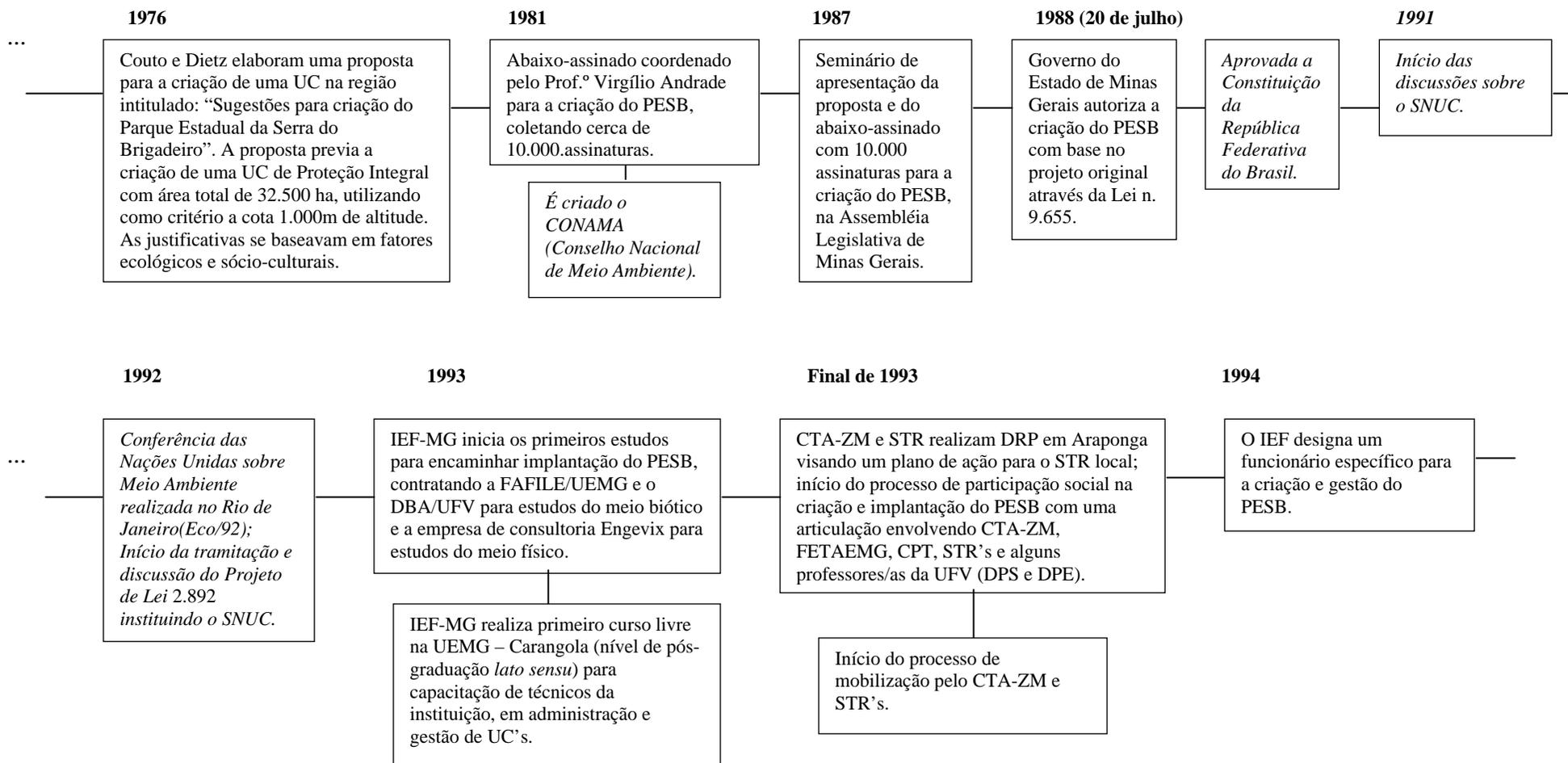
Segundo GEILFUS (2000) o objetivo da técnica é identificar, dentro do histórico de uma determinada experiência, os eventos significativos ocorridos no passado, os quais podem contribuir com ações atuais. Em síntese, é uma lista dos eventos mais significativos do ponto de vista de como os participantes os recordam.

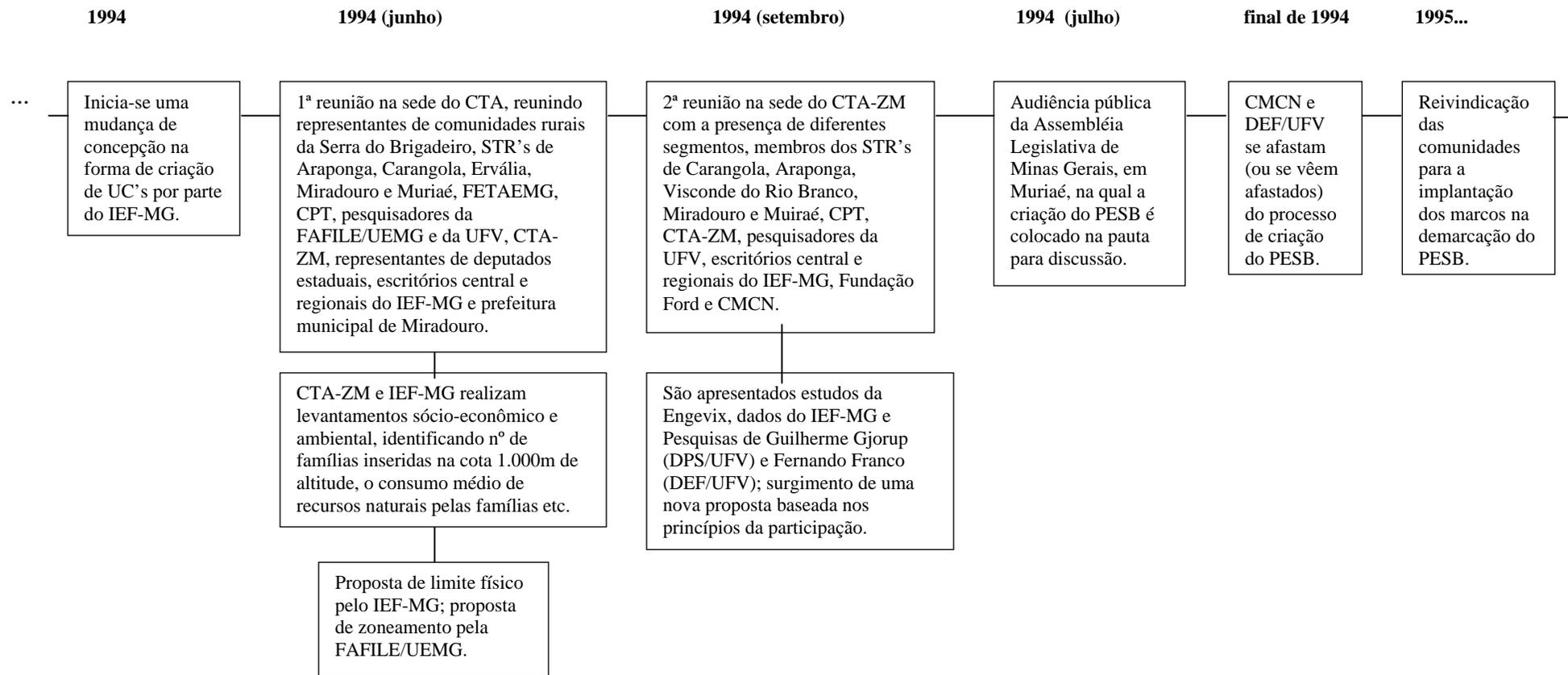
O processo inicial de confecção da linha do tempo foi conduzido pela pesquisa, a partir de fontes secundárias e de relatos obtidos nas entrevistas. Posteriormente essa linha foi apresentada ao grupo em encontro final da sistematização, realizado em julho de 2006. A partir da contribuição do grupo novos elementos puderam ser incorporados à linha, bem como a correção de algumas informações. A dinâmica contribuiu ainda, para que o público pudesse relembrar, num contexto coletivo, fatos históricos vivenciados pelos diferentes atores e/ou grupos, gerando reflexões importantes à análise antes, durante e depois da criação do PESB e registrá-la no tempo e no espaço (Foto 1; Foto 2).

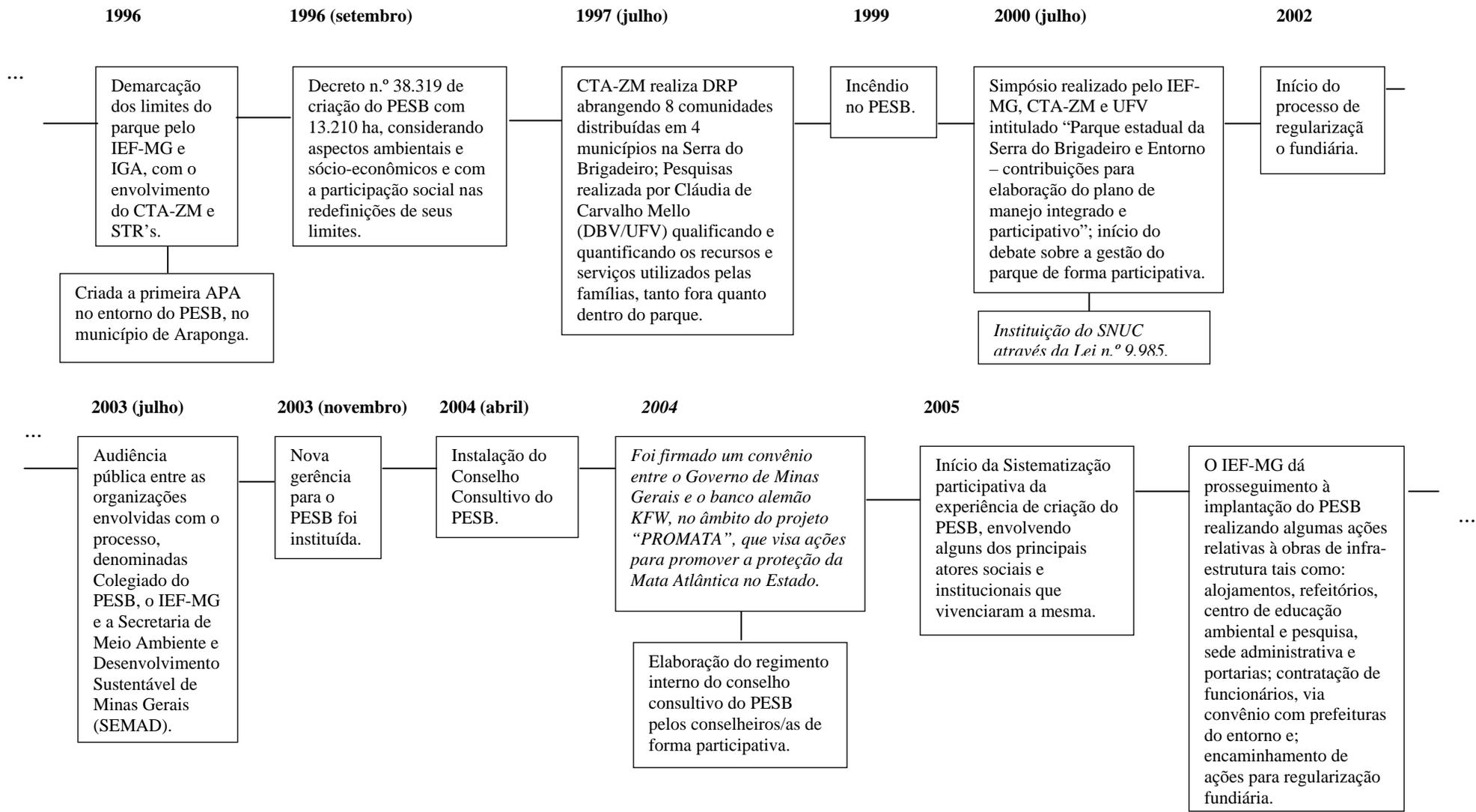
O resgate histórico do processo, realizado de forma participativa, permitiu a reconstituição dos fatos relevantes dentro da experiência e dos eventos mais significativos do ponto de vista dos atores envolvidos. Uma síntese do histórico está ilustrada na Figura 1 e a descrição geral desse histórico segue no item 3 deste capítulo. Paralelo aos fatos históricos que marcam a experiência, são descritos (nos boxes em *itálico*) informações e eventos relevantes, ocorridos no mesmo período, em âmbito nacional e internacional.

Figura 1 - Linha do tempo apresentando o histórico de criação e implantação do PESB, incluindo antecedentes históricos e alguns eventos, em âmbito nacional e internacional, relevantes ao tema.









2005 (novembro)

O IEF-MG inicia efetivamente a elaboração do plano de manejo do parque contratando a empresa de consultoria Tanigushi, responsável pela coordenação geral e parte administrativa do plano e a Ambiente Brasil Centro de Estudos (ABCDE), uma organização não-governamental, responsável pelos estudos bióticos e abióticos, com a participação do conselho consultivo.

2005

Cadastro das famílias confrontantes do Parque.

2005 (dezembro)

Decreto de demarcação do PESB com área total de 14.984 ha.



Foto 1 – Confecção da linha do tempo com os sujeitos da pesquisa.
Foto de Breno M. Silva.



Foto 2 – Linha do tempo da experiência de criação do PESB.
Foto de Breno M. Silva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Processo de ocupação colonial da região e a Mata Atlântica

Em 1500, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, a Mata Atlântica cobria 15% do território nacional, área equivalente a 1.306.421 Km², abrangendo 17 estados brasileiros (SCHÄFFER; PROCHNOW, 2002).

Atualmente o bioma está reduzido a cerca de 5% de sua área original em função do histórico de degradação e utilização de forma insustentável e irracional. Segundo SCHÄFFER; PROCHNOW (2002), configura-se como o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da ilha de Madagascar na costa da África.

Segundo consta em alguns documentos até meados do século XVII não se tem registros de exploração na região. Acredita-se que por fatores de ordem natural, tais como: a densa cobertura vegetal; os terrenos montanhosos e íngremes e a presença de índios e por fatores políticos, tais como: o medo de desvio do ouro e a conseqüente proibição de trânsito nestas regiões. Nessa época, consta que só se aventuravam por estas brenhas os grandes facínoras e os criminosos políticos à procura de refúgio (CTA-ZM, 2003).

Durante esse período a ocupação da parte ocidental da serra estava restrita a povos indígenas. A estrada real ligava os municípios de Ouro Preto e São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), passando pelo povoado de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), por uma trilha aberta em uma floresta densa (Saint-Hilaire, 1822 citado por GJORUP, 1998).

Segundo GJORUP (1998) tanto o corte de árvores quanto o trânsito fora desta trilha eram proibidos pelo governo, com o objetivo de controlar o contrabando de metais preciosos, principalmente o ouro da região de Ouro Preto. Algumas populações negras se refugiaram em áreas próximas à serra em conseqüência desse isolamento.

De acordo com FONTES et al., 2000, na porção ocidental encontram-se remanescentes de populações negras, trazidas para o trabalho nas minas, e dos antigos Puris, indígenas que habitaram toda essa região.

O primeiro arraial fundado do lado ocidental da serra tinha o nome de Arraial dos Arrepiados, a atual cidade de Araponga, em função da Serra dos Arrepiados (referência aos índios que ocupavam a região).

Por volta de 1800 a preocupação com as questões ambientais era incipiente, e nem mesmo existia o termo sustentabilidade situando esta preocupação no presente e remetendo-a à uma visão de futuro. O pensamento ambientalista no Brasil, segundo PÁDUA (1997) surge entre 1820 e 1920, caracterizado por possuir uma preocupação política sem necessariamente se restringir à esta, se expressando assim, por várias correntes.

O pensamento deu origem à um movimento que viria influenciar toda a discussão ambiental no país até os dias atuais.

O núcleo primitivo de Araponga se formou por volta de 1810 (IGA, 1982 citado por GJORUP, 1998) em consequência da descoberta de jazidas de ouro na região que logo vieram a se esgotar, deixando a mesma em situação de abandono, de modo que a vila só volta a crescer (lentamente) no início do século XX (CTA-ZM, 2003). O arraial permaneceu ligado ao município de São João Batista do Presídio e Januário de Ubá até 1871, quando foi incorporado a Santa Rita do Turvo. Em 1886, o distrito passou a chamar-se São Miguel de Araponga; em 1938 foi incorporado ao Município de Ervália, ao qual ficou subordinado até 30 de dezembro de 1962, quando foi criado o município de Araponga e a vila, então, foi elevada à categoria de cidade (GJORUP, 1998).

O lado oriental da serra teve um histórico de ocupação distinto. A região constitui-se um caminho natural entre as Serra do Caparaó e do Brigadeiro (GJORUP, 1998). Nela encontram-se descendentes de migrantes europeus que chegaram no início do século XX (FONTES et al., 2000). Esta região foi o caminho preferencial dos exploradores que partiam de Juiz de Fora em direção ao interior do Quadrilátero Ferrífero e às áreas do Caraça e do Alto Rio Doce na época áurea da mineração no estado (GJORUP, 1998; FONTES et al., 2000).

A região da Zona da Mata foi colonizada por exploradores de minério, brancos e negros. Um século depois, segunda metade do século XIX, o objeto das migrações muda do ouro para o café, mas continua privilegiando os egressos da região central de Minas que pudessem disponibilizar o indispensável para o início de atividades: capital e mão-de-obra. A massa escrava na região mineradora é destinada ao cultivo do café e ocorre na região um processo de aculturação do negro processada na região central da Província (MOURA, 2006).

A colonização da região é, portanto, marcada pela exploração dos recursos naturais (inicialmente ouro e madeira) e humana (principalmente índios e negros). Com esse histórico de ocupação e colonização, FONTES et al. (2000) ressalta que a população da região tem raízes culturais diversas e, em algum momento do passado não muito remoto, viveram conflitos intensos. Para BARBOSA (2005) é o reflexo de uma identidade que ocorre na região que o autor denomina 'ameríndiafricana'. São trabalhadores e trabalhadoras rurais, cujas raízes denotam uma cultura influenciada por ameríndios, afro-brasileiros e euro-descendentes.

Durante a Revolução de 30 aconteceu na região novo processo migratório dos europeus para a região que passa a ser utilizada como refúgio de tropas. Os europeus chegando ao porto de Santos e, não encontrando as terras que lhes havia sido prometida, desloca-se para o entorno da Serra, num novo momento de colonização, onde lá encontram as populações já estabelecidas nas serras (Barbosa, c.p. encontro final da sistematização, 2006).

A vegetação predominante na região é a Floresta Tropical Atlântica Montana, com alta pluviosidade e alta incidência de epífitas, como bromélias e orquídeas (Leoni, 1995 citado por COSENZA; VENÂNCIO, 2000), além dos campos montanos situados acima de 1.500m de altitude. Atualmente estima-se que exista apenas 10% de florestas não-perturbadas ou com poucas alterações antrópicas, localizadas nos grotões úmidos e nas porções íngremes da serra, principalmente na região denominada "Brigadeiro", no extremo norte do parque (COSENZA; VENÂNCIO, 2000).

A região possui atualmente um dos últimos fragmentos da Mata Atlântica com grande extensão de florestas contínuas no Estado de Minas Gerais localizado no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). A sua área é distribuída entre florestas de encosta (floresta estacional semidecidual submontana), campos naturais (campos de altitude ou montanos) e áreas de transição, nas quais são encontradas espécies de árvores de grande valor comercial como cedro (*Cedrela fissilis*), canjerana (*Cabralea canjerana*), jequitibá (*Cariniana legalis*), canela (*Ocotea* sp.), óleo-vermelho ou copaíba (*Copaifera langsdorffii*), bicuíba (*Virola* sp.), ipês (*Tabebuia* sp.), dentre outras (COSENZA; VENÂNCIO, 2000).

O PESB também é refúgio de espécies da fauna em risco de extinção, como é o caso do miqui ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*), maior primata do continente americano e o maior mamífero endêmico do Brasil. O PESB representa,

portanto, uma das mais importantes áreas para a preservação desta espécie, pois foram registrados grupos localizados em regiões distintas do parque, o que pode representar uma das maiores concentrações deste primata em Minas Gerais (CTA-ZM, 2003).

O PESB ainda possui uma extensa rede de drenagem, com inúmeras cachoeiras, sendo um divisor de duas importantes bacias hidrográficas para o Estado de Minas Gerais, as bacias do Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul.

Esses são alguns dos atributos que fazem dessa unidade de conservação uma das áreas prioritárias para a preservação no Estado de Minas Gerais. No contexto da região existe, portanto, um patrimônio ambiental e cultural que deve ser considerado nas estratégias de conservação.

O início do processo de degradação da Mata Atlântica na região não difere do histórico nacional quando da ocupação e colonização do Brasil com a chegada dos portugueses. O período foi marcado com a derrubada de áreas extensas de florestas para a ocupação, colonização, exploração e habitação, de forma, desordenada e sem a preocupação necessária com a sustentabilidade ambiental (FONTES et al., 2000).

A floresta original nesta região vem sendo alterada desde 1800, quando se inicia o processo de ocupação colonizadora da região por motivos da exploração do ouro. Nessa época, existia uma extensa cobertura vegetal na Zona da Mata de Minas Gerais, integrando a Mata Atlântica. Após a exploração do ouro a atividade agrícola substituiu parte da vegetação florestal, através da pecuária de corte extensivo e a cafeicultura. Os índios que ocupavam a região foram sendo aniquilados gradativamente, em decorrência da exploração de minério primeiramente e pela ocupação das matas para lavouras de café, posteriormente.

GJORUP, 1998 citando Saint-Hilaire (1822) relata que havia no início do século XIX uma paisagem quase que totalmente coberta antes da ocupação humana na região.

Com o declínio do ciclo do ouro, os embargos à atividade mineral, o esgotamento das jazidas e a dificuldade de ocupação de novas áreas ocupadas pelos índios, muitos mineradores que acumularam capital passaram a investir na agricultura e pecuária nos anos de 1800. A produção de café passou a ser a principal atividade da Zona da Mata e o desmatamento da região, segundo MOURA (2006), foi feito com violência da encosta ao espigão, com machado, fogo e técnicas rudimentares. O objetivo era a terra para plantar café, sem olhar para os efeitos

negativos no futuro. Não faltaram protestos contra tal devastação, principalmente dos viajantes estrangeiros. Mas o resultado foi o crescimento vertical da curva populacional (em número de habitantes) da Zona da Mata de 1822 a 1920 (Quadro 1) e da produção cafeeira (em arrobas) ao longo dos anos (Quadro 2).

Quadro 1 - Crescimento vertical da curva populacional (em número de habitantes) da Zona da Mata entre os anos de 1822 a 1920.

Ano	Número de habitantes na Zona da Mata mineira
1822	20.000
1872	250.000
1890	430.000
1920	840.000

Fonte: adaptado de MOURA (2006).

Quadro 2 - A produção cafeeira, em arrobas, na Zona da Mata entre os anos de 1839 a 1900.

Ano	Produção cafeeira, em arrobas, na Zona da Mata mineira
1839	243.473
1860	688.946
1880	5.357.920
1900	104.196.176

Fonte: adaptado de MOURA (2006).

Com a retirada da floresta os sistemas produtivos foram ficando cada vez mais frágeis devido a exportação, perda de nutrientes e a deficiência na ciclagem dos mesmos e erosão. Pastagens e culturas de subsistência como milho, feijão e cana-de-açúcar foram substituindo lavouras de café antigas e depauperadas. (FERRARI (1996); Gomes, 1986 citado por FERREIRA NETO et al., 1998).

A maioria dos agroecossistemas na região apresenta, atualmente, baixa produtividade devido ao histórico de uso intensivo de terra, com práticas não-adaptadas ao ambiente, como os plantios de café sem trabalhos de conservação do solo associados (FERRARI, 1996).

Agravando essa situação, no passado recente, foi implantada uma agricultura com base na chamada Revolução Verde que, de acordo com SANTOS et al, (2005), foi um processo de modernização agrícola por meio do qual, países pobres puderam aumentar a produção e a produtividade da sua agricultura. Esse processo de mudança se assentou no chamado “pacote tecnológico”, ou seja, um conjunto de

recomendações técnicas que incluíam o uso de sementes melhoradas geneticamente, a motomecanização e o uso intenso de insumos químicos.

Esse modelo implantado pela Revolução Verde criou dependência tecnológica e levou à descapitalização de agricultores/as familiares (Gomes, 1986 citado por FERREIRA NETO et al., 1998), fazendo com que os/as mesmos/as ocupassem os já escassos remanescentes da floresta, à procura de solos férteis (FERREIRA NETO et al., 1998). Isso gerou um grave problema sócio-ambiental, uma vez que essas áreas, pelas características físicas, ecológicas e topográficas da região, configuram-se como Áreas de Preservação Permanente (APP's) de acordo com o Código Florestal de 1965, colocando os agricultores familiares em situação de ilegalidade perante a legislação florestal federal e estadual.

A primeira unidade de conservação criada no mundo foi o “Yellowstone National Park” ou o Parque Nacional de Yellowstone, nos E.U.A, em 1872, portanto, essa unidade de conservação inaugura o conceito moderno de criação dessas áreas. Os objetivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer (DIEGUES; ARRUDA, 2001; LIMA, 2003; MILANO, 2002).

No Brasil, a primeira iniciativa para a criação de uma área protegida ocorreu em 1876, como sugestão do Eng.º André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone) de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, data de 1937 a criação do primeiro parque nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia (DIEGUES, ARRUDA, 2001, LIMA, 2003).

De 1950 a 1970 houve uma intensa exploração florestal causada pela empresa siderúrgica Belgo-Mineira que utilizava madeiras nobres para alimentar os altos-fornos de carvão, agravando ainda mais a situação de devastação da Mata Atlântica na região. Todo esse histórico culminou na redução, em área e espécies, da floresta original que, atualmente, é constituída por florestas secundárias em diferentes estágios de regeneração (COSENZA; VENÂNCIO, 2000).

Em 1960 foi criada a Escola Nacional de Florestas em Viçosa, MG e a região, caracterizada por um conjunto de montanhas que recebia vários nomes regionais, passa a ser visitada por professores e pesquisadores. A partir dessas visitas estes passam a denominar a área de Serra do Brigadeiro, alguns dizem que em função de uma antiga fazenda localizada na região e que pertenceu à um militar da aeronáutica,

outros dizem que em função de brigas, disputas e de um passado de violência associado à região.

Os pesquisadores observaram a degradação evolutiva da Mata Atlântica regional e nasceu daí uma preocupação ambiental que culminou na proposição de ações voltadas para a preservação do bioma.

3.2 A proposta original e o processo de criação do PESB

Na década de 60, professores e técnicos passaram a visitar a região, atualmente denominada Serra do Brigadeiro e a observar atributos importantes da mesma, relacionados aos recursos hídricos, à fauna, ao solo e à flora. Observaram ainda a devastação das matas da região e a destruição do habitat de espécies da fauna, muitas delas em extinção (COUTO; DIETZ, 1980). Desde a década de 50 a empresa multinacional Belgo-Mineira explorava de forma intensiva as matas nativas da região para produção de carvão e abastecimento de suas usinas siderúrgicas.

Na época a preocupação com o que viria a ser um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Estado, culminou em várias tentativas de criação de uma unidade de conservação que fosse capaz de conservar uma área representativa do bioma.

Em decorrência do ritmo acelerado em que se encontrava o desmatamento numa área onde se localizava a Fazenda do Brigadeiro, colocando em risco diversas espécies de árvore de alto valor econômico, surgiu a primeira iniciativa, em forma de lei, para a preservação da Mata Atlântica naquela região. O ato de devastação provocou uma série de protestos que chegaram à Presidência da república, em forma de denúncias e informações, gerando o Decreto n.º 1.493, de 09 de novembro de 1962, declarando como protetoras as florestas nativas, de propriedade privada, existentes na Serra do Brigadeiro (Cavalcanti, 1971 citado por COUTO; DIETZ, 1980).

Nesse mesmo período foi criado o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), que passou a regular o uso dos recursos naturais, fiscalizar crimes ambientais e administrar as unidades de conservação no Estado.

Apesar do decreto, o desmatamento continuou até que foi embargado em 1970, contribuindo para preservar uma considerável área de mata original equivalente a 1.300 ha que constituíam a Fazenda do Brigadeiro (COUTO; DIETZ, 1980).

Em 1972 aconteceu a Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, repercutindo internacionalmente e influenciando a criação do primeiro órgão ambiental brasileiro, a Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973 (SANTOS et. al., 2005).

A proposta que deu origem à criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) surgiu a partir desse contexto ambiental regional e remete à década de 70. Dois professores/pesquisadores do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (DEF/UFV), Elmar Alfenas Couto e James M. Dietz, vinculados ao Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), organização não-governamental (ONG) ambientalista, sediada em Viçosa, MG propuseram, na ocasião, a criação de um parque estadual na região.

Durante o ano de 1975 os dois pesquisadores do CMCN/UFV realizaram as primeiras visitas à região com o objetivo de propor a criação de uma unidade de conservação.

Influenciados pelo modelo norte-americano de criação de unidades de conservação, após visita aos Estados Unidos da América (EUA) e também por experiência anterior na criação de uma unidade de conservação na região norte do Brasil, os pesquisadores, incentivados pelo Prof^o Roberto da Silva Ramalho, então presidente do CMCN e Diretor da Escola Superior de Florestas/UFV, propuseram a criação de um parque estadual na Serra do Brigadeiro. Segundo Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005), a visita aos EUA proporcionou a possibilidade de conhecer a forma correta de se criar estas unidades.

O histórico das Áreas Protegidas remete ao período do início da civilização, no qual os povos reconheceram a existência de sítios geográficos com características especiais e tomaram medidas para protegê-los. Esses sítios estavam associados a mitos, fatos históricos marcantes e à proteção de fontes de água, caça, plantas medicinais e outros recursos naturais. O acesso e o uso dessas áreas eram controlados por tabus, normas legais e outros instrumentos de controle social (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Os pesquisadores observaram e coletaram dados especialmente sobre a vegetação e a fauna silvestre, levantaram a situação fundiária e também coletaram informações de moradores e fazendeiros da região. Estas informações coletadas apontaram a existência de cerca de 400 famílias residindo na área em que se pretendia criar o parque e, por conta das limitações legais relativas ao uso da terra na

localidade, chegou-se à conclusão de que a única decisão racionalmente viável seria a criação do parque (COUTO; DIETZ, 1980).

Essa proposta original abrangia uma área de 32.500 ha que, segundo os pesquisadores, seria o mínimo para a efetiva conservação. O critério utilizado delimitava uma cota mínima de 1.000m de altitude para os limites físicos do parque, abrangendo o total de área citada. Desse modo, o uso da terra para fins agropastoris não seria permitido devido ao fato da região possuir vegetação declarada como preservação permanente, de acordo com o Código Florestal de 1965 (COUTO; DIETZ, 1980).

Para um dos pesquisadores, idealizadores da unidade de conservação, a ocupação agrícola na região onde hoje se localiza o PESB, ocorreu no intervalo de tempo entre a proposta de criação (1980) e a promulgação da lei autorizativa para a criação (1988), dando lugar à pequenas e grandes propriedades rurais que produzem principalmente café (Couto, c.p., entrevista concedida em 2005).

Segundo Couto, c.p. (encontro final da sistematização realizado em 2006), houve ainda, um abaixo-assinado coordenado pelo Prof^o Virgílio Andrade, também vinculado ao CMCN na época, o qual coletou cerca de 10.000 assinaturas favoráveis à criação do referido parque.

A escolha da categoria parque não se apoiou em estudos técnicos aprofundados. Na época não havia uma distinção clara entre parques e reservas e a discussão sobre unidades de conservação em âmbito nacional e mesmo acadêmico, ainda era algo muito recente. Girava em torno destas duas categorias, Parques Nacionais e Reservas Biológicas, de modo que o PESB foi proposto a partir de alguns estudos, embora estes tenham sido incipientes na época. Segundo Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005) a categoria se justificava por uma questão, também, de tradição, uma vez que no Brasil sempre se criou parque, tais como: Parque Nacional do Itatiaia, Parque Nacional do Pantanal, Parque Estadual do Rio Doce, dentre outros.

O pesquisador afirma que chegou a mudar a categoria proposta de acordo com a credibilidade dos termos, tais como reserva florestal, reserva biológica etc., no âmbito do debate sobre unidades de conservação no Brasil sem que, no entanto, fosse modificado o conteúdo da proposta. Acredita-se que mais tarde as características físicas, o potencial turístico da região e a possibilidade do uso público foram se tornando as principais justificativas para definição da categoria parque.

Até a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza, o SNUC, o Brasil baseava-se no Plano de Unidades de conservação apresentado pelo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) no final da década de 70 e no Regulamento Nacional de Parques para a criação e gestão de suas unidades de conservação (LIMA, 2003).

Em 1976 de posse desses dados levantados Couto e Dietz elaboram um roteiro de sugestões para a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

Na época não se previa o problema fundiário que este critério causaria, uma vez que, levantamentos realizados indicavam uma situação fundiária favorável, pois dados da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) determinavam que 60% da área eram terras devolutas, o que foi fortemente contestado mais tarde por agricultores da região. As lideranças dos agricultores afirmam que a RURALMINAS considera todas as terras que o proprietário não tem o título regular como sendo devolutas e na região existem várias situações como esta e com famílias inteiras morando nessas áreas.

Nesta proposta descartou-se qualquer possibilidade de tensão social provocada por desapropriações, sendo colocado que toda a possível mão-de-obra disponível seria absorvida pela cafeicultura, a qual encontrava-se em franco desenvolvimento na Zona da Mata e indicava perspectivas de obtenção de melhores salários e uma vida mais digna (COUTO; DIETZ, 1980).

Em 1981 foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), configurando-se como uma instância coletiva de tomada de decisão e representando um marco na política ambiental brasileira devido o seu caráter legislativo (SANTOS et al., 2005).

A proposta original de criação do PESB se sustentava em dois eixos, um ecológico e outro sócio-cultural, para justificar sua importância. O primeiro deles dado pelas condições topográficas da serra, que fazem dela uma região ecologicamente distinta das demais áreas circunvizinhas, propiciando a existência de exemplares da fauna e flora de grande importância por serem espécies típicas da Mata Atlântica ou por estarem incluídas na lista de animais brasileiros ameaçados de extinção.

De acordo com COUTO; DIETZ (1980) a justificativa sócio-cultural baseou-se, sobretudo, no potencial turístico da área apontando para os enormes lucros

provenientes desta atividade em todo o mundo e para a consonância com os objetivos conservacionistas. Assim, a proposta original tinha como objetivos:

- Preservar uma amostra representativa do ecossistema da Zona da Mata de Minas Gerais com seus recursos genéticos associados;
- Fornecer uma área adequada para a investigação científica;
- Manter um ponto de referência que pudesse servir para medir alterações no ambiente da Zona da Mata;
- Fornecer uma área na qual o turismo, baseado no uso não degradante dos recursos da Zona da Mata, pudesse ser praticado.

A proposta trazia o modelo de decreto-lei e descrevia ainda sugestões para o processo de implantação e gestão do parque, com orientações para zoneamento, elaboração de plano de manejo, administração e fiscalização.

A elaboração da proposta original por Couto e Dietz em 1976 contribuiu para que, em 1988, o governo do Estado de Minas Gerais promulgasse uma lei autorizando a criação do PESB, a Lei Autorizativa n.º 9.655 de 20 de julho de 1988. Essa lei propunha que os limites inferiores do parque estivessem na cota de 1.000 m de altitude, abrangendo uma área de 32.500 hectares, nos quais havia pequenas propriedades rurais produtivas que seriam, inevitavelmente, desapropriadas.

Em 1988 foi aprovada a Constituição da República Federativa do Brasil, uma conquista do processo de mobilização social em favor de uma sociedade mais democrática e um marco no contexto das políticas sócio-ambientais no Brasil. Segundo SANTOS et. al. (2005), a Constituição de 1988 foi responsável por institucionalizar princípios e normas pautadas em conceitos como participação e controle social, refletindo um conjunto de aspirações da sociedade civil no que diz respeito à participação e à transparência na gestão política do país. Representou, também, avanços na área ambiental ao dedicar um capítulo inteiro ao meio ambiente, inter-relacionando o mesmo aos capítulos da ordem econômica e social.

A área envolvia os municípios de Araponga, Abre Campo, Divino, Fervedouro, Ervália, Miradouro, Muriaé e Sericita. Mais tarde o município de Pedra Bonita passaria a fazer parte dos municípios envolvidos na área do PESB no lugar do município de Abre Campo, emancipando deste enquanto distrito.

O projeto original, de acordo com Couto, c.p. (entrevista concedida em 2005) sofreu oposição num primeiro momento pela empresa Belgo-Mineira, que teve sua exploração de madeira embargada para a criação do PESB (década de 70) e posteriormente pelas organizações ligadas aos movimentos sociais que lutaram pela

redução da área do parque em favor do direito sobre a posse da terra pelas famílias que ali residiam.

Em 1991 iniciou-se as discussões sobre a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o SNUC. De acordo com LIMA (2003) diversas leis antecederam o SNUC com o intuito de instituir novas categorias de unidades de conservação ou normatizar seu processo de implantação e gestão como as citadas a seguir:

- *Lei 4.771/1965 – Institui o Código Florestal, prevendo a criação de Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Florestas Nacionais;*
- *Lei 5.197/1967 – Dispõe sobre a proteção da fauna, reafirmando a criação das Reservas Biológicas;*
- *Lei 6.513/1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de interesse Turístico;*
- *Lei 6.902/1981 – Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental;*
- *Lei 6.938/1981 – Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, enfatizando a criação de Áreas de Proteção Ambiental, de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas;*
- *Lei 7.804/1989 – Institui a categoria Reserva Extrativista;*
- *Lei 98.897/1990 – Disciplina e normatiza as Reservas Extrativistas;*
- *Lei 98.914/1990 – Regulamenta as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.*

Em 1992 acontece a Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Esse encontro se constituiu o maior evento de caráter intergovernamental do gênero, reunindo representantes de 178 países, 102 chefes de Estado, cerca de 4.000 organizações não-governamentais com o objetivo de elaborar um programa de ação para implementar o desenvolvimento sustentável (Gama, 2003 citado por SANTOS et. al., 2005).

Em 1993, o IEF-MG iniciou os estudos para a criação efetiva e implantação do Parque, contratando para isso, serviços da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG) e o Departamento de Biologia Animal (DBA) da UFV, para efetuarem os levantamentos do meio biótico e a empresa de consultoria ENGEVIX para fazer os estudos do meio físico. Durante o período não foi realizada consulta aos moradores/as da área por parte das organizações responsáveis pelos estudos e não era de conhecimento das mesmas a realidade histórico-social na qual a unidade de conservação seria criada, embora todo o processo seja anterior à Lei do SNUC/2000, a qual prevê a obrigatoriedade de consulta pública precedendo a criação dessas áreas.

Ainda em 1993 as notícias sobre a criação do parque utilizando o critério da cota 1.000m de altitude já começavam a surgir dentro da UFV e através de jornais e boletins que circulavam em municípios abrangidos pela proposta.

Nesse período o IEF-MG realizou o primeiro curso livre na UEMG (nível de pós-graduação *Lato Sensu*), para técnicos da instituição, em administração e gestão de unidades de conservação, sinalizando a preocupação da instituição com a capacitação dos funcionários com esse fim.

No final de 1993 o CTA-ZM, organização não-governamental sediada em Viçosa e com atuação na Zona da Mata, junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, um dos municípios abrangidos pela área do parque, realizaram um Diagnóstico Rural Participativo (DRP)⁵ com o objetivo de traçar um plano de trabalho para o STR daquele município (FARIA, 1994). O DRP apontou várias demandas em diferentes áreas, uma delas relacionada à área ambiental tratava-se da necessidade de conservação dos recursos naturais água e solo. O assunto sobre a criação do parque surgiu a partir daí e lhe é conferida tamanha importância dentro do DRP que passa a ser uma prioridade para o STR de Araponga, dentre outras demandas.

A busca por maiores informações sobre a criação do parque surgiu como demanda do DRP, uma vez que, entre as principais preocupações a criação do mesmo e a ameaça de desapropriações suscitavam nos/as moradores/as a demanda por informações sobre o futuro de suas vidas, levantando questões relevantes e urgentes sobre o que iriam fazer; como iriam sobreviver; para onde iriam as famílias, dentre outras.

O DRP de Araponga apontou o questionamento sobre a criação do PESB tendo em vista as bases originais, abrangendo terras produtivas e ocupadas por agricultores/as familiares.

Muitos/as destes/as questionaram: “porque melhorar a terra se vamos perdê-la?”, ou, “porque cuidar da terra se vão criar bicho nela?” (Seu Neném, liderança de Araponga, c.p., entrevista concedida em 2005).

As organizações ligadas aos movimentos sociais criticavam a proposta acusando-a de defender a natureza em detrimento da população: “Vocês defendem os macacos e prejudicam os homens” (Couto, c.p., entrevista concedida em 2005).

⁵ O DRP pode ser definido como uma família de enfoques e métodos dirigidos a habilitar a população rural a compartilhar, aumentar e analisar seu conhecimento sobre sua vida e condições, para planejar e agir (Chambers, 1994 citado por SANTOS, 2005).

A partir do DRP de Araponga o CTA-ZM assumiu o compromisso de buscar maiores informações a respeito da criação do parque, juntamente com o STR local. Estas eram de difícil acesso e não estavam sendo disponibilizadas à sociedade, conflitando com a urgência que a mesma demandava. Iniciava-se então, um processo intenso de busca de informações junto ao IEF-MG paralelo à mobilizações populares e pressões sobre instituições do poder público.

O critério da cota de altitude levou uma demanda de nível municipal para uma esfera micro-regional, pois a criação do PESB, sob tal critério, acarretaria problemas de ordem fundiária e esta, por sua vez, implicaria em impactos negativos nas esferas econômica, cultural, social, política e ambiental para todos os oito municípios do entorno.

O DRP de Araponga marcou o início da participação social nas discussões sobre a criação e implantação do PESB. A partir daí começou a mobilização para reverter os limites, pois havia muitas famílias acima de 1.000m de altitude. Nasce então, um processo de mobilização intenso a partir do CTA-ZM e STR de Araponga e que, posteriormente, foi ampliada com uma articulação envolvendo outros STR's da região, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pólo FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais) e alguns professores/as da UFV ligados aos Departamentos de Solos e de Educação (DPS e DPE, respectivamente), como estratégia para somar forças contra a proposta original de criação. Organizações religiosas também intercederam divulgando as informações nas comunidades.

A ameaça de desapropriação suscitou a discussão sobre a criação da unidade de conservação e sobre a participação popular neste contexto. As organizações pertencentes aos movimentos sociais da Zona da Mata e de moradores/as do entorno mobilizaram-se para buscar esclarecer em que fase se encontrava o processo de implantação do Parque, reivindicar e garantir direitos sobre a posse da terra e pela participação dos moradores/as no mesmo. Nesse período o CTA-ZM, os STR's e parceiros fizeram uma ampla mobilização, com escolha de representantes das comunidades, para acompanhar todo o processo.

Em junho de 1994 com o objetivo de esclarecer sobre a criação do PESB e suas conseqüências para a região e apontar soluções, foi realizada na sede do CTA-ZM em Viçosa, MG uma reunião para avaliação de alternativas para a conservação da Serra do Brigadeiro, fruto do processo de mobilização das organizações ligadas aos

movimentos sociais. Estavam presentes representantes de comunidades rurais da Serra do Brigadeiro, STR's de Araponga, Carangola, Ervália, Miradouro e Muriaé; FETAEMG; CPT; pesquisadores da FAFILE/UEMG e da UFV; CTA-ZM; representantes de deputados estaduais; escritórios central e regionais do IEF-MG e; Prefeitura Municipal de Miradouro (CTA-ZM, 1994a).

Essa reunião marcou a primeira oportunidade de debate entre os vários segmentos atuantes na área de abrangência do PESB e o IEF-MG, e culminou em resultados importantes para o processo. O órgão ambiental, na ocasião, relatou a preocupação com o ambiente natural, esclareceu sobre a Lei Autorizativa/1988 e a cota de altitude e informou sobre a existência de estudos preliminares que estavam em curso, relacionados aos meios biótico e abiótico e de estrutura fundiária. Foi uma primeira oportunidade para os demais participantes exporem ao IEF-MG suas compreensões, expectativas e preocupações relacionadas à questões como: a cota de 1.000m de altitude; as possíveis desapropriações dos/as moradores/as; o uso dos recursos florestais e naturais; a ausência, quase completa, de participação na condução do processo; o modelo de conservação almejado para a área, dentre outros (CTA-ZM, 1994a).

Como encaminhamentos da reunião, visando promover a participação social no processo, criou-se uma comissão formada pelo IEF-MG, CTA-ZM, STR's de cada município e DPS/UFV para a elaboração de trabalhos de campo, como visitas às famílias e diagnóstico do entorno, visando a elaboração de relatório da área sócio-econômica relativa às populações direta e indiretamente afetadas pela criação do parque na Serra do Brigadeiro.

Outro encaminhamento importante foi formação de um grupo de trabalho composto pelo IEF-MG, CTA-ZM, STR's, FETAEMG, CPT e representantes dos municípios. Este grupo seria uma primeira iniciativa de construção de um futuro conselho consultivo que acompanharia o IEF-MG na administração do parque, tendo a função de efetuar estudos, discutir e deliberar todos os assuntos relativos à Serra do Brigadeiro (FERREIRA NETO et. al., 1998; CTA-ZM, 1994a).

A comissão realizou o levantamento sócio-econômico e ambiental, identificando, entre outros, o número de famílias inseridas na cota 1.000m de altitude e o consumo médio de recursos naturais pelas famílias. Relatos constam que existiam cerca de 700 famílias na área abrangida pela cota de altitude. Paralelo a isso o IEF-MG continuava os levantamentos físico e biótico que somados ao levantamento

sócio-econômico, subsidiariam a implantação do PESB. Segundo FERREIRA NETO et. al. (1998), para a realização desse trabalho foram realizadas 22 reuniões, envolvendo 632 moradores/as distribuídos em 54 comunidades.

Em setembro de 1994 é realizada uma segunda reunião na sede do CTA-ZM, com o objetivo de dar continuidade às ações. A mesma contou com a presença de diferentes segmentos, membros dos STR's de Carangola, Araponga, Visconde do Rio Branco, Miradouro e Muiraé, CPT, CTA-ZM, pesquisadores da UFV, escritórios central e regionais do IEF-MG, Fundação Ford (agência internacional de apoio a projetos sócio-ambientais) e CMCN. Na ocasião o IEF-MG apresentou alguns dados sobre os estudos que estavam sendo realizados em relação ao meio biótico e os resultados preliminares do trabalho de implantação do PESB, ainda em andamento. A ENGEVIX apresentou dados sobre o meio físico que confirmavam a necessidade de estratégias de conservação da vegetação na região (CTA-ZM, 1994b).

Esse foi um momento importante e estratégico para que as organizações pudessem apresentar propostas alternativas relativas às bases da criação e implantação do parque, tendo como referência dados, estudos e levantamentos que respaldavam a discussão. A ENGEVIX, com base nos dados levantados, sugeriu a criação do parque numa área de aproximadamente 11.000ha. O CTA-ZM contextualizou aspectos sócio-econômicos da região, a partir dos dados referentes ao estudo realizado junto ao IEF-MG, STR's e DPS/UFV e de outros trabalhos realizados pela entidade anteriormente, apontando os principais problemas e as possíveis soluções (CTA-ZM, 1994b).

As pesquisas que vinham sendo realizadas por pesquisadores da UFV, em parceria com o CTA-ZM, foram fundamentais para respaldar os argumentos das entidades mobilizadas contra a criação do parque na cota 1.000m de altitude e propor redefinições no desenho, mais factíveis com a realidade local. Estudos desenvolvidos pelos pesquisadores Guilherme Barcellos Gjorup, vinculado ao Departamento de Solos (DPS) e Fernando Silveira Franco, vinculado ao Departamento de Engenharia Florestal (DEF), com proposições no planejamento e uso da terra e nas delimitações do parque, tais como: implantação de faixa tampão com manejo sustentável, através da criação de Áreas de Proteção Ambiental (APA's) no entorno e; implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), em conjunto com agricultores familiares, contribuíram para proposição de alternativas para as famílias residentes no entorno do PESB.

Como encaminhamentos a reunião definiu: agenda de trabalho; definição de uma parceria entre IEF-MG, STR's e CTA-ZM através de "Convênio para implantação do parque e futuro plano de manejo do parque e seus entornos", na forma de minuta de proposta (este convênio nunca se concretizou formalmente); criação de grupo de trabalho e definição da composição, envolvendo representantes dos STR's, das organizações não-governamentais da região de abrangência do parque, FETAEMG, IEF-MG, prefeituras e instituições de ensino superior, tendo em vista a criação do Conselho Consultivo posteriormente à criação do parque (CTA-ZM, 1994b).

Nesse mesmo ano de 1994 foi realizada em Muriaé, município abrangido pela área do parque, uma audiência pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, na qual a criação do PESB é colocado na pauta para discussão, devido à urgência e à demanda por maiores informações. Nessa audiência todas as informações levantadas foram apresentadas com o objetivo de informar sobre o que vinha acontecendo e comprometer o poder público na luta para evitar a expulsão dos/as agricultores/as para as periferias das grandes cidades. As organizações se posicionavam em favor da criação do parque, mas contrários à expulsão de agricultores/as de suas terras.

A partir daí as informações tornaram-se mais acessíveis, mas sempre transcorrendo sob muita pressão social para garantir a participação. A criação do PESB passou a ser rediscutida para além dos gabinetes do IEF-MG. Este designa um funcionário específico para a criação e gestão do PESB e a partir desse período começa a surgir uma mudança de concepção dentro da instituição, em relação à criação de unidades de conservação: mais aberta à participação social.

Ainda em 1994, representantes do CMCN e do DEF/UFV se afastam, ou se vêem afastados do processo de criação do PESB, refletindo uma perda importante ao deixar de contribuir com o mesmo.

A continuidade na implantação do PESB, o que ainda está em processo, também ocorreu com muita discussão e envolvimento das organizações. Em 1995 as comunidades rurais passaram a reivindicar a implantação dos marcos na demarcação do PESB, uma vez que causava, e ainda causa, muita confusão a definição dos limites físicos do parque. Em julho de 1996 a identificação dos limites físicos e sua redefinição envolveu IEF-MG, CTA-ZM, agricultores residentes na área, STR de Araponga e o Instituto de Geociências Aplicada (IGA). Essa etapa envolvendo

agricultores foi importante para desmistificar um pouco a ameaça de que o parque iria incorporar terras produtivas.

Para o início do processo de demarcação foi formada uma comissão composta por representantes do IEF-MG, CTA-ZM e STR's e com o objetivo de discutir com cada agricultor, vizinho ao parque, os limites do mesmo. A metodologia da demarcação incluía uma identificação dos pontos através de visitas de campo; levantamento de parâmetros dos agricultores; pesquisa às cartas do IBGE; realização de sobrevôos pela área e caminhamento. Os pontos eram visualizados e determinados por elementos da paisagem e acidentes geográficos. A definição das coordenadas geográficas destes pontos foi realizada posteriormente pelo IGA e IEF-MG, o que até hoje gera dúvidas, uma vez que os marcos definitivos não foram implantados até o fechamento deste documento.

Foram sucessivas reuniões que, apresentadas aqui de forma resumida e representadas nos eventos determinantes, contribuiu para que a proposta original de criação do parque na Serra do Brigadeiro fosse revista. Em 27 de setembro de 1996 foi publicado o decreto n.º 38.319, pelo Governo do Estado de Minas Gerais (Gestão do Sr. Eduardo Azeredo) e IEF-MG (Gestão do Sr. José Carlos de Carvalho), legalizando a criação do PESB com área total de 13.210 ha, considerando aspectos ambientais e sócio-econômicos e com a participação social nas redefinições de seus limites e processo de gestão (CTA-ZM, arquivos internos).

Após a criação e o início do processo de implantação do parque iniciaram-se as discussões sobre a sua gestão. As organizações continuaram animando o processo e pressionando o órgão gestor para que a elaboração do plano de manejo fosse participativa, de forma a manter vivos os anseios e expectativas da comunidade do entorno, da comunidade científica e do órgão gestor, ao mesmo tempo em que garantisse a observância da legislação específica (FONTES et al, 2000).

Fatores de ordem sócio-econômica e ambiental motivaram, a princípio, a proposição de criação de outras unidades de conservação no entorno do PESB, tendo em vista a possibilidade de favorecer a subsistência dos agricultores/as nessas áreas; evitar as desapropriações e; criar uma zona tampão no entorno do PESB. Infelizmente a idéia original foi interrompida por razões políticas e econômicas. Após a criação do parque várias APA's foram criadas em seu entorno por iniciativa de prefeituras locais, visando o recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Serviços) ecológico. A primeira delas foi a APA de Araponga no mesmo ano de criação do PESB.

Em julho de 1997 o CTA-ZM e os STR's de Araponga, Muriaé, Miradouro e Carangola (que também atendia o município de Fervedouro) realizaram um DRP abrangendo 8 comunidades distribuídas nesses 4 municípios da Serra do Brigadeiro, com o intuito de avançar nas propostas técnicas para conciliar a conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento rural a partir das demandas das populações do entorno do parque.

O diagnóstico foi o primeiro levantamento abrangente, realizado no entorno do parque após sua criação. Coletou informações sobre as comunidades rurais, relevantes para a futura gestão do parque e sua relação com o entorno, tais como: a história; os problemas; a relação das comunidades com os recursos do parque; o que pensam sobre o futuro após a criação do mesmo; dentre outros. O DRP também levantou sugestões das comunidades e traçou planejamento de trabalho junto aos STR's e moradores/as (CTA-ZM, 1997).

Como desdobramento desse DRP foi realizado pela pesquisadora Cláudia de Carvalho Mello, um estudo em nível de mestrado, junto ao Departamento de Biologia Vegetal da UFV (DBV/UFV), com apoio do CTA-ZM e STR's, qualificando e quantificando os recursos naturais e serviços utilizados pelas famílias tanto fora quanto dentro do parque. Esse estudo foi extremamente relevante para levantar dados sobre o consumo médio das famílias e sua demanda por taquara, lenha, madeira para mourão e construções, água, trilhas, dentre outros e apontar o nível de significância dos impactos causados pelos/as moradores/as sobre o uso dos recursos naturais.

O DRP de 1997, bem como esse estudo, contribuíram para as discussões posteriores sobre o processo de gestão do parque e na proposição de alternativas mais concretas e factíveis com a realidade rural do entorno do PESB, visando minimizar a pressão antrópica sobre o mesmo, sem comprometer a integridade e dignidade da população local. Foi relevante também dentro de uma discussão que é bastante polêmica sobre o impacto causado pelo uso dos recursos naturais pelas comunidades rurais que estão localizadas na região e que dependem destes para sobreviver. Por outro lado, o uso dos recursos sem uma regulação e manejo adequados, pode causar impactos à biodiversidade local e por isso a importância do debate.

Segundo BARBOSA (2005) a criação do PESB, traz à tona uma questão a ser colocada: serão os autores sociais que ali residem, confrontantes do parque ou vizinhos que cuidam das serras? Para o autor, a preocupação técnica faz com que esses autores sociais sejam compreendidos apenas como confrontantes do parque.

Após esse DRP as ações relativas à gestão do parque são paralisadas pelo conjunto das organizações envolvidas. Em 1999 o IEF-MG se encontra diante de um incêndio que devastou aproximadamente 2,5% da área do PESB, causado por um pequeno agricultor, de forma considerada acidental (LIMA, c.p. em 2006).

Somente em julho de 2000 as discussões sobre a continuidade nas ações relativas ao parque são retomadas, a partir da iniciativa do CTA-ZM convocando as demais organizações da sociedade civil. Num esforço conjunto entre IEF-MG, CTA-ZM e UFV é realizado em Viçosa, MG, entre os dias 10 e 14 de julho, um Simpósio intitulado: “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno: contribuições para a elaboração de um plano de manejo integrado e participativo”. Esse evento marca o início do debate sobre a gestão do PESB de forma participativa.

Para atender ao objetivo o simpósio reuniu cerca de 129 participantes entre organizações governamentais (órgãos ambientais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de assistência técnica e extensão rural) e da sociedade civil (ONG'S, STR's, agências de cooperação internacionais, representantes de comunidades rurais do entorno).

O simpósio foi mais uma estratégia de retomar o debate e a mobilização em favor da participação social. Foi um evento marcante e relevante dentro da experiência do PESB. Representou simultaneamente: a oportunidade de troca de experiências; o confronto de idéias e ideais; o planejamento de trabalho visando a gestão participativa do parque; o exercício da democracia; a diversidade de visões e interesses sobre o tema; a oportunidade de um debate amplo acerca do uso e manejo dos recursos naturais; uma mudança de postura e um amadurecimento das organizações que saíram do embate direto para o campo do diálogo.

Do Simpósio surgiu ainda, a primeira proposta de composição do conselho consultivo aprovada em plenária.

Em 18 de julho de 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza (SNUC) através da Lei n.º 9.985, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Após a realização do simpósio houve

mais um período de paralisações quando o IEF-MG, por motivos internos, não conseguiu dar prosseguimento aos encaminhamentos acordados ao final do evento. Após 2 anos decorridos o CTA-ZM inicia nova articulação junto ao IEF-MG e demais organizações para retomar as ações.

Entre 1997 e 2000 quando foram retomadas as discussões sobre a gestão participativa do PESB houve um período de transições no CTA-ZM relacionadas à equipe técnica, bem como estratégias e conjunto das ações orientadas por uma avaliação interna, o que pode ter contribuído para essa paralisação, uma vez que a organização vinha assumindo uma espécie de animação do processo.

Em 2002 o IEF-MG apresentou uma proposta de prosseguimento da elaboração do plano de manejo, tendo em vista a falta de recursos financeiros por parte do órgão para o cumprimento das ações. A partir daí foi criada e coordenada pelo órgão gestor uma equipe de trabalho paritária, formada por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e que teve como função dar início à elaboração do plano de manejo do PESB, de forma voluntária, a partir da organização de dados, levantamentos e estudos já realizados e da coleta de novos dados pertinentes à etapa preliminar. A metodologia utilizada foi o roteiro para elaboração de planos de manejo para unidades de conservação de proteção integral do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

O processo novamente foi paralisado. Por um lado, houve uma acomodação do conjunto de organizações envolvidas para retomar o processo diante das suas atribuições e dinâmicas internas e por outro, uma certa morosidade por parte do IEF-MG em encaminhar as ações, em função de transições internas e dinâmica da instituição. Esse compilado de informações levantadas serviria de material preliminar para a elaboração do plano de manejo.

Em 2003 o CTA-ZM, numa tentativa de reanimar o processo, convocou mais uma vez as demais organizações envolvidas, denominadas Colegiado do PESB, culminando numa audiência pública entre estas, o IEF-MG e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD). Na ocasião as organizações apresentaram um resgate histórico do processo, destacando os ciclos de mobilizações e desmobilizações; entregaram todo o material produzido para subsidiar o plano de manejo para o IEF-MG e para a SEMAD e questionaram o papel dessas organizações no processo e relataram o sentimento geral da falta de

reconhecimento legítimo do órgão gestor sobre sua importância na cooperação e construção de um processo participativo na Serra do Brigadeiro.

A audiência resultou num comprometimento público do IEF-MG e da SEMAD para com o grupo de atores presentes e envolvidos com o processo e na proposição do Conselho Consultivo do PESB.

Ao final de 2003 o IEF-MG designou uma nova gerência para o PESB. Em 17 fevereiro de 2004 o Conselho Consultivo do PESB foi instituído através da Portaria 021 do IEF-MG, composto por 36 membros, sendo 18 efetivos e 18 suplentes, com representantes dos diversos segmentos, inclusive dos moradores/as, representando uma conquista das organizações ligadas aos movimentos sociais. Os conselheiros/as tomam posse em abril desse mesmo ano.

Durante as discussões que antecederam a implantação do conselho, houve muita resistência do órgão gestor que defendia uma composição com menor número de participantes e sem representantes de comunidades, uma vez que os STR's já possuíam assento, justificando um melhor funcionamento. A proposta do IEF-MG foi parcialmente acatada com o cuidado de constituir um conselho com uma composição razoável, entretanto, garantindo uma maior representatividade possível e o espaço legítimo para os/as moradores/as, uma vez que estes/as nem sempre estão representados nos STR's de seus municípios e, em muitos casos, possuem seus representantes comunitários.

Durante esse período surgiram diferentes organizações, com pouca inserção na área ou no processo em questão, demandando acento no conselho. Estas organizações surgiram, aparentemente, de forma oportunista e, naquele momento pelo desconhecimento do histórico, conflitos e avanços, poderiam tanto contribuir, como colocar em risco a construção de um processo participativo. Portanto, é importante frisar que a representatividade aqui mencionada, nessa primeira composição do conselho consultivo do PESB, reflete um histórico de participação e envolvimento de diversos segmentos junto ao IEF-MG desde as primeiras discussões para a criação da unidade de conservação.

Esta representatividade se configura num primeiro momento, portanto, muito mais em função de um histórico de comprometimento dessas organizações com a criação do parque e ações de desenvolvimento no seu entorno, do que por interesses posteriores à criação da unidade ou necessidade de contemplação de todos os setores da sociedade dentro do conselho.

O desafio que se coloca para este Conselho Consultivo a partir de então, é trabalhar, junto ao órgão gestor, a inclusão de novos atores capazes de contribuir efetivamente com o processo de gestão participativa no PESB.

Os exemplos de implantação e funcionamento de conselhos consultivos em parques no Brasil são incipientes, uma vez que o processo é relativamente recente e em construção, portanto, o IEF-MG enquanto órgão responsável vem atuando muito mais no exercício do aprendizado dessa construção. Diante desse esforço de aprendizado, muitos limites estão colocados. Várias ações têm sido desencadeadas pelo órgão gestor sem consulta prévia aos conselheiros/as, causando muita indignação entre estes/as. Isso reflete, ao mesmo tempo, inexperiência e dificuldade do Estado para lidar com processos participativos que promovam maior controle social nos espaços públicos.

Por outro lado, há que se considerar as limitações institucionais do órgão em relação à transições internas; dinâmica institucional e recursos humanos e financeiros escassos, frente à urgência da sociedade por respostas às suas demandas.

Em 2004 foi firmado um convênio entre o Governo de Minas Gerais e o banco alemão KFW, no âmbito do projeto PROMATA, que visa ações para promover a proteção da Mata Atlântica no Estado. O projeto prevê, entre outros, recursos para a implantação e gestão do PESB através da implementação de obras de infraestrutura; da contratação de funcionários (em convênio com prefeituras municipais); a regularização fundiária; a demarcação do PESB e; a elaboração do plano de manejo.

Entre 2004 e 2005 várias ações pertinentes à continuidade na implantação do PESB foram realizadas, embora nem sempre com o envolvimento direto dos/as conselheiros/as nas discussões sobre o futuro e gestão da unidade ou participação na tomada de decisões.

No ano de 2004 os conselheiros/as elaboraram o regimento interno do conselho consultivo e iniciaram com o IEF-MG algumas discussões sobre a continuidade nas ações de implantação do PESB com os recursos advindos do PROMATA.

Em 2005 foi iniciada a sistematização da experiência de criação e implantação do PESB, junto com alguns dos principais atores sociais e institucionais envolvidos com a mesma, visando identificar as lições aprendidas por esse grupo.

Nesse mesmo ano o IEF-MG deu prosseguimento à implantação do PESB realizando algumas ações relativas à obras de infra-estrutura tais como: alojamentos,

refeitórios, centro de educação ambiental e pesquisa, sede administrativa e portarias; contratação de funcionários, via convênio com prefeituras do entorno e encaminhamento de ações para regularização fundiária. Ao final de 2005, saiu um novo decreto de demarcação do PESB com área total de 14.984 ha, fruto das ações de regularização fundiária encaminhadas pelo IEF-MG.

Até o início de 2006 o processo continuava seguindo uma dinâmica estabelecida desde o início: cíclica, com picos de mobilizações e períodos de paralisações e desmobilizações recorrentes no decorrer. Entretanto, as organizações sempre presentes, reforçando a importância da participação social na criação, implantação e gestão do PESB de maneira efetiva e não apenas para compor um espaço de gestão criado por determinações legais ou para respaldar ações predeterminadas pelo órgão gestor.

Cumprindo com o planejamento proposto junto ao PROMATA, o IEF-MG iniciou efetivamente a elaboração do plano de manejo do parque em novembro de 2005 pela empresa Taniguchi Consultoria, responsável pela coordenação geral do plano e pela parte administrativa e pela Ambiente Brasil Centro de Estudos (ABCDE), uma organização não-governamental, responsável pelos estudos bióticos e abióticos do plano. O conselho consultivo vem acompanhando as ações desde então, participando ativamente das discussões e enfrentando novos desafios colocados.

4. CONCLUSÕES

O processo de ocupação colonial da região resgata o histórico de degradação sócio-ambiental e seus efeitos sobre a conservação da Mata Atlântica, tendo e vista a exploração secular não só ambiental, mas também, humana nesse contexto.

A proposta de criação do PESB surge dentro desse contexto histórico de exploração e de degradação, como uma possibilidade efetiva de solucionar o problema ambiental que estava instalado na região. A mesma foi elaborada sem maiores fundamentos técnicos, a partir de contextos e vivências externas ao local e sem uma interação com a população diretamente afetada (moradores e moradoras do entorno), o que levou à existência de conflitos atrelados à sua criação, inicialmente.

Entretanto, cabe ressaltar que não existiam muitas experiências semelhantes na época, nem uma discussão aprofundada a respeito das áreas protegidas no Brasil e, portanto, a iniciativa do Estado em criar uma unidade de conservação de proteção integral na região foi relevante para a conservação da biodiversidade regional.

Posteriormente, a não inclusão da população nas discussões sobre a criação do PESB levou ao surgimento de conflitos de diferentes ordens. Entretanto, a inserção de organizações ligadas aos movimentos sociais e com uma real preocupação com as questões ambientais regionais, como o CTA-ZM e os STR's de Araponga, Muriaé e Miradouro principalmente, bem como a organização social pré-existente, provocou uma mobilização social que foi responsável pela identificação dos conflitos e busca de soluções a partir do envolvimento de diferentes atores sociais e institucionais inseridos na região.

O processo de criação do PESB se deu então, em meio a conflitos, mas estes foram importantes para desencadear um processo de discussão, mobilização e de participação social posterior e que culminou numa articulação interinstitucional entre diferentes organizações inseridas na região, moradores e moradoras do entorno e o órgão gestor da unidade de conservação, o IEF-MG. Esse processo foi importante para garantir a criação do próprio PESB e a conservação ambiental da região, sem comprometer a integridade da população do entorno.

Capítulo 3

METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO BRIGADEIRO (PESB)

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma revisão bibliográfica relacionada ao tema sistematização, destacando o referencial teórico que norteou o trabalho e as etapas realizadas pela equipe durante a mesma. Acredita-se que a construção metodológica empregada nesta experiência possa contribuir para a realização de sistematizações em outras instituições, observando as diferentes realidades institucionais e locais/territoriais, as quais a metodologia será aplicada.

Não se pretende com isso oferecer um pacote metodológico para que outras instituições possam ter um modelo, mas sim, contribuir de alguma forma com alguns elementos a partir do que vem sendo construído dentro da metodologia adotada. É importante mencionar que uma metodologia em construção incorre em erros e acertos devendo, portanto, ser sempre revista e aperfeiçoada.

A sistematização da experiência de criação do PESB adaptou uma metodologia que vem sendo utilizada com êxito pelo CTA-ZM desde 2001 e tem como referencial teórico principal o “Guia Metodológica para la Sistematización de Experiências em el Secretariado Rural” (DIEZ HURTADO, 2001), um guia prático narrando passo a passo um processo de sistematização de uma experiência de intervenção institucional no Secretariado Rural do Peru. A metodologia também se baseou nos procedimentos descritos por SOUZA et. al (2005) para a sistematização das experiências com Sistemas Agroflorestais (SAF’s) do CTA-ZM.

1.1. O que é Sistematizar

A análise que se pretende realizar com esse processo de sistematização, pressupõe algumas etapas relevantes para a obtenção dos resultados esperados com a mesma. Para efeitos da metodologia empregada pelo CTA-ZM, a sistematização foi

realizada de forma participativa, sendo esta o processo que vai desde a coleta, organização e estudo dos dados primários e secundários, até a obtenção de conclusões que permita uma análise aprofundada acerca do processo ou experiência que ocorreu e uma reflexão sobre suas lições e/ou aprendizados. Esse processo deve ser conduzido em conjunto com os atores envolvidos (ou os principais) com a experiência e as lições devem subsidiar processos atuais e futuros.

Existem muitas dúvidas em relação a este tema e entre instituições governamentais e não-governamentais o entendimento em relação ao que seja sistematizar, para quê, por que e o quê sistematizar ainda é limitado ou pouco conhecido, por ser um processo relativamente recente.

Para muitos, sistematizar significa coletar e organizar uma base de dados. Para efeitos desse trabalho a sistematização pretende ser muito mais, o qual não exclui essa coleta e organização, mas também não reduz o papel da sistematização à apenas duas etapas. Estas se configuram apenas como primeiros passos para uma abordagem mais ampla.

DIEZ HURTADO (2001) define sistematização como sendo um processo de geração de conhecimentos, vinculados a intervenções intencionadas ou a experiências de promoção de desenvolvimento. Segundo o autor o objetivo final de qualquer processo de sistematização é recuperar as experiências desenvolvidas para convertê-la em uma fonte de conhecimento.

A sistematização pressupõe um acúmulo de informação, seu processamento e a reflexão sobre os resultados em diversos níveis: dos resultados; das conclusões e das lições que pode-se obter a partir disso. Uma sistematização é um processo de aprendizagem que deve problematizar e analisar criticamente nossa própria prática de promoção de desenvolvimento.

Assim sendo, um processo de sistematização nada mais é que um exercício de autoreflexão que permite ampliar o impacto dos aprendizados da experiência de uma pessoa ou de uma equipe ou de uma instituição orientando assim, outras pessoas envolvidas em experiências semelhantes em outros âmbitos ou outros tempos.

A sistematização também pressupõe uma comparação entre períodos distintos sobre uma dada experiência. É importante que a metodologia seja capaz de fazer uma ponte entre o resgate do passado (antes), a análise do presente (durante) e a reflexão futura (depois) para que assim, a sistematização contribua com a análise dos impactos de uma intervenção institucional ao longo de um determinado período. Essa

análise comparativa gera novos elementos para o aprendizado, monitoramento e para o aperfeiçoamento da prática institucional.

A análise que se pretende realizar com essa pesquisa pressupõe algumas etapas relevantes para a obtenção dos resultados esperados com a mesma. Para que seja realizada essa análise acerca do processo participativo de criação do PESB é preciso, sistematizar antes de tudo, a experiência vivida.

Entende-se ainda por sistematização, o processo que vai desde a organização e estudo dos dados secundários até a obtenção de conclusões que permitam uma análise aprofundada a respeito do processo ou experiência que ocorreu, possibilitando refletir e extrair suas lições e/ou aprendizados para que estes possam ser compartilhados.

O FONDO MINK'A DE CHORLAVI (2003) define sistematização como sendo um processo de ordenamento e reflexão crítica a partir de uma ou mais experiências de desenvolvimento, em torno de uma pergunta ou preocupação pré-definida, com a participação dos atores sociais locais e orientada à geração de lições aprendidas que permitam melhorar a própria ação, assim como, contribuir com um conjunto mais amplo de conhecimentos.

Percebe-se que há uma aproximação conceitual entre diversos autores acerca do que significa sistematizar. Para HOLLIDAY (1996), a experiência prática é o ponto de partida que permite a aproximação com a sistematização e a riqueza das experiências está justamente no fato da possibilidade de apropriação do que foi vivenciado e de poder compartilhar com os outros os aprendizados obtidos a partir dessa vivência.

Muitos autores definem sistematização enfatizando um ou outro elemento. Alguns dão ênfase à reconstrução ordenada da experiência, outros ao caráter de produção de conhecimentos que a sistematização possibilita. Alguns ainda enfocam que é um processo participativo e há quem reforça que a sistematização implica em conceitualização prática para que permita coerência a todos os seus elementos.

Segundo HOLLIDAY (1996) sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. Para o autor, a interpretação crítica é o resultado de todo um esforço para compreender os sentidos das experiências, tomando distância delas. Essa interpretação, que se caracteriza por

descobrir a lógica que conduz o processo, quais os fatores que intervêm nele e a relação entre eles, só é possível entretanto, se o processo vivido nas experiências for ordenado e reconstruído previamente.

Outras características relevantes da sistematização dizem respeito à produção de novos conhecimentos a partir da reflexão sobre a prática vivida. HOLLIDAY (1996) diz que a sistematização permite objetivar o vivido, ou seja, “fazer uma parada para tomar distância” daquilo que se experimentou vivencialmente e converter assim a própria experiência em objeto de estudo e interpretação teórica e, ao mesmo tempo, em objeto de transformação.

A sistematização pressupõe um acúmulo de informação e seu processamento, mais que isso, coloca em ordem essas informações, conhecimentos desordenados e percepções dispersas. Permite a reflexão sobre os resultados em diversos níveis: dos resultados; das conclusões e das lições que se pode obter a partir disso. Uma sistematização é um processo de aprendizagem que deve problematizar e analisar criticamente a própria prática.

Vários são os motivos para justificar uma sistematização. Estes, segundo DIEZ HURTADO (2001) podem agrupar-se em três grandes grupos de três razões ou propósitos:

- Para comunicar e divulgar um trabalho ou experiência;
- Para refletir e aprender com a prática com a finalidade de melhorá-la. Para isso analisam-se ações, tiram-se conclusões e obtêm-se lições que ajudam a melhorar a prática e projetos ou que ajudam na formulação de novas políticas e propostas;
- Para se obter novos conhecimentos sobre a realidade mediante a comparação de casos. Da análise do processo social que se intervêm e da compreensão de sua lógica interna, por exemplo, pode-se explicar e compreender melhor os ganhos sociais e os processos de desenvolvimento.

A lógica do processo de sistematização pressupõe alguns passos para a sua realização (Figura 2). Não são receitas, mas procedimentos que podem auxiliar o planejamento.

Segundo essa lógica existem cinco passos sucessivos aonde cada um conduz a um produto que serve de insumo para o seguinte:

1. Definir o que se quer aprender: consiste em uma definição do objetivo e formulação das perguntas que se pretende responder com uma sistematização;

2. Descrever a intervenção: re-escrever de forma ordenada a experiência a sistematizar, ações, agentes e resultados. Supõe uma reconstrução e ordenamento de dados e testemunhos sobre a base de categorias e premissas estabelecidas;
3. Assinalar fatores e tirar conclusões: consiste numa análise dos aspectos da experiência, assinalando relações causais entre os mesmos, interpretando os dados e obtendo conclusões;
4. Destacar aprendizagens: refletir sobre a experiência e as conclusões tratando de assinalar, compreender e explicar aquilo que a mesma ensina;
5. Redigir o documento final.

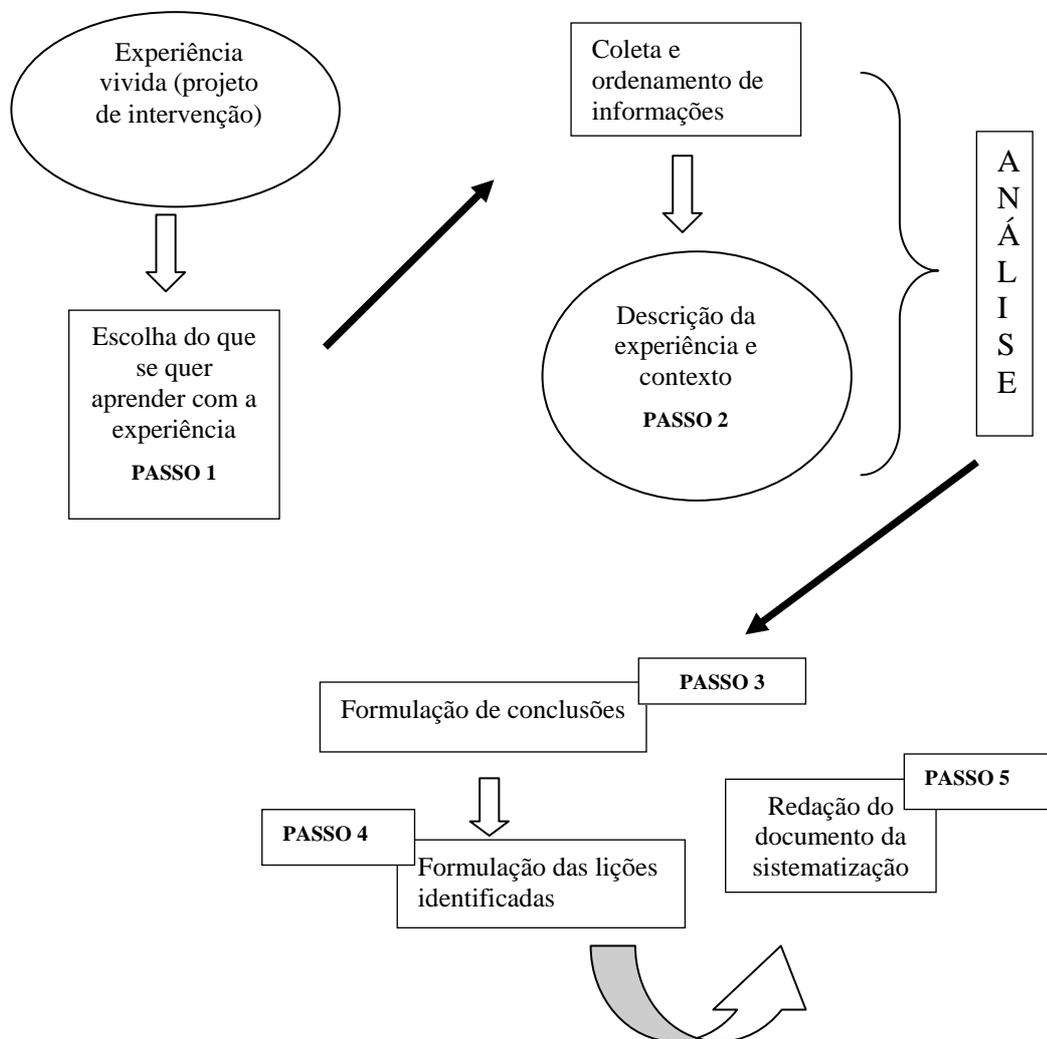


Figura 2 – Lógica do processo de sistematização.
Fonte: Adaptado de DIEZ HURTADO (2001).

Freqüentemente uma sistematização é confundida com uma avaliação de projetos ou uma investigação. DIEZ HURTADO (2001) afirma que as três atividades supõem uma série de operações semelhantes, mas existem algumas peculiaridades que as distinguem (Quadro 3).

É importante, para efeitos deste estudo, distinguir as três atividades, pois a partir da sistematização a investigação científica será inerente ao estudo de campo podendo, por vezes, complementarem-se.

Quadro 3 - Semelhanças e diferenças entre avaliação, sistematização e investigação.

Avaliação de projetos	Sistematização	Investigação
Se centra em um projeto	Se centra em uma experiência	Se centra em um problema
Interessam os resultados em relação às metas programadas	Interessam os processos , os procedimentos e o contexto	Seu interesse depende do sujeito da análise
Preocupa-se em medir e comparar	Preocupa-se em refletir e aprender	Preocupa-se em analisar e comparar
O conhecimento surge da avaliação	O conhecimento surge da prática	O conhecimento surge de uma discussão teórica
A cargo de especialistas	A cargo de promotores	A cargo de especialistas
Fonte de informação interna e externa	Fonte de informação interna ao sujeito	Fonte de informação externa ao sujeito

Outra dificuldade relacionada à sistematização é como sistematizar. Isto requer duas operações de acordo com DIEZ HURTADO (2001): a) planejamento da sistematização e b) desenvolvimento da sistematização.

Toda sistematização requer trabalho, tempo e recurso. Por isso é necessário planejá-la cuidadosamente.

Uma sistematização supõe uma mesma seqüência de tarefas como qualquer outro projeto, devendo-se especificar objetivos, metas e resultados verificáveis, atividades a desenvolver, tempo que necessitará para cada atividade, responsáveis pela realização e prazos.

Uma sistematização pressupõe uma seqüência de passos ou operações que consistem em: descrever um processo, assinalar e comparar fatores que intervêm nos mesmos e destacar os aprendizados. Separadas, nenhuma das três operações podem

ser consideradas uma sistematização: não basta descrever se não se analisa, não serve analisar se não se aprende com a análise (DIEZ HURTADO, 2001).

Recontar uma experiência, descrevendo as atividades e resultados das mesmas com o fim de socializar, é ter uma visão reduzida do processo. Essas atividades são apenas partes e componentes necessários, mas não suficientes para qualquer sistematização.

Para HOLLIDAY (1996), uma sistematização, portanto, não é:

- Narrar uma experiência: esta deve ir além da narração;
- Descrever processos: é preciso que a descrição avance para a interpretação;
- Classificar experiências por categorias comuns: pode auxiliar no ordenamento, mas não esgota a necessidade de interpretar o processo;
- Ordenar e tabular informações sobre a experiência: como o caso anterior;
- Fazer uma dissertação teórica exemplificando com algumas referências práticas: ou seja, não seria uma conceitualização surgida da interpretação desses processos.

Este autor ressalta ainda que a sistematização não pode ser um fato pontual e sim permanente devendo, portanto, ser realizada por pessoas ou organizações envolvidas e comprometidas cotidianamente nesses processos. Algumas condições pessoais como interesse em aprender da experiência; sensibilidade para deixá-la falar por si mesma e; habilidade para fazer análise e síntese são mencionadas como importantes para se colocar em prática a sistematização.

Condições institucionais também são tão importantes quanto as pessoais: buscar coerência para o trabalho de equipe; definir um sistema integrado de funcionamento e; impulsionar um processo acumulativo dentro das instituições a qual se está vinculado.

Para analisar a experiência de criação do PESB em todo o seu contexto como se pretende, fez-se necessário, antes de tudo, sistematizar esta experiência de acordo com o que foi aqui mencionado.

A metodologia de DIEZ HURTADO (2001) prevê ainda a elaboração de uma matriz composta por eixos e componentes. Esta matriz tem a função de correlacionar eixos mais abrangentes dentro do processo, com temas associados a eles (componentes) e organizar a busca de informações, junto aos atores envolvidos e nos documentos. Uma vez que o tema a ser sistematizado é bastante amplo e podem ter diferentes enfoques, o objetivo da matriz é orientar a busca de informações

necessárias à sistematização, dentro de um objetivo ou abordagem previamente determinados.

A abrangência da sistematização de uma determinada experiência de intervenção pode ser relativa a depender do tempo, suporte humano, físico e financeiro disponível e também do acúmulo que essa experiência adquiriu, de forma a gerar aprendizados.

Dentro da metodologia proposta um plano de difusão dos aprendizados deve ser elaborado como etapa final, visando socializar os conhecimentos gerados.

2. MATERIAL E MÉTODOS

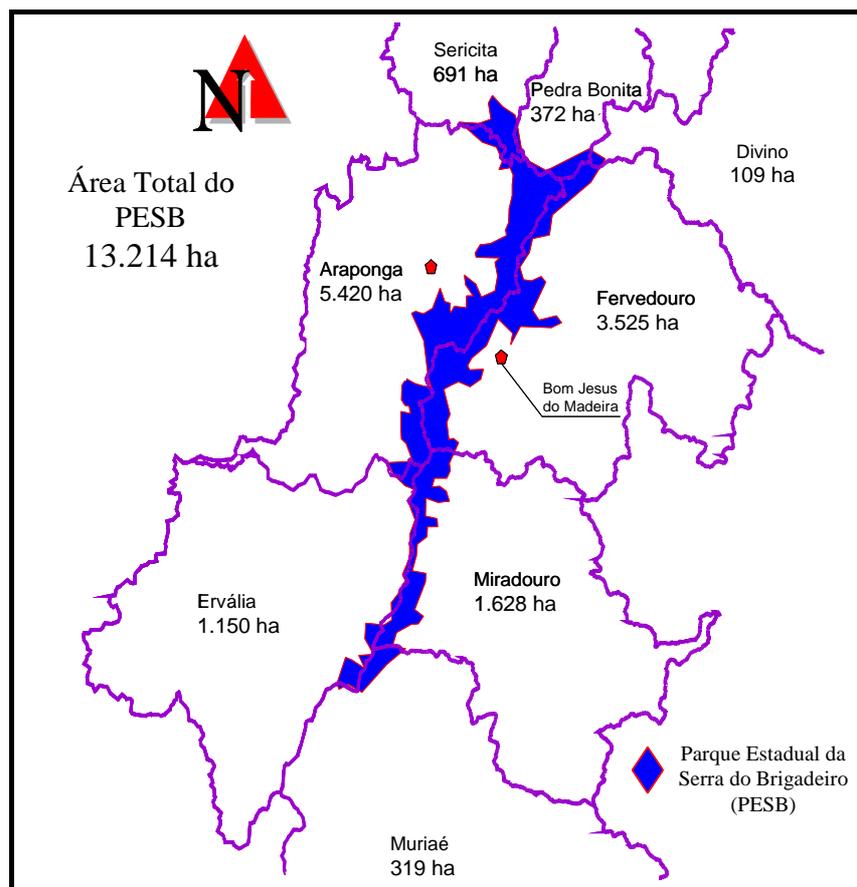
2.1 Informações sobre a área de estudo.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (Figura 3) é uma unidade de conservação de proteção integral, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais e administrada pelo Instituto Estadual de Florestas do Estado (IEF-MG)⁶. Pertence ao complexo de serras da Mantiqueira e constitui-se divisor de duas importantes bacias hidrográficas para a região: Paraíba do Sul e Rio Doce. Oito municípios compõem o seu entorno, com área inserida no parque: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Sericita e Pedra Bonita.

A área de abrangência do presente estudo é o PESB e seu entorno⁷. Procurou-se inserir alguns dos principais atores sociais e institucionais envolvidos diretamente ou indiretamente no processo de criação e implantação do PESB. Estes atores estão inseridos em organizações formais, não-formais, governamentais e não-governamentais todas localizadas ou que atuam no PESB e/ou seu entorno (ver Anexo 1).

⁶ Em 2005 o IEF-MG realizou um amplo processo de regularização fundiária, o qual resultou na ampliação da área total do PESB para 14.984 ha.

⁷ Entorno, para efeito desta sistematização, é entendido como o espaço determinado pelo conjunto de relações e interações sociais, políticas, culturais, ambientais e econômicas, que circundam o PESB, inseridas num contexto de municípios, comunidades rurais e outras unidades de conservação adjacentes.



Fonte: BONFIM (2001), adaptado de Rolim (1999).

Figura 3 – Mapa do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), com os 8 municípios confrontantes e suas respectivas áreas dentro do parque.

O presente estudo é qualitativo, descritivo, comparativo e insere-se no âmbito da pesquisa participante, na qual os chamados “objetos de estudo” possam se tornar “sujeitos de estudo”. Desse modo, o planejamento e execução da pesquisa foram participativos, procurando superar a dicotomia existente entre planejador-executor e populações-alvo, tão duramente criticada por não considerar a participação destas no decorrer do trabalho que está sendo realizado.

2.2 Metodologia de ação

2.2.1. Planejamento da Sistematização

O primeiro passo para realização da sistematização consistiu na realização de um planejamento geral (Anexo 2), no qual foram levantados pontos importantes antes de iniciar a sistematização, tais como: i) cronograma de ações; ii) objeto (o que sistematizar); iii) objetivo (para quê sistematizar); iv) levantamento de todos os assuntos (eixos centrais e aspectos mais específicos) que pudessem ser relevantes no

processo de sistematização; v) previsão orçamentária e vi) levantamento de algumas questões relevantes; vii) elaboração de roteiro preliminar de entrevistas (Anexo 3). Este planejamento geral foi sendo adaptado ao longo da execução da sistematização, tendo em vista prazos, recursos humanos e financeiros, a dinâmica das organizações envolvidas e aprofundamento da metodologia utilizada.

Dentro dessa proposta foram elaboradas duas matrizes de sistematização, partindo-se de uma mais ampla e outra reduzida (Ver Anexo 2), como forma de obtenção de uma matriz final, composta por eixos e componentes. Esta norteou todas as outras etapas abrangidas pela metodologia de ação para o caso da experiência de criação e implantação do PESB que seguem descritas a seguir:

2.2.2. Levantamento e organização de dados secundários

Foi realizada ampla consulta a fontes secundárias de informação e organização de todos os materiais e documentos relativos ao processo existentes (SOUZA et al., 2005), tais como: relatórios de atividades de campo e de reuniões; memórias de eventos e encontros; fontes bibliográficas referentes à experiências semelhantes; teses, livros; documentos; anais de simpósios; mapas; dentre outros.

Para melhor organização dos dados foi utilizado um aplicativo de organização bibliográfica, o *End Note*, o qual possibilitou a catalogação de toda a bibliografia encontrada e uma maior agilidade na busca das informações.

A sistematização se ocupou de buscar fontes secundárias de informações em diferentes locais. Praticamente todas as referências foram encontradas na sede do CTA-ZM. Isso demonstra uma limitação, mas como já foi explicitado, a sistematização é um processo recente para a maior parte das organizações e, em muitas delas, não é hábito a realização de relatos de eventos, organização e sistematização de informações relativas à intervenção.

2.2.3 Levantamento de dados primários, destaque e comparação dos fatores e agentes intervenientes:

Foram realizadas entrevistas com os principais atores envolvidos com a experiência, entre técnicos/as de organizações governamentais e não-governamentais, consultores da área ambiental, pesquisador que propôs a criação do PESB e lideranças do movimento sindical, visando a coleta de dados primários que pudessem ser confrontados com os documentos. Foram elaborados dois roteiros semi-estruturados distintos, uma para entrevistas com técnicos/as e outro para moradores/as e lideranças do entorno (Anexo 4a; Anexo 4b).

Estas entrevistas foram realizadas através de visitas às organizações e foi solicitado à cada entrevistado/a que se posicionasse dentro da pesquisa representando a organização que estava vinculado na época da criação do PESB, uma vez que a sistematização se refere à uma experiência passada e muitos deles, já não estavam mais vinculados às organizações quando vivenciaram o processo. Para tanto, foram estruturados materiais, pesquisadas ferramentas participativas para facilitar a contribuição de todos/as. Para as entrevistas além do roteiro semi-estruturado, foi utilizado o Diagrama de Venn (Figura 4) para auxiliar na análise das relações geradas pela experiência ao longo do processo, destacando: o papel de cada ator (X, Y ou Z); a proximidade ou distanciamento entre estes e entre os mesmos e a experiência (criação e implantação do PESB) e a influência/importância de cada ator em relação à mesma.

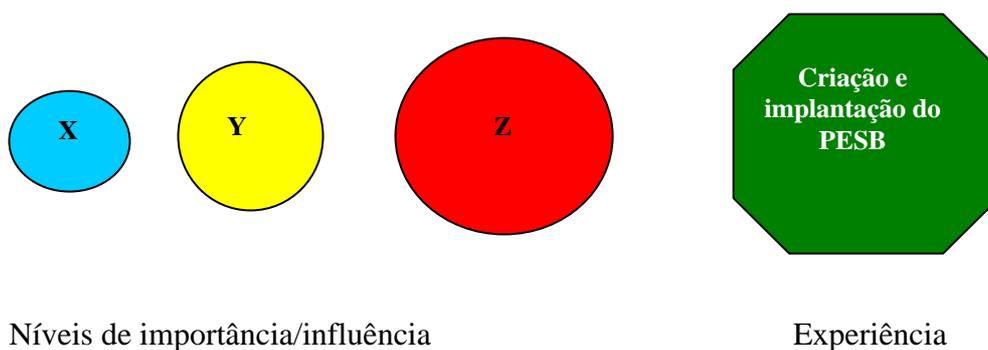


Figura 4 – Elementos do Diagrama de Venn confeccionado nas entrevistas

Tomou-se o cuidado de apresentar à cada entrevistado a metodologia que estava sendo utilizada e ainda, de perguntar para estes se as demandas colocadas pela mesma atendiam ao conjunto das organizações, no que diz respeito à experiência em questão. Não houve a necessidade de inclusão de novas demandas, de modo que a metodologia conseguiu incorporar os principais temas relacionados à experiência como um todo, não se restringindo às demandas pertinentes à intervenção ou vivência de uma organização específica.

Todas as informações obtidas através das entrevistas foram tabuladas e organizadas dentro dos cruzamentos da matriz, para facilitar a análise posterior (SOUZA et. al., 2005). Essas entrevistas trouxeram ainda novas informações à sistematização e geraram um processo inicial de reflexão por parte dos/as envolvidos, a partir das questões colocadas.

2.2.4 Organização, preparação e realização de encontros intercomunitários:

Durante o processo priorizou-se também a coleta de dados primários com moradores/as do entorno do PESB, de forma coletiva. Nesse sentido, foram realizados 4 encontros reunindo grupos de comunidades vizinhas ao parque em dois municípios, Araponga (Pereiras, Laia, Boné e Nenéas; Tromba d'Anta e Serra das Cabeças) e Miradouro (Sapé) (Foto 3; Foto 4).

Para os encontros utilizou-se o roteiro para moradores/as, ferramentas participativas como a matriz histórica e dinâmicas que facilitaram o resgate histórico da criação do PESB; proporcionaram a troca de experiência entre os/as moradores/as e facilitaram a coleta dos dados e a participação, reflexão e análise de todos sobre a experiência vivida.

As comunidades foram selecionadas segundo alguns critérios: foram propositalmente as mais isoladas das áreas urbanizadas; mais próximas (geograficamente) do parque e; residência de moradores/as que vivenciaram o processo de criação e implantação do PESB. Esses moradores tiveram papel fundamental na sistematização contribuindo com o resgate histórico, através de relatos e com a análise do processo através da sua vivência.



**Foto 3 – Encontros intercomunitários na Serra do Brigadeiro.
Foto de Verônica R. Bonfim.**



Foto 4 – Encontros intercomunitários na Serra do Brigadeiro.
Foto de Heitor L. Praça.

Utilizou-se uma dinâmica de contação de histórias que contou com a colaboração dos moradores/as mais antigos nas comunidades ou que vivenciaram o processo do PESB. Esta dinâmica transformou a coleta de dados e o resgate histórico em momentos de mística e de troca entre os mais antigos/as e os novos moradores/as; entre os que participaram e/ou acompanharam o processo de criação e implantação do parque e os que estão chegando agora. Foi trabalhada em cada comunidade a participação ativa de pelo menos um/a morador/a que vivenciou o processo para que este/a conduzisse a dinâmica contando a história para os demais, que participavam com perguntas e complementando informações, enquanto a equipe intermediava e provocava questões pertinentes à sistematização, caso estas não surgissem ao longo da dinâmica. Em todas as comunidades a dinâmica foi iniciada com música, momentos de reflexão e uma oração conduzida por algum morador/a.

A matriz histórica (Quadro 4), foi outra ferramenta participativa utilizada nos encontros realizados nas comunidades (Foto 5; Foto 6). FARIA (2000) define matriz histórica como sendo uma técnica que possibilita a análise de diversos aspectos da realidade ao longo do tempo. Elas são usadas para fazer comparações. Enquanto a linha do tempo se ocupa em reconstruir os fatos ao longo do tempo, a matriz se ocupa em reconstruir processos num dado tempo.

Quadro 4 – Modelo de matriz histórica, confeccionada com moradores/as do entorno, sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte das famílias.

	← ANTES	1996 (Ano de criação do PESB)	DEPOIS →
ÁGUA			
MATAS			
BICHOS			
CULTIVO AGRÍCOLA			

A matriz histórica cumpriu o papel de aprofundar temas relevantes relacionados aos impactos (sobre a conservação e sobre a vida da população) em dois períodos, antes e depois da criação do PESB. A matriz, desenhada no chão era confeccionada com a contribuição dos moradores/as a partir de suas reflexões sobre os temas levantados. Para simbolizar os elementos (variáveis) eram utilizados materiais diversos disponíveis no próprio local, tais como: galhos, folhas, pedras, copos com água etc.

A sistematização e análise dos dados foram realizadas com base nas informações geradas pela matriz, tendo em vista outras variáveis que possivelmente estão associadas ao resultado da análise dos moradores/as sobre cada associação. A análise obtida está inserida nas discussões do capítulo 4.



Foto 5 – Confeção da matriz histórica com moradores/as.
Foto de Verônica R. Bonfim.



Foto 6 – Confeção da matriz histórica com moradores/as.
Foto de Romualdo J. Macedo.

2.2.5 Análise e destaque de percepções sobre o processo

Todas as informações resgatadas e/ou levantadas sobre a experiência foram tabuladas e sistematizadas dentro dos cruzamentos (eixos x componentes) gerados pela matriz (SOUZA et al., 2005). Isso facilitou a organização dos dados coletados, a análise posterior e as associações feitas entre os temas levantados a partir da sistematização.

Essa análise preliminar, gerada a partir dos cruzamentos, resultou num documento com as percepções sobre a experiência de criação do PESB. Essas são reflexões gerais não mais sintetizadas nos cruzamentos, mas relacionadas à experiência como um todo, fruto de uma análise da sistematização sobre todos os temas gerados.

2.2.6 Identificação de lições aprendidas

O último encontro da sistematização consistiu na identificação de lições aprendidas sobre a experiência de criação e implantação do PESB. Para efeitos desta metodologia, entende-se por lições aprendidas um conjunto de recomendações geradas a partir de reflexões e aprendizados sobre uma determinada experiência vivida (SOUZA et al., 2005). Tais recomendações são direcionadas ao próprio processo de intervenção institucional, como forma de melhorar a sua prática e também ao público de interesse. Elas podem ser tanto positivas (relacionadas ao que

foi bom) quanto negativas (relacionadas ao que não foi bom) e remetem a uma experiência, tendo em vista os processos vividos por aquele grupo ou instituição.

Para este encontro foram organizados e preparados materiais descritivos e dinâmicas que possibilitaram uma participação ativa e qualificada dos/as participantes (Anexo 1).

O Encontro foi dividido em três momentos:

1. Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo;
2. Leitura do documento-síntese das percepções da sistematização;
3. Extração de lições.

1. Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo:

Foi apresentada a linha do tempo do processo, confeccionada a partir dos relatos e documentos (Figura 1). Após a apresentação foi aberta a discussão para que o grupo pudesse contribuir incorporando novos eventos que não foram apontados na linha ou retificando informações.

2. Leitura do documento-síntese das percepções da sistematização:

Foi apresentado ao grupo material contendo as principais percepções da sistematização sobre cada tema gerado a partir da matriz. Este material foi lido em grupos que foram divididos por segmentos: atores institucionais governamentais; atores institucionais das organizações não-governamentais e atores sociais locais. A leitura do material se deu de forma coletiva, discutindo e destacando as contribuições, novas conclusões; discordâncias e dúvidas. A plenária de apresentação dos grupos foi conduzida com a apresentação de cada grupo acerca das discordâncias e contribuições para cada tema. O objetivo desse momento não foi consensuar, mas provocar discussão, reflexão, troca de experiências e subsidiar o momento seguinte.

3. Identificação de lições:

O último momento do encontro consistiu na manutenção dos mesmos grupos, os quais trabalharam no sentido de refletir sobre as lições e aprendizados do processo dentro da vivência de cada um. Foram apresentadas duas perguntas geradoras para a reflexão e identificação de lições: a) O que podemos recomendar à outra experiências, organizações ou processos semelhantes? e b) O que faríamos se fôssemos começar tudo de novo? A partir daí os grupos foram para o debate refletindo sobre os aprendizados que podem ser replicados em outros espaços e aprendizados visando melhorar a prática de cada ator social e institucional envolvido.

Após o debate foi realizada uma plenária final com a apresentação de cada grupo por meio de tarjetas, seguida de breve discussão.

2.2.7 Elaboração de um plano de difusão:

Tão importante quanto sistematizar uma experiência vivida por uma organização, pessoa ou grupos organizados é criar condições para que os conhecimentos e os aprendizados adquiridos pelos atores sociais e institucionais envolvidos sejam multiplicados em outros espaços ou lugares e/ou compartilhados com outros atores que vivenciam processos semelhantes.

O processo de sistematização para ser completo deve se comprometer com a elaboração de estratégias e confecção de materiais de difusão/disseminação dos resultados e das lições aprendidas. Essa etapa compreende o último passo da sistematização.

A difusão dos produtos da sistematização objetiva socializar os aprendizados e acúmulos ocorridos durante a experiência sistematizada e pode ser instrumento capaz de influenciar ações e decisões, tanto no plano individual quanto coletivo, inclusive políticas públicas voltadas para o (s) tema (s) no (s) qual (is) a experiência se insere (SOUZA et al., 2005; SOUZA, 2006).

Entende-se que a metodologia de sistematização utilizada é um processo de geração de conhecimentos e, portanto, deve ser multiplicado, replicado, disseminado e/ou compartilhado com diferentes públicos de interesse, tais como: organizações governamentais e não-governamentais; agências financiadoras; técnicos/as; pesquisadores/as; estudantes; moradores/as do entorno de unidades de conservação; dentre outros.

A metodologia de sistematização prevê a elaboração de um plano de difusão que, nada mais é que, um planejamento dos produtos possíveis que podem ser elaborados a partir do documento final da sistematização e seus respectivos públicos interessados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Matriz da sistematização

Para esta sistematização foi elaborada uma matriz contendo dois eixos (A e B) quatro componentes (1, 2, 3 e 4), como apresentado no Quadro 5, correlacionando questões relevantes para a experiência. Cada cruzamento priorizado da matriz originou uma série de questões (Anexo 5) pertinentes à consecução da sistematização, orientando, dessa forma, a coleta de dados e a análise posterior (Exemplo 1).

Quadro 5 – Matriz da sistematização da experiência de criação do PESB.

EIXOS COMPONENTES	A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONFLITOS	B IMPACTOS (sobre a conservação e sobre a vida da população)
1 ASPECTOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNAMENTAIS	A1	B1
2 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS	A2	B2
3 ORGANIZAÇÃO SOCIAL	A3	*_ *não priorizado
4 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E ASPECTOS CULTURAIS LOCAIS	A4	B4

Exemplo 1 – Para o cruzamento A1, gerou-se, por exemplo, as seguintes questões:

- Como se dá a participação social durante o processo de criação e implantação do PESB?
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?

A matriz delineada para a sistematização de experiência do PESB partiu de outras mais abrangentes, de forma a atender ao objetivo traçado e as hipóteses levantadas, limitando-se a um dado período da experiência (1993-2004). Uma matriz muito abrangente corre o risco de conter eixos e componentes desnecessários ao que

se quer refletir, ou ainda, de se tornar repetitiva, incorrendo na busca de muitas informações que não serão úteis posteriormente.

Em função das questões geradas, foram realizadas as etapas de levantamento de dados primários e secundários. Em muitas das questões não foi possível obter resposta a partir da bibliografia levantada, logo a matriz apontou também questões que necessitavam de uma busca de informações para além da bibliografia reunida, como o caso das entrevistas.

Em se tratando de uma experiência cujo enfoque maior é a participação, a metodologia não poderia ser de outra forma senão, participativa. Durante o período de planejamento, visitas às organizações, entrevistas, análise, extração de lições aprendidas e discussão/devolução das lições a sistematização contou com a colaboração de técnicos/as, pesquisadores/as, moradores/as do entorno e suas famílias, estudantes e instituições, nos diversos espaços criados para este fim.

A sistematização contribuiu ainda para a formação de um estudante de graduação do curso de Geografia da UFV, estagiário durante o período e que muito se dedicou, tendo colaborado com a coleta e sistematização de dados e elaboração metodológica da sistematização em todas as etapas.

3.2 Momentos iniciais

Foi elaborada uma metodologia de sistematização participativa adaptada ao contexto da experiência. A metodologia conseguiu incorporar atores sociais e institucionais distintos, tanto formais quanto não-formais, que contribuíram com a sistematização a partir dos diferentes olhares e concepções sobre os vários temas abordados.

Foram realizadas entrevistas com técnicos e lideranças como parte do planejamento inicial. Estas permitiram obter uma visão geral da experiência; mapear os principais atores envolvidos; identificar as diferentes fases do processo e levantar demandas que pudessem interessar à experiência como um todo.

A pesquisa documental totalizou cerca de 67 referências bibliográficas existentes na sede do CTA-ZM. Esse apanhado bibliográfico facilitou a visualização, de maneira mais generalizada, do processo focado e seu contexto.

3.3 Entrevistas e momentos coletivos

Foram realizadas 18 entrevistas, 4 encontros intercomunitários e 1 encontro final reunindo todos os envolvidos com a sistematização. Os encontros intercomunitários totalizaram a participação de cerca de 140 moradores/as do

entorno, distribuídos/as em dois municípios (cerca de 120 de Araponga e cerca de 20 de Miradouro).

O encontro final reuniu 24 participantes. Neste encontro participaram, além dos atores entrevistados e equipe de apoio, alguns convidados de interesse, tais como: a gerência atual do PESB; escritório regional do IEF-MG; técnica de outra unidade de conservação administrada pelo órgão e representantes do conselho consultivo do PESB.

Os encontros intercomunitários tiveram um papel relevante para além da sistematização, pois retomou, nessas comunidades rurais, o debate sobre o parque que estava esquecido desde a mobilização para a criação do mesmo; proporcionou uma reflexão coletiva importante sobre a experiência, tanto para o processo de sistematização, quanto para a gestão participativa da unidade de conservação; trouxe às comunidades informações relacionadas à mineração no entorno do parque, gestão do PESB e entorno, a política governamental de desenvolvimento territorial que inclui o Território da Serra do Brigadeiro e trouxe para o debate a situação e função das outras categorias de unidades de conservação criadas como as Áreas de Proteção Ambiental (APA's) e sobre o ICMS Ecológico⁸.

Todas essas informações, já em discussão há algum tempo tornam-se novidades para as comunidades. Estas são carentes de qualquer tipo de informação que circula no território.

3.4 Resgate histórico e análise

Foi realizado o resgate histórico que resultou na linha do tempo geral da experiência, com a contribuição de todos os atores envolvidos na sistematização. O resgate contribuiu ainda para que o público pudesse lembrar, num contexto coletivo, fatos históricos vivenciados pelos diferentes atores e/ou grupos.

A partir da análise preliminar foi possível elaborar um documento com as percepções de todo o processo para subsidiar a etapa seguinte. Como forma de facilitar a compreensão as percepções foram apresentadas por temas, que foram selecionados a partir da matriz de sistematização, quais sejam:

⁸ O ICMS ecológico, instituído através da Lei 12.040/995, é um imposto que gera receitas para os municípios que possuem áreas inseridas em unidades de conservação e constitui-se motivo de muita polêmica, gerando conflitos entre moradores/as e o poder público municipal. A população rural do entorno questiona a destinação do benefício que, na visão da mesma, deveria ser revertido para suas comunidades.

1. As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro;
2. Os conflitos;
3. A participação social;
 - 3.1 Gênero e geração.
4. As estratégias utilizadas;
 - 4.1 Participação;
 - 4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.
5. As articulações interinstitucionais;
6. Os impactos da criação e implantação do PESB;
7. A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.

Como resultados foi possível obter as percepções do processo incorporando contribuições do grupo de atores envolvidos. Estas, apresentadas num documento-base, subsidiaram a identificação de lições pelo grupo de envolvidos na sistematização. Todas as percepções são apresentadas no capítulo 4 deste estudo.

Foram identificadas pelo grupo várias lições ou recomendações referentes ao processo de criação e implantação do PESB, tendo em vista a perspectiva de gestão integrada e participativa do mesmo e a contribuição à outras experiências semelhantes. Todas as lições foram acatadas pelo coletivo, não surgindo discordância sobre nenhuma, de modo que o resultado final foi um conjunto de lições deste grupo de atores envolvidos, a partir de reflexões sobre a experiência vivenciada.

Como etapa final da sistematização foi elaborado um plano de difusão (Figura 5), o qual abrange, além dos possíveis produtos e públicos aos quais se destinam, o objetivo, o prazo para a confecção e a previsão de itens orçamentários associado à cada produto.

O plano é um instrumento que orienta a difusão dos produtos da sistematização. Entretanto, em termos metodológicos é importante frisar que, dentro das inúmeras possibilidades de produtos que podem surgir, a elaboração e confecção dos mesmos devem estar relacionadas ao objetivo e disponibilidade de tempo e de recursos humanos e financeiros da organização proponente.

Em relação à difusão dos aprendizados o presente estudo gerou artigos para eventos importantes na área, tais como: o I Simpósio Nacional sobre Áreas Protegidas, realizado em novembro de 2005, em Viçosa, MG; o I Simpósio sobre o bioma Mata Atlântica: recuperação, conservação e desenvolvimento sustentável,

realizado em junho de 2005 em Viçosa, MG e o COMBIO - Congresso Mineiro de Biodiversidade, realizado em abril de 2006 em Belo Horizonte, MG.

Figura 5 – Plano de difusão da sistematização da experiência de criação do PESB.

O quê ? (produto)	Para quê? (objetivo)	Para quem? (público)	Quando? (prazo)	Previsão de itens orçamentários *
Documento final	Registro documentário da sistematização	Organizações envolvidas na sistematização; financiadores e; demais interessados.	Final de julho de 2006.	- Cartucho de impressora; - Papel A4.
Eventos (seminários, congressos, encontros etc.)	Divulgação; troca de experiência; influenciar o debate nestes espaços.	Público de interesse e variado, presente nestes espaços.	No decorrer da sistematização e após o término.	- Transporte; - Hospedagem; - Alimentação. (Vai depender de cada evento)
Encontros comunitários	Retorno e discussão das lições para moradores/as envolvidos e comunidades do entorno; troca de experiência; divulgação; influenciar a participação destes/as no processo de gestão do PESB e entorno.	Comunidades rurais do entorno do PESB.	Após o término da sistematização, preferencialmente dentro das discussões de elaboração do plano de manejo em curso.	- Transporte da equipe; - Lanche para os participantes; - Material didático.
Artigos científicos e/ou para revistas da área	Reflexão teórica; correlação com a prática vivenciada; difusão no meio acadêmico; influenciar o espaço acadêmico.	Público acadêmico; organizações que atuam na área e demais interessados.	No decorrer da sistematização a após o término.	- Cartucho para impressora; - Papel A4.
Cartilhas	Disseminação, informação e formação em nível “micro” (local/territorial).	Agricultores/as moradores/as do entorno do PESB e suas organizações.	Após o término da sistematização.	- Diagramação; - Tiragem.

Livro	Disseminação, informação e formação em nível “macro” (estadual e nacional).	Organizações envolvidas; financiadores; organizações externas.	Após o término da sistematização.	- Revisão ortográfica; - Diagramação; - Edição; - Publicação.
Tese em nível de doutorado	Reflexão teórica; correlação com a prática vivenciada; difusão no meio acadêmico; influenciar o espaço acadêmico.	Público acadêmico e demais interessados.	Até setembro de 2006.	- Cartucho para impressora; - Papel A4; - Revisão ortográfica.
Vídeo	Disseminação; informação; formação; influenciar outras experiências.	Público diverso de interesse, especialmente organizações que atuam na área.	Após o término da sistematização.	- Material para filmagem; - Transporte; - Hospedagem; - Alimentação; - Diagramação; - Sonorização; - Editoração.

*** o dia de serviço do coordenador/a e/ou equipe de apoio não foi contemplado.**

4. CONCLUSÕES

A metodologia apresentada permitiu além do resgate e registro da experiência, uma análise participativa da mesma sob todos os aspectos abordados (técnico, processual e metodológico).

O uso de algumas técnicas de DRP facilitou a abordagem participativa na coleta de dados e análise. Entretanto, houve limitações que já eram previstas pela pesquisa. A análise do Diagrama Venn não foi aprofundada por cada organização, uma vez que foi confeccionado com cada entrevistado e não em grupos como a técnica orienta.

Essa limitação perpassou todo o trabalho, pois as organizações são representadas por pessoas, sendo que em cada organização havia poucos representantes que tiveram inserção no processo e condições, portanto, de contribuir. Com exceção feita ao CTA-ZM, a qual os programas e ações são executados de maneira interdisciplinar e integrados, a maior parte das organizações não possuía essa flexibilidade. Assim, nem sempre a visão destes reflete o pensamento da organização como um todo. Entretanto, elas se posicionaram no processo representando a organização e assim o foi considerado na sistematização.

A confecção da matriz não possibilitou uma análise aprofundada sobre os impactos dos/as moradores/as sobre a biodiversidade e o impacto da criação do PESB na vida destes/as, uma vez que outras variáveis interferem no espaço e no tempo. Entretanto, a ferramenta contribuiu para uma reflexão coletiva sobre os temas e sua evolução histórica em dois períodos distintos, destacando a importância da criação do PESB para a conservação da biodiversidade e seus impactos sobre a vida no entorno. Essa discussão pode contribuir para uma maior compreensão sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte dos/as moradores/as ali localizados, orientando ações relacionadas à conservação do território como um todo em consonância com o pleno desenvolvimento do mesmo.

A metodologia adaptada conseguiu romper as limitações que poderiam surgir de uma sistematização envolvendo um grupo tão heterogêneo, cujas relações nem sempre são de parcerias ou alianças e que estão inseridos num processo permeado de

conflitos de interesse. Conseguiu ainda, partir de demandas abrangentes que contemplavam tanto os anseios das organizações envolvidas como da experiência como um todo. A partir da metodologia adotada os atores sociais e institucionais envolvidos puderam contribuir com o resgate e refletir sobre a experiência e suas lições, a partir das vivências e diferentes visões de cada um.

Capítulo 4

PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PESB

1. INTRODUÇÃO

Procurou-se analisar todas as informações levantadas a partir de documentos, entrevistas, reuniões e encontros com alguns dos principais atores envolvidos com a experiência de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB). Essa análise pretende apontar algumas percepções sobre o processo, tendo em vista os fatores que motivaram esta sistematização; as hipóteses elaboradas no início do trabalho; os objetivos; as questões formuladas a partir do conjunto de cruzamentos da matriz e o conjunto das informações levantadas.

Foram destacadas percepções acerca de 7 temas a saber:

1. As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro;
2. Os conflitos;
3. A participação social;
 - 3.1 Gênero e geração.
4. As estratégias utilizadas;
 - 4.1 Participação social;
 - 4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.
5. As articulações interinstitucionais;
6. Os impactos da criação e implantação do PESB;
7. A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.

Procurou-se, no âmbito da pesquisa, aprofundar as principais informações inseridas em cada tema, de modo a subsidiar a compreensão das percepções destacadas. Estas são fruto de uma análise do presente estudo, em conjunto com os sujeitos da pesquisa.

2. MATERIAL E MÉTODOS

As percepções sobre o processo de criação do PESB foram obtidas a partir de uma análise aprofundada dos dados da sistematização. Procurou-se nesta etapa, observar dentro da experiência de criação do PESB, objeto deste trabalho, os impactos da mesma, analisando períodos distintos correspondentes à antes, durante e depois da experiência.

A etapa de análise da sistematização foi precedida de coleta e tabulação de dados primários e secundários, os quais foram obtidos a partir das seguintes etapas:

2.1 Levantamento e análise de informações secundárias.

Foi realizada ampla consulta à referências bibliográficas e dados documentais, tais como: atas de reuniões; livros; teses; relatos de reuniões, encontros e eventos na área; mapas cartográficos; artigos científicos e projetos relacionados.

2.1.1 Visitas às organizações envolvidas.

Foram realizadas ainda como parte do levantamento de dados secundários, visitas de campo na sede do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG) e dependências da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa; nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) de Araponga, Carangola e Miradouro e; na sede do Parque Estadual de Ibitipoca (PEIb). As visitas tiveram o propósito de recolher informações e documentos, junto às organizações envolvidas na sistematização.

2.2 Levantamento e análise de dados primários (entrevistas).

2.2.1 Elaboração de roteiros semi-estruturados para as entrevistas.

Foram elaborados roteiros semi-estruturados para a realização de entrevistas, voltados para técnicos, moradores e lideranças dos agricultores/as (Anexo 4a; Anexo 4b). O objetivo das entrevistas era motivar os entrevistados a partir de questões do roteiro e pela conversa livre com o entrevistador, para que os mesmos relatassem o histórico do processo de criação do PESB e seus antecedentes, a partir de suas vivências e do que conheciam a respeito.

Optou-se pelos roteiros, pois estes atendiam melhor ao objetivo proposto do que a elaboração de questionários fechados sobre o tema. Os roteiros foram

constituídos por questões pertinentes ao que se pretendia pesquisar e de acordo com uma seqüência lógica de raciocínio para que a obtenção das informações e organização das mesmas fosse facilitada posteriormente.

De acordo com GOLDENBERG (1999) as vantagens do questionário são: menos dispendioso; exige menor habilidade para a aplicação; não precisa necessariamente da presença do pesquisador; pode ser aplicado a um grande número de pessoas ao mesmo tempo; frases padronizadas garantem maior uniformidade para a mensuração; os pesquisadores sentem maior liberdade para exprimir opiniões; menor pressão para uma resposta imediata.

Entre as desvantagens a autora cita: baixo índice de resposta; estrutura rígida impede a expressão de sentimentos; exige habilidade para ler e escrever e disponibilidade para responder.

2.2.2 Realização de entrevistas.

Foram realizadas entrevistas, orientadas pelos roteiros, com o grupo de atores envolvidos na sistematização (Anexo 1). Os entrevistados foram incentivados a relatar livremente o histórico do processo a partir de suas vivências no mesmo e conhecimento sobre o assunto.

Segundo OLIVEIRA; OLIVEIRA (1982) a entrevista livre é uma técnica que amplia o campo do discurso, permitindo incluir além de fatos e opiniões bem delimitados, projetos e impressões. A entrevista permite ainda, estabelecer um processo de comunicação (ou de diálogo efetivo) e observação entre entrevistador (a) e entrevistado (a), o que a torna uma técnica bastante flexível.

Para GOLDENBERG (1999) existem vantagens e desvantagens na técnica de entrevista. Entre as vantagens cita: a possibilidade de coletar informações de pessoas de qualquer nível de escolaridade ou sem escolaridade; a motivação e paciência como sendo maior ao falar do que ao escrever; a observação que permite, entre outros, extrair informações a partir de emoções, por exemplo; a flexibilidade para se obter as respostas que se deseja; a relação de confiança que se estabelece entre pesquisador-pesquisado.

Como desvantagens cita: a influência do entrevistador sobre o entrevistado; a dificuldade de se estabelecer uma relação adequada entre os dois sujeitos; a exigência de maior tempo, atenção e disponibilidade; as respostas são mais difíceis de serem comparadas; o pesquisador depende da vontade do pesquisado para obter as informações.

2.3 Tabulação, destaque e análise dos dados.

Todas as informações obtidas através da pesquisa documental, entrevistas e encontros foram sistematizadas e tabuladas, destacando-se correlações pertinentes à análise final. Estas correlações geraram um conjunto de informações ou percepções sobre o processo de criação do PESB.

Para facilitar esse procedimento, visto que foi gerada uma grande quantidade de informações, foi utilizado um sistema de tabulação específico. Assim, todas as questões dos roteiros semi-estruturados, elaboradas a partir dos cruzamentos (interrelações) da matriz de sistematização, foram previamente mapeadas (A1, A2, B1... e assim por diante) e organizadas dentro dos mesmos (SOUZA et al., 2005), de forma à facilitar a correlação das questões com as informações geradas, (ver Anexo 5)

Após essa tabulação dos dados coletados, realizou-se uma análise geral acerca das informações. Essa análise resultou num documento com as percepções sobre toda a experiência. Esse documento bruto foi sintetizado, de acordo com temas específicos selecionados como forma de problematizar a criação do PESB e facilitar o entendimento dos envolvidos para a posterior identificação de lições.

2.4 Análise dos dados de forma coletiva.

Todas as percepções levantadas, a partir da sistematização, foram apresentadas ao conjunto de atores envolvidos com a experiência no encontro final da sistematização, lições aprendidas (Foto 7; Foto 8), realizado no PESB. Para tanto, utilizou-se um documento-síntese, fruto do documento bruto de análise da sistematização, contendo as principais percepções como forma de checar informações relevantes e gerar reflexões entre os participantes.

No encontro final todos puderam discutir e elaborar reflexões sobre a experiência a partir do documento apresentado. Desse modo, contem neste capítulo percepções geradas a partir da sistematização e aprofundadas pela pesquisa. As mesmas foram separadas em percepções com consenso entre os atores envolvidos e sem consenso⁹ entre os mesmos. As percepções apontadas no documento que foram desconsideradas pelo grupo geral, foram retiradas do mesmo e descartadas do presente estudo.

⁹ Optou-se por manter as percepções sem consenso, destacadas a partir da discussão com o grupo de atores envolvidos. Estas refletem a riqueza e diversidade de opiniões geradas a partir da sistematização da experiência de criação do PESB em cada tema analisado.

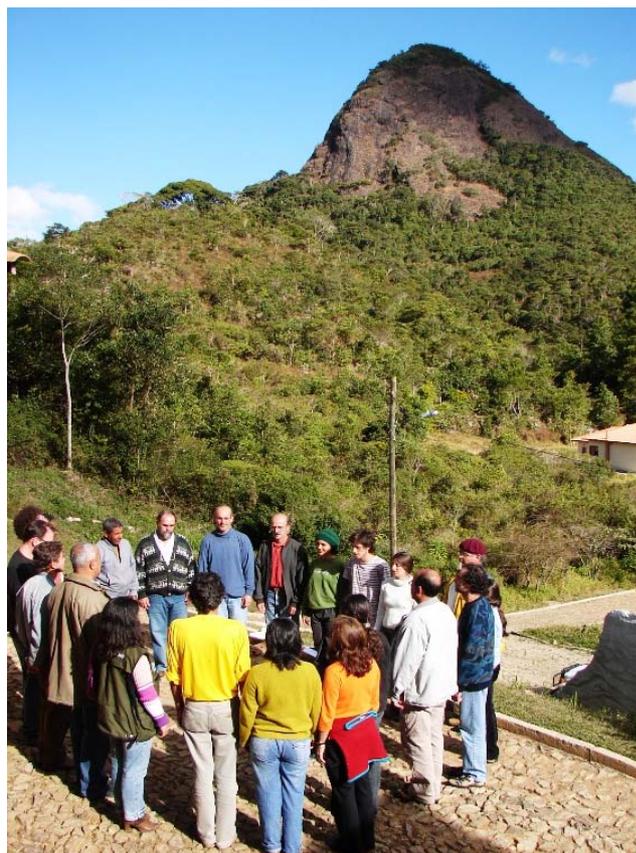


Foto 7 – Momento de mística e integração entre os participantes do encontro final: lições aprendidas.
Foto de Breno M. Silva.



Foto 8 – Confraternização do grupo no encontro final: lições aprendidas.
Foto de Breno M. Silva.

As percepções serão apresentadas por temas no próximo item, como forma de facilitar a análise e separadas em percepções com consenso e percepções sem consenso, contemplando assim, os diferentes olhares do grupo sobre os comentários da pesquisa. Cada tema contém uma breve apresentação precedendo as percepções sobre o processo de criação do PESB.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro.

A região, caracterizada por um conjunto de serras com nomes diversos, é comumente denominada Serra do Brigadeiro, especialmente por pessoas de fora daquele lugar. Esta Serra abriga algumas unidades de conservação, dentre estas o PESB, que foram criadas, de modo geral, para promover a proteção dos remanescentes florestais do bioma Mata Atlântica ali existentes e o desenvolvimento sustentável da região.

Após a criação do PESB outras unidades de conservação foram surgindo no seu entorno, todas de uso sustentável. Atualmente são 8 Áreas de Proteção Ambiental (APA's) criadas legalmente, localizadas nos municípios de Araponga (1), Divino (2), Ervália (1), Fervedouro (1) e Muriaé (3) e 3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) criadas legalmente, localizadas nos municípios de Fervedouro (2) e Muriaé (1). Além dessas citadas, existem 2 APA's e 1 RPPN no município de Rosário da Limeira que, atualmente, está inserido no contexto do entorno, a partir de uma política territorial, por estar localizado em área de abrangência do PESB e exercer influência direta sobre o mesmo.

A implantação dessas APA's e o recurso advindo através do ICMS Ecológico gerou, e ainda gera, muita polêmica nos municípios. De acordo com LOUREIRO (2006) trata da utilização de uma possibilidade aberta pelo artigo 158 da Constituição Federal brasileira que permite aos estados definir em legislação específica, parte dos critérios para o repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que os municípios têm direito. Neste caso a denominação ICMS Ecológico faz jus na utilização de critérios que focam temas ambientais. É uma

forma de incentivo à conservação e ao mesmo tempo, uma forma de compensar o município que destina área à conservação, deixando assim, de obter ganhos com a produção sobre a mesma.

Este critério ecológico foi adicionado ao imposto primeiramente no Paraná em 1992 e de lá pra cá outros estados brasileiros aderiram, cada qual adotando diferentes critérios ambientais. O maior causador de polêmica associado ao debate é o fato de não existir uma obrigatoriedade legal que oriente a destinação dos recursos para fins específicos. Segundo BENSUSAN (2002) é justamente por causa da função compensatória inerente ao imposto que os recursos oriundos do imposto não devem obrigar os municípios à despender os mesmos com o meio ambiente, sob pena desse efeito compensador se perder. Outro fator limitante diz respeito à legislação, pois como um tributo, o ICMS não pode ser fixado para fins específicos perante a Constituição Federal.

Nenhum dos municípios do entorno do PESB possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA e as ações voltadas para a conservação do meio ambiente são ainda muito localizadas e pontuais nessa esfera.

A forma como o PESB e, particularmente as APA's, foram concebidos, bem como o que separa a teoria para a criação dessas áreas da prática, foram analisados na presente sistematização.

▪ ***Percepções com consenso:***

- A proposta original de criação do PESB foi protagonizada pelo CMCN, DEF/UFV e Polícia Militar. Esta proposta foi influenciada pelas experiências anteriores de pesquisadores ligados a estas organizações com criação de unidades de conservação, visitas realizadas pelos mesmos aos EUA e pelo modelo norte-americano de criação de unidades de conservação.

- O PESB foi proposto a partir de critérios ecológicos, que se resumiam às condições topográficas e ao potencial florístico e faunístico associado e critérios sócio-culturais, que se resumiam ao potencial turístico. Estes critérios foram válidos, porém restritos e desconsideravam a realidade do entorno e o conjunto das inter-relações (sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas) existentes ali;

- A categoria da unidade de conservação foi definida a partir de alguns estudos. Entretanto, estes foram incipientes na época, uma vez que a discussão sobre categorias de unidades de conservação, em âmbito nacional e mesmo acadêmico, ainda era algo muito recente;

- O processo de criação do PESB iniciou-se, legalmente, por ação do Governo Estadual através da Lei Autorizativa n.º 9.655/88. O abaixo-assinado (10.000 assinaturas), promovido pelo CMCN antecedendo a criação caracteriza, nesse momento, uma participação por consulta, por parte da população do entorno sem, no entanto, envolver diretamente a mesma no processo de criação do PESB;
- Fatores de ordem sócio-econômica e ambiental motivaram, à princípio, a proposição de criação de outras unidades de conservação no entorno do PESB, principalmente APA's: a possibilidade de favorecer a subsistência dos agricultores/as nessas áreas; evitar as desapropriações e criar uma zona tampão no entorno do PESB;
- A proposição inicial da criação de APA's foi interrompida pela forma como o processo de criação dessas áreas foi conduzido. As APA's foram criadas pelas prefeituras, após a criação do PESB, de forma oportunista, guiada por razões políticas e econômicas;
- As organizações, de modo geral, não tiveram oportunidade de participar e contribuir com o processo de criação, implantação e gestão das APA's, de modo que estas viessem cumprir com os objetivos propostos;
- As organizações envolvidas com o processo de criação e implantação do PESB não deram prosseguimento à discussão sobre as APA's e sua importância no contexto sócio-econômico e ambiental da região, durante o período;
- As APA's no entorno do PESB, tais como foram concebidas, bem como a situação atual em que se encontram: sem regulamentação e sem implantação (ausência de planos de gestão e formação dos conselhos de gestão), não vêm contribuindo efetivamente para a conservação da biodiversidade, nem para o desenvolvimento da região. No município de Divino encontra-se uma exceção, pois foram instalados conselhos gestores em suas APA's, ao final do período abordado pela sistematização, o que se constitui um processo de implantação em andamento;
- O recurso advindo do ICMS ecológico se, obrigatoriamente por lei, fosse revertido para o desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno, poderia contribuir com o desafio de conciliar a conservação ambiental com bem-estar da população local;
- As organizações envolvidas com o processo de criação e implantação do PESB não priorizaram a importância da criação de CODEMAS representativos e atuantes. Estes poderiam contribuir com uma participação mais ativa dos municípios nas discussões sobre a gestão ambiental local e regional;

- O processo de criação e implantação do PESB conseguiu ampliar direta e indiretamente o debate sobre gestão ambiental para além da unidade de conservação, a partir da participação de alguns atores em eventos em âmbito estadual e nacional e inserção dos STR's e representantes de comunidades rurais nesse debate. Entretanto, houve limitações, uma vez que a ampliação do debate para o entorno ocorreu com pouca relação entre o parque e o mesmo. O parque discutia internamente (para dentro) enquanto o entorno discutia externamente (para fora), ambos de maneira isolada, de um modo geral. A questão das APA's também foi um limitante na ampliação do debate em nível regional.

- *Percepções sem consenso: não houve.*

3.2 Os conflitos.

A criação do PESB surgiu com algumas características potenciais para o surgimento de conflitos, tais como:

- a proposta foi elaborada a partir de participação por consulta (abaixo-assinado com 10.000 assinaturas) de parte da população¹⁰;
- os estudos técnicos foram pouco aprofundados e dados de modo isolado da realidade local/regional;
- a realidade histórico-social na qual a população estava inserida não foi aprofundada nos levantamentos preliminares;
- o projeto foi conduzido inicialmente sem o envolvimento da população local;
- oito municípios e diferentes organizações governamentais e da sociedade civil atuantes na região estavam envolvidas diretamente, contribuindo para a existência de diferentes conflitos de interesse;
- a área proposta abrangia região explorada por empresa siderúrgica multinacional;

Todas essas características contribuíram para que o processo de criação e implantação do PESB decorresse em meio a conflitos de diferentes ordens: política, ideológica, social, ambiental, econômica e cultural. O processo inicial de criação do PESB, nesse sentido, não difere do histórico de criação e implantação de unidades de conservação no Brasil, cuja categoria corresponde à proteção integral. Em geral, a

¹⁰ Não se tem registro sobre a população envolvida no abaixo-assinado mencionado, pois não foram localizados documentos relacionados ao mesmo. Os dados são de informante da pesquisa.

condução desses processos têm causado efeitos negativos devido à uma série de fatores que são desconsiderados no decorrer, tais como:

- A importância da consulta popular, ou seja, o processo é concebido de fora para dentro, não parte de uma reflexão coletiva interna ao local;

- A exclusão das comunidades do entorno nos debates e espaços de decisão, desconsiderando a importância da participação social e a capacidade de contribuição dessas populações nas estratégias de conservação.

- Em muitos casos, o pouco ou nenhum conhecimento do órgão responsável pela criação e implantação, sobre a realidade histórico-social das comunidades localizadas na área de abrangência da unidade de conservação a ser criada;

- Aplicação de dispositivos de restrição e punição quanto ao uso dos recursos naturais e serviços que, para as comunidades residentes da unidade ou do entorno, sempre estiveram disponíveis sem, no entanto, a apresentação de alternativas para as demandas dessas populações;

- A carência de projetos que visem a promoção do desenvolvimento sustentável, de forma autônoma, por parte das comunidades envolvidas;

- Dificuldades relacionadas à regularização fundiária como as possíveis desapropriações e a morosidade das indenizações;

- A perda do vínculo da população com o lugar de origem quando desapropriada;

Muitos desses conflitos estão associados à disputas de interesse e poder. Também existiram conflitos relacionados à diferentes conceitos sobre áreas protegidas e sua inter-relação num contexto de desenvolvimento sócio-ambiental de uma região. Os atores envolvidos possuem diferentes entendimentos acerca do que seja um parque e sua importância no contexto das unidades de conservação, o que foi motivo de conflito entre as organizações envolvidas antes, durante e depois da criação do PESB. Durante as entrevistas surgiram diferentes visões, as quais a presente pesquisa caracterizou da seguinte forma:

- Visão acadêmica, na qual o parque é definido por uma área destinada à conservação da biodiversidade atendendo, também, ao lazer da população e pesquisas científicas;

- Visão técnica baseada na legislação (SNUC), no qual o parque é definido como uma unidade de proteção integral que tem como objetivo principal proteger amostras de ecossistemas brasileiros, permitindo somente o uso indireto dos recursos

e na qual não é permitida a existência de populações humanas residindo no seu interior;

- Visão sócio-ambiental e holística, na qual o parque é percebido como uma estratégia de conservação ambiental, mas que deve ser criado a partir da complementação dos saberes: popular e acadêmico; técnico e político. Nessa visão o parque só irá corresponder à essa conservação se administrado pelo Estado, mas tendo partilhada com as populações as tomadas de decisões e a sua gestão;

- Visão crítica, na qual o parque é visto sob perspectivas que questionam o atual modelo. Nesse contexto, o parque é percebido como uma espécie de “museu vivo”, quando exposto apenas à visitação e observação dos visitantes ou ainda, como uma “área protegida cercada por áreas desprotegidas por todos os lados”. A idéia de proteção de uma unidade em detrimento de todo o espaço na qual esta se insere foi muito questionada por alguns entrevistados. O parque, nesse contexto, é visto como uma área limitada aos objetivos da preservação e/ou conservação, uma vez que a necessidade de proteção deveria corresponder ao todo;

- Visão contemplativa e utilitária, na qual o parque é visto como um ambiente de lazer que deve atender à população. É percebido como um local para espairecer.

Algumas percepções referentes a conflitos associados à experiência do PESB são descritas a seguir:

▪ **Percepções com consenso:**

- Alguns dos principais desencadeadores de conflitos relacionados à experiência do PESB (antes e depois da criação) estão apresentados no Quadro 6 abaixo:

Quadro 6 - Principais desencadeadores de conflitos relacionados à experiência do PESB (antes e depois da criação).

ANTES	DEPOIS
- a possibilidade de desapropriações dos moradores/as, devido o critério da cota 1.000m de altitude; - falta de circulação e disponibilização de informações; - informações falsas e/ou distorcidas e especulações diversas; - as mobilizações da população do entorno motivadas pelo clima de apreensão gerado pela possibilidade de desapropriação.	- ausência de regularização fundiária; - limitações quanto ao uso dos recursos naturais e serviços, como as trilhas; - falta de circulação e disponibilização de informações; - informações falsas e/ou distorcidas e especulações diversas; - apropriação do lugar por pessoas de fora para a exploração do turismo; - a questão dos recursos advindos do ICMS ecológico, que não é revertido para o desenvolvimento do entorno;

- Houve conflitos de interesse entre as diferentes organizações durante o processo. As organizações se inseriram no processo de criação do PESB por diferentes motivos e interesses em relação ao mesmo, o que ocasionou a existência de conflitos antes, durante e depois da criação.
- Existe, de modo geral, uma desinformação sobre o que são as APA's e sua importância no contexto sócio-econômico e ambiental da região e isso, somado ao fato dessas áreas não terem sido efetivamente implantadas, é responsável por gerar conflito entre as comunidades rurais do entorno e o poder público municipal;
- A origem dos conflitos esteve e ainda está associada à pelo menos, duas correntes de pensamento acerca do debate sobre áreas protegidas no Brasil, uma mais conservacionista e outra mais sócio-ambientalista;
- Diferentes concepções de conservação e desenvolvimento entre os grupos foram responsáveis por conflitos ao longo do processo;
- A existência dessas diferentes concepções de conservação e desenvolvimento constituiu-se aspectos positivos e negativos para a experiência, uma vez que houve um aprendizado coletivo baseado na complementaridade dos dois discursos, mas também a existência de conflitos decorrentes dessas diferenças, respectivamente;
- As instituições governamentais, em geral, são mais conservadoras e fechadas e isso, muitas vezes, as leva a tomar atitudes imperativas e a centralizar papéis e informações. A cultura institucional do IEF-MG o levou a assumir tal postura, perante as ações relacionadas ao PESB em muitos momentos, gerando uma série de dificuldades e impedimentos relacionados a fatores, tais como: o comprometimento das comunidades rurais com conservação do PESB; a promoção da participação social; o desenvolvimento sustentável do entorno; a imagem e respaldo do órgão gestor e as relações de parcerias e articulações interinstitucionais;
- A postura assumida pelo órgão gestor na região também gerou uma série de conflitos. O papel que o IEF-MG vinha desempenhando estava restrito à um órgão de fiscalização, mais punitivo que educativo, refletindo ressentimentos entre a população. Essa postura também está associada à falta de experiência ou mesmo de técnicos integrados à área social e à escassez de recursos financeiros e humanos recorrente nos órgãos governamentais;
- Mesmo com muitas limitações inerentes a um órgão governamental, o IEF-MG, por outro lado, esteve aberto ao diálogo em muitos momentos, também, o que diferencia esta experiência de tantas outras semelhantes.

- Quando a população é informada e participa cresce o comprometimento da mesma com a conservação da área e, conseqüentemente, muitos conflitos associados são mitigados ou mesmo eliminados.

▪ ***Percepções sem consenso:***

- Os principais desencadeadores de conflitos depois da criação do PESB, estavam associados a fatores, tais como:

- Os processos de implantação e gestão do PESB foram conduzidos de forma centralizada pelo IEF-MG;

- Havia falta de reconhecimento do papel do Conselho Consultivo do PESB por parte do IEF-MG;

- O IEF-MG desconsiderava a realidade histórico-social na qual as famílias do entorno estavam inseridas.

3.3 A participação social.

Um dos eixos dessa sistematização é a participação social, tamanha é sua importância na discussão sobre áreas protegidas e, em especial para efeitos dessa sistematização, no caso do PESB. Como ponto de partida foram levantadas as seguintes hipóteses relacionadas ao eixo em questão: i) o processo de criação e implantação do PESB foi participativo; ii) um processo participativo na criação e implantação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno.

A reflexão sobre essas hipóteses pode gerar aprendizados importantes que visam contribuir com o debate sobre áreas protegidas, especialmente as unidades de conservação de proteção integral, e suas relações com populações localizadas no interior ou entorno das mesmas. Para tanto, se faz necessário, preliminarmente, discorrer sobre o tema e definir um conceito para participação social no contexto dessa sistematização como referência para a discussão.

O tema participação é algo muito abrangente e está relacionado à práticas coletivas que podem se dar de maneiras diversas. Existem diferentes conceitos para esse termo e um mesmo conceito pode ter inúmeras interpretações.

De acordo com Oakley; Marsden (1984) citados por MAIRENA DURAN (2001) ela pode ser vista como uma contribuição voluntária da população para programas públicos; como a sensibilização da população para incrementar a

receptividade e habilidade da população rural para responder aos projetos, ou o envolvimento da população no processo de elaboração de decisões, na implementação de programas.

De acordo com GUIJT (1999), a grande diversidade de interpretações levou à elaboração de uma definição mais apurada dos diversos tipos de participação. Em geral, estas tipologias distinguem os diferentes tipos de participação, levando em consideração graus variados de controle sobre recursos e decisões que dizem respeito ao desenvolvimento entre os supostos “beneficiários” ou “gente do lugar” (agricultores, mulheres etc.) e os “iniciadores” ou “gente de fora” (equipe do projeto, planejadores, pesquisadores etc.). Entretanto, todas essas tipologias apesar de mostrarem sua utilidade ao quebrarem o raciocínio simplista sobre participação, ainda são limitadas de várias formas (Guijt; Kaul Shah, 1998 citados por GUIJT, 1999). Dentre essas limitações estão o nível de envolvimento e a forma de participação dos envolvidos que não é homogêneo.

A autora ainda atenta para o fato de que tais tipologias prenunciam uma natureza sentenciosa que inclui palavras como “coercitivo”, “manipulação” etc. Ao externarem-se opiniões negativas sobre formas menos inclusivas de participação, sugere-se que seja possível, desejável e necessário para todos alcançarem a forma mais intensa de participação, independentemente de sua situação peculiar. Contudo, nem todos estarão dispostos, interessados ou com capacidade de se comprometerem com algo que pode constituir um processo bastante conflituoso e entediante.

Segundo GUIJT (1999) em seu uso comum a participação compreende uma vasta gama de concepções referentes a suas metas e a sua prática. Em várias situações, a mesma é mal definida e perde o sentido quando chega o momento de sua implementação.

Ressalta que, freqüentemente, a palavra é usada no sentido normativo, considerando-se que qualquer ação “participativa” necessariamente há de ser positiva e promotora de capacitação. Na prática, porém, pode ocultar atividades de desenvolvimento que se baseiam em manipulação e até coerção.

PINTO (1987) atenta para o fato de que cada conceito de participação é resultado dos interesses dos grupos na sua prática social que por sua vez é política, pois se movimenta nas relações de poder.

Bordenave (1986) citado por MAIRENA DURAN (2001) afirma que a participação tem duas bases complementares: uma base afetiva, na qual a

participação está diretamente ligada ao sentimento de prazer em fazer as coisas coletivamente e outra instrumental, a qual está ligada ao fato de que fazer as coisas coletivamente é mais eficaz.

Para Amorese (1984) citado por MAIRENA DURAN (2001) a participação é uma prática cultural e que tem sido estudada, nos últimos anos, sob quatro grandes âmbitos:

- Participação Social: dos atores sociais na tomada de decisões nos programas de desenvolvimento;
- Pesquisa Participante: que procura superar o empirismo abstrato e argumenta que os denominados objetos de estudo podem se tornar sujeitos de estudo;
- Planejamento Participativo: que busca, entre outros objetivos, superar a clássica dicotomia planejador-executor, propondo que as populações-alvo, participem na decisão da escolha de fins e meios;
- Comunicação Participante: que propõe o uso dos meios de comunicação de massa a serviço e a favor dos grupos sociais historicamente marginalizados.

Amorese (1984) citado por MAIRENA DURAN (2001) afirma que a participação não é um fato fortuito, mas sim um fato social que precisa de três condições básicas: saber, querer e poder. O saber indica informação, ou seja, com muita ou pouca informação os indivíduos podem ser motivados a inserir-se numa prática participativa. O querer indica que esta ação é deliberada e motivada por interesses diversos. O poder indica tanto a capacidade de participar como o espaço de poder para sua realização. Esta pesquisa pretende centrar-se nas três condições para que se possa inferir não só sobre a participação dos atores envolvidos, mas também sobre a influência dos promotores nessa participação.

Essa discussão acerca da participação não é algo recente, existem inúmeros estudos dedicados ao tema. Entretanto, no histórico de criação e implantação de unidades de conservação no Brasil, especialmente aquelas inseridas no grupo proteção integral, caso do PESB, a participação é um elemento novo. Na verdade, somente após o SNUC em 2000, surge a obrigatoriedade de consulta pública para a criação dessas áreas e a participação social na gestão das mesmas, resultado de muitos fóruns de debate que se sucederam ao longo dos anos 90.

Na época da criação do PESB não havia muitas referências sobre processos participativos relacionados às áreas protegidas no Brasil, portanto, a experiência foi cercada de erros e acertos. Entretanto, participativo ou não para os envolvidos, a

experiência inaugura um modelo inédito de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral no país, uma vez que a experiência antecede o próprio SNUC e não existe histórico semelhante em outras unidades de conservação inseridas neste grupo, criadas no mesmo período.

Existem diferentes opiniões, entre os envolvidos, acerca do processo de criação e implantação do PESB ter sido participativo ou não. Essa divergência dentro de um mesmo grupo de entrevistados, decorre de diferentes conceitos de participação entre os atores e a vivência de cada um no processo e externo a ele.

Para cerca de 60% dos envolvidos o processo foi participativo por motivos, tais como: conseguir envolver e comprometer vários segmentos, incluindo moradores/as do entorno; criar espaços democráticos de debate e socializar as informações. Para cerca de 17% o processo foi participativo em termos, uma vez que se deu em momentos pontuais e não em todas as fases do processo. E para cerca de 17% o processo não foi participativo, pelos seguintes motivos: o fato de não envolver todos os segmentos, caracterizando um movimento entre organizações com interesses afins; por ser visto como um movimento externo ao processo de criação do PESB; e pela dificuldade, em muitos momentos, de estabelecer diálogo com o Estado. Este era feito sempre sobre pressão popular. Houve ainda um entrevistado que não se manifestou a respeito (aproximadamente 5%).

As APA's criadas no entorno do PESB possuem um histórico negativo de modo geral, uma vez que foram criadas em função de interesses políticos e econômicos e não vêm cumprindo com os seus objetivos. A participação social nesse contexto também foi analisada.

Para efeito desta sistematização participar é exercer o direito de fazer parte de uma determinada ação, a partir da reflexão e tomada de consciência crítica de sua realidade, de modo a contribuir com a transformação da mesma, exercendo sua cidadania enquanto sujeito do processo.

Esse conceito está intimamente ligado aos princípios e ensinamentos do educador Paulo Freire. A participação nesse contexto deve ser uma ação indissociável de processos contínuos de formação e deve ser pensada como um exercício de cidadania e de democracia. Ocorre ainda, em função da construção de uma experiência e não da dinâmica, disponibilidade ou predisposição dos atores locais (pessoas/organizações locais ou atuantes no local) (BONFIM, 2006).

A participação tratada aqui é vista como um tipo de ação social e, portanto, pode ser orientada por diferentes motivos e/ou interesses de cada grupo: afetivo, econômico, político, social, cultural, ambiental, religioso etc.¹¹

Sabe-se que nenhum processo participativo ocorrerá para todos os seus participantes num mesmo nível e intensidade no decorrer de uma determinada ação. Tendo em vista essa característica, comum a esses processos, a sistematização, num esforço de identificar os tipos de participação que ocorreram na experiência de criação e implantação do PESB, utilizou a classificação de PIMBERT; PRETTY (2000) para caracterizar o envolvimento dos atores em períodos distintos. A mesma define uma tipologia cujos componentes orientam a ação participativa, como mostra o Quadro 7.

Com base na sistematização foi possível apontar algumas percepções nesse sentido, buscando analisar não só a participação social de maneira geral, mas também, como se insere ou não nesse contexto, o equilíbrio de gênero e geração. As percepções descritas à seguir são fruto de uma reflexão sobre os dados levantados e de uma análise comparativa entre a experiência do PESB e outras unidades de conservação de proteção integral - categoria parque - criadas no Brasil no mesmo período (entre as décadas de 70 e 90)¹².

¹¹ Para efeitos dessa sistematização participação social terá referência à participação dos atores sociais no contexto da experiência, ou seja, população do entorno - agricultores/as, moradores/as e comunidades rurais.

¹² A presente pesquisa tomou como parâmetro a experiência de criação do Parque Nacional da Serra da Canastra criado em 1972, sem consulta popular e sob muita resistência da população local, o que gera conseqüências negativas para conservação da área até hoje. Também foi objeto de parâmetro comparativo o estudo realizado por SOARES, et al. (2002) sobre experiências em unidades de conservação de proteção integral, a qual analisou 5 parques nacionais, 2 parques estaduais e 2 reservas biológicas, distribuídos em 10 estados brasileiros, junto a 11 organizações (governamentais e não-governamentais) que atuam nessas regiões.

Quadro 7 – Tipos de participação e seus respectivos componentes.

Tipos de Participação	Componentes de cada tipo
Participação passiva	- as pessoas participam após aviso do que está para acontecer ou que já aconteceu; - a informação é unilateral através de uma administração ou projeto; - a informação que é socializada pertence apenas aos profissionais externos; - as reações dos participantes não são consideradas.
Participação como extração de informação	- a participação se dá através de questionários ou sistema similar de coleta de dados; - os participantes não têm poder e/ou oportunidade de influenciar os procedimentos; - os dados da pesquisa ou projeto não são compartilhados;
Participação por consulta	- as pessoas participam sendo consultadas; - agentes externos definem os problemas e as soluções a partir do que foi levantado e podem modificá-lo de acordo com a reação dos participantes; - agentes externos não são obrigados a considerar a visão dos participantes; - não há compartilhamento na tomada de decisão.
Participação por incentivos materiais	- as pessoas participam oferecendo ou recebendo recursos materiais, financeiros etc.; - a participação ocorre geralmente até a existência dos recursos.
Participação funcional	- as pessoas formam grupos para coincidir objetivos predeterminados relacionados ao projeto; - o envolvimento tende a acontecer depois que grandes decisões já foram tomadas; - as instituições tendem a ser dependentes de incentivadores externos, mas podem tornar-se independentes.
Participação interativa	- as pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e à formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes; - tende a envolver metodologia interdisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de aprendizado sistemático e estruturado; - os grupos assumem o controle das decisões e os participantes adquirem o interesse em manter as estruturas e a prática.
Automobilização	- as pessoas participam tomando a iniciativa para tomadas de decisão, independente de instituições externas; - pode ou não existir conflitos relacionados à distribuição não equitativa de recursos e poder.

Fonte: Adaptado de PIMBERT; PRETTY (2000).

▪ **Percepções com consenso:**

- No período da elaboração da proposta original houve consulta popular, através de abaixo-assinado, portanto, a experiência de criação do PESB foi participativa neste momento antes da criação. Entretanto, não houve muito alcance da população do entorno;

- O DRP de Araponga, realizado pelo CTA-ZM e STR local, foi o ponto de partida para a participação social no processo, pois motivou a mobilização e envolvimento da sociedade durante a criação do PESB, especialmente a população do entorno. A partir desse momento, outros atores sociais e institucionais passaram a se envolver

diretamente com a criação do PESB, junto ao IEF-MG, CMCN e DEF/UFV, tais como: outros STR's da região; alguns professores/as ligados ao DPS/UFV e DPE/UFV; CPT; FETAEMG; AR e; CECO (FAFILE/UEMG);

- O processo de criação do PESB, devido à sua dinâmica, com muita descontinuidade, obteve avanços pouco significativos, de modo geral, na promoção de uma cultura de participação ativa e qualificada entre os/as moradores/as do entorno. Em alguns momentos a participação dos/as moradores/as foi passiva;

- A experiência incorporou algumas organizações que mantinham algum tipo de interesse no mesmo;

- Alguns dos principais motivos pelos quais algumas organizações se retiraram do processo foram:

- concepções diferentes dos demais em relação ao processo e/ou;

- a cultura institucional mais conservadora em relação à processos mais democráticos e/ou;

- a dinâmica interna das organizações dificultando a permanência e continuidade dos seus representantes;

- A experiência gerou, também, um sentimento de exclusão que pode ser localizado ou não, o qual reflete que a saída de uma organização ou de um ator num processo como esse, pode ser motivada por diversos fatores. Estes merecem atenção, pois podem ser indicadores importantes dos diferentes desafios e limites colocados para o grupo de atores envolvidos na construção de um processo participativo.

- A experiência pode ter contribuído para elevar a auto-estima dos envolvidos/as, especialmente moradores/as do entorno, a partir do envolvimento destes/as nos espaços de debate criados;

- A experiência também pode ter contribuído para reduzir a auto-estima dos moradores/as do entorno nos espaços de debate criados, nos quais predominou a discussão técnica não priorizando a construção de uma metodologia que permitisse a participação efetiva dos/as agricultores/as e quando o processo, em alguns momentos, desconsiderou ou não valorizou o conhecimento popular;

- Alguns dos principais fatores que contribuíram para dificultar ou impedir a participação social antes, durante e depois da criação do PESB são apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 - Principais fatores que contribuíram para dificultar ou impedir a participação social antes, durante e depois da criação do PESB.

ANTES	DURANTE	DEPOIS
<p>- a atuação e postura do IEF-MG mais rígida neste momento;</p> <p>- a falta de circulação de informações;</p> <p>- a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação;</p> <p>-a dificuldade de organização e de prática de participação das comunidades do entorno;</p> <p>-a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as;</p> <p>-a dificuldade de deslocamento de algumas organizações para as reuniões e encontros;</p> <p>-as especulações sobre a criação e o clima de apreensão em torno das desapropriações;</p> <p>-a falta de compreensão sobre a importância do processo;</p> <p>-a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno;</p> <p>- a dificuldade dos moradores/as e a ansiedade do CTA-ZM levando este a tomar frente, em alguns momentos e, conseqüentemente, restringindo a participação.</p>	<p>- a estrutura das reuniões e discussões técnicas, algumas vezes inibindo a participação dos moradores/as do entorno;</p> <p>- a falta de circulação de informações;</p> <p>- a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação;</p> <p>- a ausência de clareza, entre os atores envolvidos a respeito do papel do outro no processo;</p> <p>-a dificuldade de organização e de prática de participação das comunidades do entorno;</p> <p>-a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as;</p> <p>-a desconfiança das pessoas sobre o processo, pois muitas acreditavam que não adiantava participar porque era tudo politicamente manipulado;</p> <p>-os interesses divergentes nas próprias comunidades, pois alguns concordavam em vender as áreas para o Estado outros não;</p> <p>-a falta de pessoal e de infraestrutura de algumas organizações;</p> <p>-as disputas geradas por conflitos de interesse;</p> <p>-a falta de compreensão sobre a importância do processo;</p> <p>-a falta de disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) para participar.</p> <p>-a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno;</p> <p>- a dificuldade dos moradores/as e a ansiedade do CTA-ZM levando este a tomar frente, em alguns momentos e, conseqüentemente, restringindo a participação.</p>	<p>-a estrutura das reuniões e discussões técnicas, algumas vezes inibindo a participação dos moradores/as do entorno;</p> <p>- falta de circulação de informações;</p> <p>-a distância e o isolamento das comunidades dificultando a circulação de informação e a comunicação;</p> <p>-a falta de capacitação dos/as envolvidos/as, especialmente moradores/as;</p> <p>-a dificuldade de deslocamento de algumas organizações para as reuniões e encontros;</p> <p>-a dinâmica do processo orientada pela dinâmica institucional do IEF-MG, incorrendo em muitos momentos de paralisação, reduzindo o interesse de participação das pessoas;</p> <p>- as diferentes dinâmicas internas das organizações envolvidas;</p> <p>-a falta de pessoal e de infraestrutura de algumas organizações;</p> <p>-as disputas geradas por conflitos de interesse;</p> <p>-a falta de compreensão sobre a importância do processo;</p> <p>-a falta de disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) para participar.</p> <p>-a dificuldade de aproximação e o não envolvimento de algumas organizações com o entorno;</p>

- Grande parte dos fatores que contribuíram para dificultar ou mesmo impedir a participação social, se deu de modo geral, de forma despropositada, decorrente da falta de experiência e da cultura institucional das organizações;

- Com base nos graus de mobilização, autonomia (nível de conhecimento, recursos humanos e financeiros), e iniciativa das pessoas envolvidas, pode-se identificar diferentes tipos de participação social em fases distintas, como descreve o Quadro 9.

Quadro 9 - Os tipos de participação identificados durante a experiência, de acordo com as fases e períodos distintos.

Fases/Períodos		Tipos de Participação	Observações
Antes da criação	- Projeto original (1976);	- Participação por consulta.	- participação de uma amostra da população por meio de abaixo-assinado;
	- Lei Autorizativa (1988);	-	- baseada no projeto original; não houve consulta pública mais abrangente;
	- Estudos preliminares do IEF-MG (1993).	- Participação passiva e; funcional.	- participação passiva de muitos moradores/as x participação ativa dos técnicos e lideranças.
Durante a criação	- DRP Araponga e desdobramentos (1993);	- Participação funcional; interativa e automobilização.	- participação ativa das organizações ligadas ao movimento social; inserção de novos atores e fortalecimento do grupo de atores envolvidos.
	- Reuniões; levantamento sócio-econômico (1994 – 1996);	- Participação funcional, interativa e automobilização.	- participação ativa de representantes de moradores/as e participação ativa de técnicos e lideranças.
Depois da criação	- Simpósio (2000);	- Participação funcional e interativa;	- participantes de diversos segmentos entre organizações governamentais (órgãos ambientais, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de assistência técnica e extensão rural) e da sociedade civil (ong's, STR's, agências de cooperação internacionais, representantes de comunidades rurais do entorno); participação de representantes de moradores/as foi de passiva à ativa; participação ativa de técnicos.
	- Formação e instalação do Conselho Consultivo (2004...).	- Participação funcional;	- mobilização das organizações para a formação do conselho consultivo;

- Existiram limitações acerca da participação, de modo geral (social e institucional), no processo de criação e implantação do PESB, que são comumente identificadas nos processos participativos, tais como:

- envolvimento de intensidade flutuante;
- oscilação entre participantes;
- grande participação por parte de alguns e nenhuma por parte de outros;
- diferentes níveis de participação e esta nem sempre qualificada;
- ausência de segmentos considerados importantes para o processo;
- nivelamento da população local simplificando suas diferenças, étnicas, de gênero, classe, geração etc.

- Os diferentes entendimentos sobre participação orientaram a opinião dos envolvidos sobre o processo ter sido ou não participativo;
- Numa experiência como a do PESB, envolvendo diretamente 8 municípios confrontantes com o Parque, não existe a possibilidade de uma participação efetiva de 100% da população e/ou de todos os segmentos atuantes na região. Da mesma forma, a participação não será no mesmo nível e nem na mesma intensidade para todos que se envolverem. Sempre haverá aqueles mais disponíveis (tempo, infraestrutura, recursos humano e financeiro) mais dispostos ou mais interessados em participar;

3.3.1 Gênero e geração.

- O debate sobre equilíbrio de gênero e geração passou despercebido no processo antes e durante a criação do PESB. A cultura institucional das organizações envolvidas e a falta de experiência (técnicas, metodologias e estratégias) relacionada à questão de gênero e geração contribuíram para que não houvesse equilíbrio na participação de homens, mulheres e jovens;
- Fatores de ordem cultural são os principais responsáveis por não haver um histórico de participação de mulheres nas organizações envolvidas;
- Os temas tratados pelo processo de criação e implantação do PESB como, a questão fundiária (antes da criação), a demarcação dos limites físicos (durante a criação) e a gestão (depois da criação) podem ter contribuído para que não houvesse motivação à participação ou uma participação passiva quando havia, entre as mulheres. Por uma questão cultural, são assuntos tratados comumente pelo homem, tido como chefe da família;
- CTA-ZM contribuiu para inserir a discussão sobre gênero e geração e para a inserção de mulheres e jovens, moradores/as do entorno, no processo depois da criação do parque, correspondente ao final do período estabelecido pela sistematização. A contribuição destes/as foi pouco significativa nos espaços institucionais, mas muito relevante nos espaços comunitários;

▪ *Percepções sem consenso:*

- Em alguns momentos, especialmente em 2000 (após o Simpósio) e entre 2003-2004 (durante a criação do Conselho Consultivo e início da sua gestão) a atuação e dinâmica institucional do IEF-MG contribuíram para a fragmentação do grupo de atores envolvidos e, conseqüentemente, para a fragilização da construção de um processo participativo. Houve ausência de liderança no encaminhamento das ações

demandadas pelo Simpósio e, posteriormente, tomada de decisões sem o conhecimento ou consulta ao conselho de gestão já criado e atuante;

- Durante a formação e instalação do Conselho Consultivo do PESB (2004), identificou-se os tipos de participação passiva e por consulta. A primeira formação para o conselho gestor foi encaminhada e comunicada, pelo IEF-MG, ao grupo de atores envolvidos, ou seja, sem discussão prévia com os mesmos e demais interessados. Posteriormente, depois de instituído e com o conselho já atuando, os membros não interferiam na tomada de decisão e, muitas vezes eram consultados, apenas depois de definidas as ações pelo órgão gestor;

- Algumas organizações ou atores que poderiam ter contribuído com o processo, foram excluídos do mesmo.

3.4 As estratégias utilizadas.

No decorrer do processo de criação e implantação do PESB, percebe-se a existência de estratégias, colocadas em prática pelas organizações envolvidas, para facilitar ou promover a participação social. Por outro lado, também existiram fatores que determinaram a exclusão ou saída de alguns segmentos.

Investigou-se, junto aos atores envolvidos, quais foram as principais estratégias responsáveis pela inclusão e conseqüente participação social, bem como se existiram estratégias ou mesmo fatores que resultaram na exclusão/saída ou que dificultaram a participação social.

Estratégias relacionadas à legislação e às propostas visando adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação também foram analisadas.

Das organizações envolvidas, poucas conseguiram atuar no sentido de propor estratégias e desenvolver ações concretas para adequar a produção do entorno com a conservação da região.

Seguem abaixo, algumas percepções destacadas sobre as estratégias utilizadas na experiência de criação do PESB diante do que foi anteriormente explanado:

▪ Percepções com consenso:

3.4.1 Participação social.

- A mobilização popular tem sido desde a criação do PESB, uma estratégia importante para a inclusão dos/as moradores/as no debate. A pressão popular com esse fim, também foi eficaz em alguns momentos. Entretanto, algumas estratégias de

pressão popular, utilizadas pelas organizações ligadas aos movimentos sociais para promover a participação social, algumas vezes contribuíram para um ambiente de tensão entre a população local e o órgão gestor;

- A liderança do CTA-ZM na promoção da participação social no processo contribuiu, de certa forma, para uma acomodação das organizações e para o surgimento de novos protagonistas no decorrer do mesmo;

- O IEF-MG, ainda que sob forte pressão exercida pelas organizações sociais, inaugurou uma atitude inédita no histórico de criação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil, ao ouvir e discutir os questionamentos e reivindicações de organizações e moradores/as localizados ou atuantes na área em questão;

- Conclui-se que: um processo participativo na criação e implantação de unidades de conservação é mais eficaz para a conservação dos recursos naturais e para a promoção do desenvolvimento sustentável do seu entorno. A consolidação da criação do PESB sem prejuízos para a conservação ambiental e resguardando o direito dos moradores/as do entorno à permanecer em suas propriedades e a comparação com outros processos de criação e implantação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil (particularmente a categoria Parque), no mesmo período (entre as décadas de 70 e 90), nos quais não houve participação social, confirmam a conclusão.

- As organizações envolvidas não conseguiram elaborar, conjuntamente, estratégias para reintegrar ao grupo, aquelas que se afastaram e/ou se sentiram excluídas e que poderiam ter contribuído com o processo. Por outro lado, houve algumas estratégias isoladas nesse sentido;

- O debate incipiente e a falta de experiência das organizações contribuíram para que não houvesse estratégias específicas para a inclusão de mulheres e jovens antes e durante o processo. Depois da criação do PESB, entre 2002 e 2004 houve pequeno avanço no debate sobre gênero. Entretanto, nenhuma organização avançou no sentido de propor estratégias específicas para a participação de jovens em nenhuma fase do processo;

- Algumas das principais estratégias que favoreceram ou facilitaram a participação social foram:

 - os diagnósticos realizados;

 - os fóruns de discussão estabelecidos no decorrer do processo: reuniões; eventos nacionais, estaduais e regionais e; encontros comunitários;

- o apoio do CTA-ZM tanto em assessoria, quanto metodológico e logístico aos STR's e moradores/as;
 - a pressão sobre o IEF-MG exercida principalmente pelos STR's e CTA-ZM;
 - a contribuição da mídia e de alguns professores/as do DPE e DPS da UFV e pesquisador da FAFILE/UEMG favorecendo a divulgação e sensibilização;
 - a identificação dos limites físicos do PESB envolvendo moradores e favorecendo uma aproximação destes com a unidade de conservação e com o IEF-MG;
 - as visitas de conscientização e sensibilização de agricultores/as realizadas pelo IEF-MG, CTA-ZM e STR's no entorno;
 - o processo de construção das propostas agroecológicas realizado pelo CTA-ZM e parceiros no entorno do PESB e inserção da produção sustentável sob os princípios da agroecologia no debate conservacionista;
 - as discussões entre a população, IEF-MG e Polícia Florestal favorecendo uma certa aproximação, especialmente com os agricultores/as, pois as duas instituições são vistas apenas como órgãos fiscalizadores pelas comunidades rurais. Muitos moradores/as ainda confundem as duas instituições.
- Os diversos espaços criados no decorrer do processo, contribuiram para favorecer e democratizar o debate;
 - O processo de mobilização social desencadeado trouxe contribuições importantes para garantir a própria criação da unidade de conservação;
 - As estratégias, ora favorecendo, ora dificultando a democratização do debate, bem como a participação social, foram sendo construídas ao longo do processo, fruto do aprendizado coletivo;

3.4.2 Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.

- A proposição de criação das APA's, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável da área de entorno e funcionar como zona tampão do parque, foi a primeira estratégia pensada para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno, durante a criação. Entretanto, a criação das APA's

(depois da criação do PESB) não cumpriu com a sua finalidade porque nunca foram efetivamente implantadas;

- Poucas organizações possuíam estratégias concretas para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno, por não terem experiência ou por não terem um enfoque de atuação voltada para esse fim. Alguns destaques foram os projetos desenvolvidos pelo CTA-ZM, STR's e alguns professores do DPS/UFV e DPE/UFV durante todo o processo e o IEF-MG através do PROMATA, ao final do período;

- As estratégias de proteção da Mata Atlântica protagonizadas pelo IEF-MG na região foram, de modo geral, concentradas no PESB antes e durante o processo. Não houve uma visão sistêmica por parte do órgão gestor de uma estratégia voltada para a região (PESB e entorno). Depois da criação (2004), com o PROMATA, surge uma iniciativa nesse sentido;

- A estratégia de criação do PESB para garantir a conservação de áreas relevantes à biodiversidade, na região, foi necessária e eficaz. Entretanto, a conservação ambiental não deve ser restrita apenas à área do parque;

- As ações desencadeadas pelo IEF-MG e demais organizações envolvidas para adequar os objetivos da conservação com a produção do entorno foram mais pontuais e isoladas não estando articuladas com políticas públicas locais ou com as estratégias de desenvolvimento sustentável já existentes no entorno. Ao final do período houve uma tentativa de aproximação entre o PROMATA/IEF-MG, alguns STR's do entorno e o CTA-ZM;

- O turismo, tanto rural quanto ecológico, de forma sustentável, configura-se como uma das principais estratégias para conciliar a conservação ambiental com o desenvolvimento do entorno. A sustentabilidade nesse sentido deve estar pautada em alguns princípios, tais como; a agroecologia; a autonomia, apropriação e bem-estar dos moradores/as locais; a geração e diversificação de emprego e renda; a ocupação de mão-de-obra local; a valorização da cultura regional e; a conservação dos recursos naturais;

- A agricultura agroecológica e práticas produtivas mais sustentáveis como os SAF's, integrados ao conjunto da propriedade rural, constituem-se estratégias eficazes para adequar a conservação ambiental com a produção do entorno, tendo em vista a realidade sócio-econômica e ambiental da região;

- **Percepções sem consenso:**

- Não existiram estratégias contrárias à participação social ou elaboradas propositadamente para dificultá-la, mas sim fatores que contribuíram para tal.

3.5 As articulações interinstitucionais.

As articulações interinstitucionais pré-existentes ou geradas a partir e ao longo do processo de criação do PESB foram responsáveis por promover o próprio processo. Essas articulações, ora se configurando com mais sólidas e permanentes, ora como mais frágeis e pontuais, foram fundamentais para desencadear o processo de mobilização antes da criação do PESB que, por sua vez, resultou na participação social no decorrer da criação e implantação do parque.

As relações que foram se estabelecendo ao longo do processo, muitas vezes foram responsáveis, também, por gerar uma série de conflitos, especialmente de interesse, entre as diferentes organizações. A forma como estas se posicionam, o papel que assumem dentro de um processo desse tipo e como essa atuação é vista pelo outro determinam, consolidam ou segregam essas relações.

Com base nos dados da sistematização, será apresentada na Figura 6, uma síntese da análise do presente estudo sobre a articulação interinstitucional, ocorrida na experiência de criação do PESB.

A Figura 6 ilustra as principais organizações que atuaram na criação do PESB de maneira direta, junto ao IEF-MG e o nível de influência e/ou importância de cada uma delas no processo. Com uma importância maior, tem-se de um lado, a UFV, através dos Departamentos de Engenharia Florestal, Biologia Animal e Biologia Vegetal (UFV: DEF, DBA e DBV), o CMCN, a FAFILE/UEMG e a organização não-governamental CECO. Do outro lado a UFV, através dos Departamentos de Solos e Educação (UFV: DPS e DPE), os STR's de Araponga, Muriaé, Miradouro e Carangola, os moradores do entorno, a FETAEMG e AR e o CTA-ZM. Estas organizações se articularam umas com as outras e com o IEF-MG, em função de interesses comuns. Os dois grupos articulados mantiveram relações entre si. Relações estas que variavam entre parceria, aliança e conflitos.

Com uma importância um pouco menor e atuando fora do processo, a ENGEVIX e o IGA ligados diretamente ao IEF-MG e as CEB's e CPT ligadas diretamente aos moradores/as e às organizações dos trabalhadores rurais da região, FETAEMG e AR.

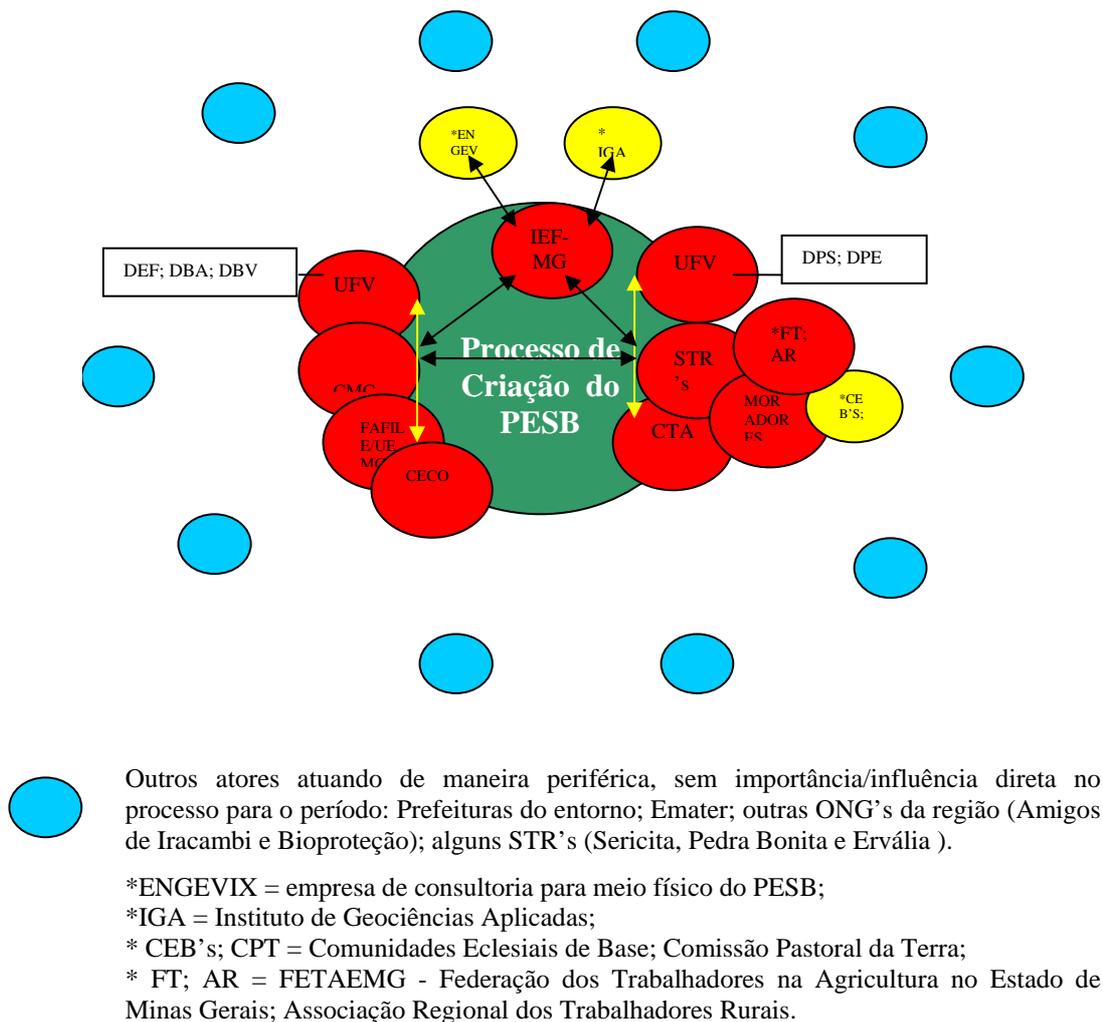


Figura 6 - Diagrama ilustrando a articulação interinstitucional no processo de criação e implantação do PESB.

Outras organizações atuaram de maneira periférica no processo de criação do PESB. São elas: as prefeituras dos municípios do entorno; a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); outras ong's da região como Amigos de Iracambi e Bioproteção e alguns STR's do entorno, localizados nos municípios de Ervália, Sericita e Pedra Bonita. Essas organizações, cada qual com a sua capacidade de contribuição e relevância, não tiveram importância e/ou influência direta no processo durante o período destacado pela sistematização.

Os Diagramas de Venn, confeccionados pelos participantes durante as entrevistas, são apresentados ao final do documento, no Anexo 6, e refletem a

percepção e vivência das organizações em relação às articulações interinstitucionais na experiência de criação do PESB.

Acredita-se, também, que muitos dos conflitos sejam frutos de diferentes visões; interesses; culturas institucionais e; concepções orientando processos, estratégias, ações e metodologias.

Por outro lado, as contradições existentes entre as instituições envolvidas foram importantes para amadurecer o processo. A experiência do PESB contribuiu para criar e fortalecer uma articulação entre diferentes organizações governamentais e da sociedade civil, com diferentes visões, interesses e práticas, mas atuando em função de um objeto comum, caracterizado pelo PESB e seu entorno.

Tendo em vista esses aspectos e o que foi analisado na presente sistematização, seguem algumas percepções a respeito desse tópico:

▪ **Percepções com consenso:**

- O papel que cada organização assume dentro do processo está diretamente associado ao histórico, perfil da mesma e seu poder de influência, sendo que esta atuação, muitas vezes, está associada à posições conservacionistas ou sócio-ambientalistas;
- As organizações envolvidas, tanto as que se inserem num contexto mais conservacionista quanto as que se inserem num contexto mais sócio-ambientalista, foram influenciadas pelo movimento ambientalista. O contrário também ocorreu, pois tais organizações também influenciaram o mesmo;
- As articulações entre as organizações ocorridas antes, durante e depois da criação do PESB foram caracterizadas pela existência de grupos distintos, influenciados por diferentes correntes de pensamento (conservacionista e sócio-ambientalista). Tais grupos, foram se agregando por afinidades, inter-relacionando uns com os outros e estiveram ligados ao processo de preservação e sustentabilidade na região da Serra do Brigadeiro, a partir de diferentes concepções sobre conservação e desenvolvimento.
- As articulações interinstitucionais foram responsáveis por promover a participação, tanto social quanto institucional, em diversos momentos e também por gerar uma série de conflitos entre as diferentes organizações, especialmente conflitos de interesse;
- As motivações que orientam a entrada, permanência ou saída de uma determinada organização num processo como esse, estão diretamente relacionadas aos interesses;

focos de atuação; oportunidade e/ou; disponibilidade (tempo, recursos humanos e financeiros) de cada organização;

- A forma como as organizações se posicionaram, o papel que elas assumiram dentro do processo e como essa atuação foi vista pelo outro podem ter determinado, consolidado ou segregado relações;

- As contradições entre as instituições envolvidas foram importantes para amadurecer o processo;

- As articulações interinstitucionais que se deram a partir da experiência do PESB avançaram para além da mesma, sendo, atualmente, responsável por muitos projetos e ações que acontecem na região.

- **Percepções sem consenso: não *houve*.**

3.6 Os impactos da criação e implantação do PESB.

O projeto original de criação do parque, tal como concebido, se tivesse sido implantado na cota 1.000m de altitude e conduzido sem discussão com a população, poderia ter causado um impacto negativo de proporções imensuráveis. Com base nas entrevistas realizadas com moradores e lideranças são destacadas, a seguir, algumas das possíveis consequências para o PESB e entorno caso persistisse o critério da cota de altitude:

-a desapropriação de cerca de 400 (COUTO; DIETZ, 1980) a 700 famílias (CTA-ZM, 1997);

-o êxodo rural para as periferias das grandes cidades;

-a revolta da população local com rebatimentos para a área do parque, principalmente com incêndios criminosos;

-o risco de vida tanto para as populações, quanto para técnicos do IEF-MG;

-a invasão de terras adjacentes;

-a fome assolando famílias inteiras por não terem onde produzir;

-a paralisação da produção de alimentos naquela região;

-as áreas urbanas mais próximas sofreriam com a falta de abastecimento de alimentos advindos do meio rural;

-o aumento de violência nas áreas urbanas em decorrência do problema social;

-a ocupação de favelas nos centros mais próximos;

-o desolamento das famílias por não saberem para onde ir ou o que fazer;

-a perda do vínculo familiar com o lugar de origem;

- a erosão cultural na região;
- a degradação ambiental de forma generalizada na região;

No que tange a legislação, houve contribuições relevantes para o debate local/regional, estadual e nacional a partir da experiência do PESB e do conjunto de experiências que estavam acontecendo no entorno do mesmo.

Por ser inédito no Brasil o caso do PESB inaugurava, naquele momento, uma discussão sobre processos participativos na criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Foram vários os debates, nos quais algumas organizações tiveram a oportunidade de apresentar a experiência local/regional, tendo esta se tornado referência nesses espaços.

No âmbito local/regional o evento mais significativo foi o Simpósio intitulado “Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e entorno: contribuições para elaboração do plano de manejo integrado e participativo”, ocorrido em 2000. O evento, realizado pelo IEF-MG, CTA-ZM e UFV inaugurou uma discussão sobre a gestão participativa do PESB, reunindo um público amplo e diversificado, tais como: moradores/as do entorno; técnicos/as; pesquisadores/as; organizações governamentais e não-governamentais; instituições de ensino e estudantes.

Na esfera estadual ocorreram debates junto ao IEF-MG, com contribuições para a reformulação da Lei Estadual de Florestas (n.º 10.561/91) no que diz respeito à recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Reservas Legais (RL's) com Sistemas Agroflorestais (SAF's). A experiência do PESB também foi levada para vários debates em nível nacional, incluindo as discussões que subsidiaram a elaboração do SNUC.

Felizmente o projeto original culminou numa proposta mais coerente com a realidade regional, garantindo a criação do PESB, sem danos para a preservação ambiental ou para a população local. Entretanto, o processo de criação e implantação do PESB foi responsável por causar impactos tanto positivos quanto negativos na vida dos moradores/as do seu entorno. Tais impactos refletem, atualmente, uma relação que precisa ser analisada entre as comunidades rurais ali localizadas e a unidade de conservação em questão.

Durante a sistematização foram realizados encontros intercomunitários na Serra do Brigadeiro, nos quais foram confeccionadas, junto com moradores e moradoras, matrizes históricas sobre os impactos causados pela criação do PESB. Foram analisadas quatro variáveis: as matas (florestas), a água (recursos hídricos), os

bichos (fauna) e o cultivo agrícola em dois períodos distintos: antes e depois da criação do PESB (1996). Os impactos foram analisados sob dois aspectos: impactos dos moradores/as sobre a biodiversidade (fora para dentro) e impactos da criação do PESB sobre a vida dos moradores/as do entorno (dentro para fora).

Seguem as avaliações, com comentários da pesquisa, sobre cada variável abordada nas comunidades:

- Matas.

Antes da criação:

De modo geral os moradores/as relataram que existiam mais matas na região até a atuação da Belgo-Mineira (entre as décadas de 50-70), resultando na grande devastação na Serra do Brigadeiro. As comunidades usavam madeira principalmente para construção de casas e para suprir demandas de lenha e mourão. Havia muita mata e não existia restrição quanto ao uso.

Em relação aos impactos sobre a biodiversidade, os moradores/as comentaram que a falta de fiscalização e regulação sobre o uso dos recursos, somada à pouca conscientização ambiental, de modo geral, foram os principais responsáveis por ações de impactos negativos. Os desmatamentos em excesso e, às vezes desnecessários para as utilidades domésticas, sem a preocupação de reflorestar; as queimadas para implantação de pastagens e outras práticas agrícolas degradantes, foram algumas destas ações citadas.

Os moradores/as comentaram que não havia, naquela época, uma consciência ambiental aguçada por parte das comunidades e muitas práticas agrícolas degradantes eram utilizadas pela falta de conhecimento sobre técnicas conservacionistas e alternativas mais ecológicas.

Depois da criação:

Uma grande maioria acredita que o parque vem contribuindo para um processo de regeneração natural e um aumento gradativo da floresta na região. Foi comentado que não houve aumento da mata em área, mas sim em densidade. Foi relatado que o aumento se deve principalmente por fatores, tais como: a redução da roçada; a alternativa do gás de cozinha, reduzindo a demanda por lenha; o maior e melhor aproveitamento dos recursos existentes na propriedade; o plantio de eucalipto para as necessidades domésticas, reduzindo a pressão sobre a mata nativa. Alguns se

manifestaram durante a dinâmica, relatando que acreditam que a quantidade de mata permanece igual depois da criação do PESB.

A demanda por lenha gera um problema grave, pois uma parcela muito pequena de moradores/as possuem recursos financeiros para comprar gás. As comunidades têm demandado por programas e assistência técnica por parte do IEF-MG, especialmente na doação de mudas e alternativas ecologicamente sustentáveis, para suprir demandas como essa.

- Água.

Antes da criação:

De modo geral as comunidades percebem historicamente a redução da quantidade e qualidade da água na região da Serra do Brigadeiro. Comentaram que antes da atuação da Belgo-Mineira na região, existia mais água e de melhor qualidade. Os moradores/as relataram que a quantidade de mata está diretamente relacionada à quantidade de umidade do ar e água nos córregos e rios e, portanto, com o desmatamento causado pela empresa, o volume de água foi reduzindo gradativamente. Acreditam que as mudanças climáticas também contribuíram.

Os moradores/as refletiram ainda, que as queimadas e desmatamentos recorrentes nas comunidades também contribuíam para redução da água. Desse modo, as mesmas não responsabilizam apenas a Belgo-Mineira, nem se eximem de uma parcela de culpa pela degradação ambiental causada, segundo eles/as, pela falta de cuidado com o meio ambiente. Entretanto, ressaltaram que o “povo da cidade” é mais responsável pela degradação do que o “povo da roça”, referindo-se especialmente a um público externo ao local, como a Belgo-Mineira e àqueles turistas que não respeitam o meio ambiente e a população do entorno.

Foi discutido, também, que muitas casas não possuíam banheiro nem fossas sépticas e todo o esgoto era despejado nos rios.

Depois da criação:

Os/as moradores/as percebem que a água vem aumentando gradativamente após a criação do parque. Reconhecem que o volume ainda é menor que há 50 anos e observam que atualmente o volume de chuva também é menor durante esse período. Comentaram ainda, que a recuperação das matas e a maior conscientização de todos contribuem para esse aumento da água. Entretanto, segundo alguns moradores/as, esta maior conscientização e cuidado com o meio ambiente não está necessariamente

vinculada apenas à criação do PESB ou à criação do PESB. Alguns moradores/as comentaram que o clima mudou muito de 50 anos pra cá e dizem que há mais frio por causa do aumento das águas.

Outros comentaram que com a criação do PESB e a atuação do IEF-MG na região, o volume e a qualidade da água aumentaram. Foi relatado, também, que atualmente todos/as têm fossa séptica em casa, cuidam mais da higiene e diminuíram muito o desperdício de água. Além disso, afirmam que água está mais bem distribuída entre as famílias.

Houve ainda, aqueles moradores/as que mencionaram que a água está com a mesma quantidade, mas que a regeneração das matas vêm contribuindo para uma maior retenção de água e reserva para o futuro, quando as florestas atingirem o estágio adulto.

- Bichos.

Antes da criação:

É consenso entre os moradores/as que existiam muito mais animais antes da criação do PESB. Durante a dinâmica da matriz foi citado que era muito comum observarem principalmente anta, macaco, tatu, onça, ouriço, tamanduá, pássaros e cobras. Foi destacado que ao mesmo tempo em que existiam muitos animais, existia também uma cultura de caça na região para consumo familiar e comercialização.

Muitos pássaros eram apreendidos e comercializados na região, o que ainda ocorre em alguns locais. Alguns moradores/as comentaram que a necessidade alimentar e a falta de recursos financeiros levavam esses caçadores à praticar essa atividade sem limitações ou impedimentos.

Para os moradores/as os caçadores foram os principais responsáveis pela redução, ao longo dos anos, da quantidade de animais na região.

Depois da criação:

As comunidades percebem que após a criação muitos animais estão voltando à aparecer. Foi citado que a anta foi o único animal da região completamente extinto. Reconhecem que a presença do IEF-MG e a fiscalização inibem os caçadores e o comércio ilegal de animais silvestres, o que contribui para o retorno desses animais ao seu *habitat*.

Alguns relataram que se não fosse pelo parque muitos desses animais estariam servindo para consumo humano e que depois da sua criação, muitos passaram a

comprar frango de granja (quem tinha poder aquisitivo para tal), outros retiraram a carne do cardápio e uma outra parte possui criação de pequenos animais (galinha e porco).

Alguns vêem esse aumento de animais de forma negativa, pois estes têm migrado da área do parque para o entorno, invadindo as propriedades à procura de alimento. Acabam atacando as criações e as lavouras e prejudicando o sustento das famílias. Foi discutido com as comunidades que a redução das áreas de florestas em decorrência do fogo, desmatamentos e ocupação de lavouras e pastagens e o desequilíbrio na cadeia alimentar, são os principais responsáveis pelos ataques desses animais às propriedades à procura de alimento.

-Cultivo agrícola.

Antes da criação:

Os moradores/as relataram que a produção era basicamente de milho e feijão e existia mais campo que lavoura. Comentaram que não havia limite para a produção agrícola e que se não fosse a criação do PESB esta seria expandida cada vez mais.

A prática da queimada e fertilização do solo com cinzas era comum. Muitos plantavam na beira de córregos e rios por falta de informação e conscientização ambiental.

O café, ao longo dos anos, foi se tornando a principal cultura na região e maior fonte de renda para as famílias.

Depois da criação:

Atualmente as comunidades consideram um risco retirar recursos do parque, devido às multas e a vergonha de prejudicarem a imagem. Passaram a plantar além de milho e feijão, cana, mandioca e principalmente café.

Os moradores/as percebem que a terra foi ficando cada vez mais fraca e que é preciso adubá-la, mas reclamam do preço do adubo.

Para alguns a área de plantio ficou menor por isso, plantam menos milho e feijão e dão preferência ao café. Relataram que a produção reduziu muito, principalmente pela falta de mão-de-obra. Outros afirmaram que houve aumento da produção e citaram com alegria o fato de terem surgido outras técnicas e terem condições de comprar adubo e calcário.

Muitos acreditam que estão colhendo mais porque estão cuidando melhor da terra, trabalhando menos por terem uma área menor e produzindo mais, pois estão

otimizando o espaço e os recursos que têm disponíveis, ou seja, estão “usando a inteligência”, segundo eles/as.

Existem muitos/as agricultores/as que trabalham como meeiros. Estes/as reclamam o direito à indenização por parte do Estado, pois não podem plantar em suas terras pelo fato das mesmas estarem inseridas na área do parque e não possuem autonomia sobre sua produção por cultivarem em propriedades alheias.

Outros pontos relevantes também foram discutidos durante a dinâmica e moradores/as relataram que o cultivo agrícola vem, na medida do possível, se adaptando ao contexto pós-criação do parque.

Por estarem localizados em área de entorno de uma unidade de conservação de proteção integral, novas práticas vêm sendo adotadas. Houve aumento no cultivo de banana na lavoura de café, utilizada para consumo familiar e animal e como matéria orgânica, além de contribuir também com uma maior retenção de água no solo.

O cultivo de Eucalipto (*Eucalyptus sp.*) também vem aumentando na região, sendo utilizado para construção e suprimento de lenha em alternativa ao gás de cozinha e também como fonte de renda, pois muitos comercializam a madeira na região.

Foi observado pelos moradores/as uma redução no uso de agrotóxicos atribuído não à criação do PESB em si, mas ao grau de conscientização dos agricultores/as que vem aumentando ao longo dos anos, à adoção de práticas mais agroecológicas e ao cultivo orgânico, especialmente do café.

Apesar das comunidades não visualizarem benefícios diretos para a vida no entorno em decorrência da criação do parque, foi ressaltado que, de um modo geral, a vida da população local melhorou muito desde então. Os motivos foram diversos, tais como: a saída da Belgo-Mineira da região, antecedendo a criação do PESB; a preservação dos mananciais de água da região; a qualidade de vida das famílias refletida em melhores moradias e acesso à informação e formação, através das oportunidades de troca de experiências entre moradores/as do entorno.

O turismo também foi citado, pelos moradores/as nos encontros, como alternativa importante para a geração e diversificação de renda de famílias do entorno do PESB. Tendo em vista o potencial da região, não só por seus inúmeros atributos ecológicos e a riqueza do modo de vida rural a ser descoberto por turistas de ambientes urbanos, mas também, pela diversidade de elementos culturais e o potencial científico, o turismo, se planejado e executado de forma sustentável pode

vir a ser uma atividade não-agrícola promissora no meio rural. A inclusão dos moradores/as locais nas estratégias e ações e a demanda por projetos de apoio à serviços e infra-estrutura que possam potencializar essa atividade estão entre as principais reivindicações das comunidades.

A partir da sistematização, o presente estudo ressalta algumas percepções, a seguir, de acordo com o que foi analisado:

▪ **Percepções com consenso:**

- O processo contribuiu para um amadurecimento geral entre as organizações e comunidades rurais envolvidas na sistematização, acerca da importância das áreas protegidas. Atualmente existe um razoável consenso entre as organizações e comunidades rurais sobre a importância das unidades de conservação e do papel que estas cumprem na preservação, conservação e manutenção da biodiversidade; no uso sustentável dos recursos e; no desenvolvimento regional;

- Os debates acerca da criação de unidades de conservação de proteção integral no Brasil, especialmente os que antecederam e subsidiaram a elaboração do SNUC, impactaram diretamente o processo local/regional na época da criação do PESB. Os principais impactos diretos desses debates foram as contribuições nas discussões sobre:

- manejo e uso sustentável dos recursos naturais;

- a conservação ambiental tratada de forma integrada com o desenvolvimento sustentável;

- a participação social nas estratégias de conservação ambiental;

- a valorização da cultura e do conhecimento das populações locais sobre a diversidade biológica e manejo tradicional dessas áreas;

- O processo local, por ser inédito, contribuiu para o debate nacional acerca do papel das populações residentes das unidades de conservação ou moradoras do seu entorno, na conservação dos recursos naturais nessas áreas. As principais contribuições diretas foram relacionadas principalmente à:

- importância de um processo de mobilização popular e de uma organização social pré-existente, que potencialize a participação social;

- importância da participação da população precedendo a criação das unidades de conservação e na gestão das mesmas e que esta seja exercida de forma integrada com o entorno;

- o envolvimento da população em todo o processo refletindo na garantia de criação e maior conservação da área;
- as propostas agroecológicas conciliando a conservação com desenvolvimento sustentável (Ex. SAF's).
- O parque, em sua institucionalidade, significa um novo ator, um elemento novo para as comunidades rurais localizadas na Serra do Brigadeiro. Desse modo, o PESB vem se integrando aos poucos à vida existente naquela realidade local;
- Com a criação do PESB, configurou-se uma sobreposição de territórios geográficos, na qual o parque, enquanto uma área institucional (PESB = unidade) se insere num contexto mais amplo de uma região (Serra do Brigadeiro - pluralidade). Essa sobreposição implica, muitas vezes, numa visão de conservação polarizada e não sistêmica;
- A relação entre PESB e entorno oscilou entre momentos de tensão, integração, cooperação e distanciamento durante o processo de criação do PESB;
- A relação parque e entorno foi amadurecendo gradativamente ao longo do processo a visão das comunidades sobre o uso dos recursos nas três fases, de modo geral:
 - antes da criação: menor conscientização; uso dos recursos naturais de forma despreocupada com a sustentabilidade em longo prazo e; maior liberdade pelo fato de não existir o PESB restringindo o uso dos recursos e exigindo maior fiscalização.
 - durante a criação: conflitos associados ao uso dos recursos naturais e serviços advindos do parque; restrição ao uso dos recursos naturais e serviços racionalizando a relação entre moradores/as e a natureza.
 - depois da criação: maior conscientização; medo da legislação imposta pela criação do PESB; uso dos recursos naturais de forma mais preocupada com a sustentabilidade em longo prazo.
- O desejo de conservação efetiva do meio ambiente, por parte das organizações e comunidades envolvidas na sistematização é consenso, não se restringindo à área do parque;
- Há um amadurecimento entre as organizações no que tange ao reconhecimento relativo à necessidade de conservação paralela à necessidade de desenvolvimento, de forma sustentável, das populações do entorno;
- Surge pós-criação uma complementação dos discursos conservacionista e sócio-ambientalista entre as organizações envolvidas na experiência do PESB;

- O sonho e perspectiva de futuro em relação ao PESB advindos das comunidades rurais do entorno, especialmente as mais isoladas e próximas aos limites físicos do parque, estão igualmente associados ao desejo de conservação ambiental em consonância ao desenvolvimento rural, mas a prioridade é a demanda por melhoria na qualidade de vida de maneira geral;
- A atuação da Belgo-Mineira na região, antes da criação do PESB, enfatizou uma cultura de exploração (madeireira e humana), subserviência e assistencialismo herdada da época da colonização da região, com graves conseqüências, tais como: a miséria; a prostituição; a exploração sexual e a degradação dos valores tradicionais. Essa cultura ainda agrava uma problemática que se estende ao parque, no que tange à grande expectativa dessas comunidades rurais de que este corresponda, suprimindo todas as demandas por infra-estrutura e serviços básicos. Por outro lado, em decorrência dessa subordinação causada por vários fatores históricos, surgiram grupos de resistência à mesma na região. A exploração madeireira pela Belgo-Mineira foi a maior responsável pela degradação ambiental da região antes da criação do PESB e até os dias atuais;
- Em decorrência da carência de apoio, projetos, serviços e infra-estrutura, muita degradação ambiental ainda acontece por parte das comunidades rurais, especialmente nas faces norte e sul do parque. Essas áreas são justamente aquelas as quais os STR's ainda não conseguiram desenvolver uma ação mais efetiva junto às comunidades rurais;
- Projetos voltados para a conservação do PESB e para o desenvolvimento sustentável do seu entorno, de forma articulada, podem ser mais efetivos para cada fim, do que quando tratados de forma isolada.
- O parque influenciou uma nova forma de uso e ocupação do solo, com impactos na organização produtiva da região e na relação do/a agricultora/o com a terra ao longo dos anos, provocados, também, por outras variáveis, tais como: a ação da Belgo-Mineira na região; o próprio histórico de uso e ocupação do solo da região antes da criação do PESB; o processo de minifundização ao longo do tempo; alterações climáticas; oscilações do mercado; etc.
- Os impactos da criação do PESB se dão não apenas do entorno para a unidade de conservação (fora para dentro; impactos sobre a conservação da biodiversidade), mas também, da unidade de conservação para o entorno (dentro para fora; impactos sobre a vida da população);

- Se o PESB foi criado na região é porque existia área significativa preservada pelos moradores/as locais até então, sendo que fatores como legislação, topografia, dentre outros também podem ter sido responsáveis pela preservação ambiental regional.
- Agentes externos, tais como: visitantes, turistas e empresas de exploração de recursos naturais (madeira e minério) também são responsáveis por contribuir com a degradação ambiental na região. A mineração constitui-se, atualmente, a maior ameaça à conservação da sóciobiodiversidade no entorno do PESB após a criação do mesmo, colocando em risco não só o meio ambiente, mas o turismo, a agricultura, dentre outros;
- O uso dos recursos naturais pelas comunidades rurais se configurou como uma forma de exploração com impactos pouco significativos para a biodiversidade regional. Entretanto, se esta exploração continuasse, em longo prazo, poderia causar impactos significativos nesse contexto.
- Se não fosse a criação do PESB outras ações de exploração dos recursos naturais na região poderiam colocar em risco a biodiversidade regional em curto, médio e longo prazo;
- A criação do PESB e suas limitações quanto ao uso dos recursos naturais e serviços advindos do mesmo, promoveu uma maior consciência sobre a importância da conservação ambiental, fazendo com que os agricultores/as criassem formas alternativas de se trabalhar a produção a partir das dificuldades enfrentadas.

- **Percepções sem consenso: não *houve*.**

3.7 A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.

Com a presente sistematização buscou-se, de modo não tão aprofundado, visto que o tema é por demasiado complexo e demanda um estudo sociológico mais abrangente, elementos que pudessem confirmar ou não uma terceira e última hipótese que orienta essa sistematização: o processo de criação e implantação do PESB contribuiu para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro.

Investigou-se junto aos atores envolvidos e buscou-se analisar, no conjunto dos dados e referência bibliográficas sobre o tema, quais elementos a experiência de criação e implantação do PESB trouxe para a região, influenciando aspectos culturais locais e contribuindo para a construção de uma identidade nesse contexto.

Algumas conclusões a esse respeito serão apresentadas, como contribuição à análise do conjunto do trabalho, numa perspectiva futura de gestão participativa e integrada do PESB e entorno.

Faz-se necessário primeiramente, compreendermos o (s) conceito (s) de identidade. Esta se refere a algo que nos diferencia em relação ao outro, o que nos caracteriza como pessoa, sujeito individual ou como grupo social, sujeito coletivo. Ela pode ser definida pelo conjunto de papéis que assumimos ou que nos são dados ao nascermos ou ainda, que desempenhamos ao longo da vida. É determinada pelas condições sociais às quais estamos sujeitos e à uma função que exercemos de acordo com tais condições.

Para CASTELLS (2006) identidade também pode ser compreendida como a fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes. Ao mesmo tempo em que ela pode ser definida pelo conjunto de papéis, a mesma não se deve confundir com os mesmos, pois estes determinam funções enquanto que a identidade organiza significados. Estes, por sua vez, são resultantes de um sujeito individual que se coloca dentro do contexto das relações sócio-culturais tornando-se, também, coletivo.

Afirmando-se a existência de uma identidade, seja referindo-se em relação ao outro ou a si mesmo e/ou um determinado grupo o qual se está inserido, admite-se uma certa originalidade, que significa ao mesmo tempo semelhança e diferença. Segundo GADOTTI (2006) existe uma relação de igualdade que cimeta um grupo, igualdade válida para todos os que a ele pertencem. Porém, essa mesma identidade que unifica um determinado grupo pela semelhança, se define em relação a algo que lhe é exterior, à medida que o diferencia de outros grupos. Há uma relação entre o interno (semelhança) e o externo (diferença).

A construção da identidade ocorre em contextos sociais específicos, nos quais estão inseridos aspectos culturais, ambientais, econômicos e políticos. Para PRAXEDES (2006) essa construção não deve ser pensada sob o ponto de vista unidirecional e estático, mas numa perspectiva relacional e dinâmica, ou seja, como resultante das relações sociais que ocorrem no cotidiano dos atores sociais, e não como propriedades intrínsecas compostas por uma essência imutável.

A noção de território, presente num contexto mais recente do PESB, também é objeto de análise na construção dessa identidade, ainda que não seja papel da

sistematização aprofundá-la. O conceito de território é relevante nesse sentido para se compreender a questão da construção da identidade no contexto territorial da experiência do PESB.

Existem diferentes conceitos para o significado de território e FLORES (2006) citando Raffestin (1993) considera uma distinção entre espaço e território, no qual o primeiro está relacionado ao patrimônio natural existente numa região definida. Por outro lado, o conceito de território se incorporaria a apropriação do espaço pela ação social de diferentes atores. Em outras palavras, o conceito de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Como resultado desse jogo de poder se define uma identidade relacionada a limites geográficos, ou ao espaço determinado. O território surge, portanto, como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço (tanto física como simbolicamente), por isso denominado um processo de construção social.

FERNANDES (2006) ressalta que o território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteira, é um espaço de conflitualidades, ou seja, são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais, onde a contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando se compreende o território em sua multidimensionalidade.

Tizon (1995) citado por FLORES (2006) destaca um sentido antropológico, onde território é o ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade. Nesse sentido, se percebe o território construído como um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída, e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços de solidariedade entre esses atores (Brunet, 1990 citado por FLORES, 2006).

Albagli (2004) citado por FLORES (2006) caracteriza uma noção de territorialidade, onde as relações sociais e a localidade estão interligadas, fortalecendo o sentido de identidade, e refletindo um sentimento de pertencimento. Para o autor essa compreensão é fortalecida condicionando a questão da territorialidade às normas sociais e valores culturais variando, dessa forma, tanto de sociedades para sociedade como de um período para outro.

Há ainda no contexto do PESB uma identidade cultural que, segundo BOFF (2006), está intimamente ligada à uma realidade especificamente humana, criada a

partir de intervenções sobre si mesmo e sobre a natureza. Intervenções estas responsáveis pelo habitat (morada) humano.

Para GADOTTI (2006) não é possível falar em identidade cultural sem se ater à identidade étnico-cultural, pois, tratando-se de identidade de uma cultura, é preciso localizá-la num determinado tempo e espaço e no interior de um grupo étnico. Nesse sentido, BARBOSA (2005) ressalta que as questões ambientais locais devem aprofundar questões sócio-étnico-culturais históricas.

Para este autor, especificamente em relação aos povos que habitam aquelas serras na região, existe uma identidade que se determina na fusão de ameríndios, afro-brasileiros e euro-descendentes, o que o autor chama de identidade ameríndiafricana. Atenta, ainda, para a questão da desintegração da identidade pela globalização e pós-modernidade, o que vem causando, historicamente, uma erosão e homogeneização cultural dos povos.

A sistematização não procurou aprofundar as raízes étnicas-culturais que ocorrem na região da Serra do Brigadeiro, pois não é objeto da mesma localizar e analisar as diferentes identidades que estão em constante processo de construção e que podem emergir a partir de um estudo como esse.

A seguir, algumas percepções acerca da construção da identidade no processo de criação e implantação do PESB:

▪ ***Percepções com consenso:***

- O processo do PESB agrega diferentes atores sociais e institucionais de maneira isolada ou em grupos. Estes, por sua vez, estão vinculados a organizações distintas, tanto formais quanto informais, tanto da sociedade civil como do governo, algumas advindas de contextos sociais distintos;

- A análise da construção da identidade no processo de criação e implantação do PESB não deve se dar de forma isolada do conjunto de elementos que podem interferir direta ou indiretamente nessa construção. Diversos fatores podem interagir com esse contexto, tais como:

-o processo histórico de colonização e de exploração humana e mineral na região;

-as influências européia, indígena e afro-brasileira determinando relações, costumes, cultura etc.;

-as diferenças culturais e étnicas entre os povos da Serra em regiões distintas;

-as relações sociais estabelecidas secularmente na região;

- a ação da Belgo-Mineira e seus impactos sócio-econômico, cultural e ambiental;
 - a inserção do CMCN/DEF/UFV na região protagonizando a criação do PESB;
 - os movimentos sociais locais advindos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) orientando dinâmica (s) de organização social;
 - a intervenção do CTA-ZM e STR's contribuindo para uma cultura de participação;
 - a intervenção e contribuição das demais organizações;
 - as diferentes culturas institucionais interagindo com várias culturas pré-existentes na região;
 - a inserção do IEF-MG na região regulando o uso dos recursos naturais e serviços e inaugurando um processo inédito em termos de unidades de conservação de proteção integral no Brasil;
 - a constituição da Serra do Brigadeiro enquanto território e objeto de política pública governamental.
- Todos esses fatores fazem parte desse contexto sócio-cultural, no qual as organizações envolvidas com a criação e implantação do PESB estão inseridas. São elementos de um contexto que é dinâmico. Pertencem a um passado e a um presente e estão dialogando constantemente com o futuro e com os novos elementos responsáveis pelas transformações da sociedade e da cultura;
 - A experiência foi responsável por aglutinar diferentes atores em função de um objeto comum: o PESB e seu entorno; criar e fortalecer articulações interinstitucionais e uma rede de atores que se identificam e se aproximam por uma série de afinidades e/ou interesses e; reintegrar organizações que romperam relações no decorrer do mesmo, ainda que não conseguisse reintegrar outras que se afastaram ou que se sentiram excluídas;
 - A criação do PESB desencadeou uma série de projetos e ações, caracterizando a unidade de conservação como um eixo aglutinador e transformando a região num espaço territorial de desenvolvimento;
 - Existem grupos de atores envolvidos no processo do PESB que se assemelham e se diferenciam por interesses, ideologias, projetos de desenvolvimento etc. Estes mesmos grupos estão inseridos num processo histórico e inédito de criação, implantação e gestão de uma unidade de conservação de proteção integral na região. Isso os caracteriza e os unifica enquanto grupo que como tal, possui um papel dentro

de um contexto social, político, ambiental, cultural e econômico na região da Serra do Brigadeiro;

- O Território da Serra do Brigadeiro, enquanto objeto de política pública de desenvolvimento territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), constituído em 2003, emerge de uma construção social que é fruto do processo de criação, implantação e gestão do PESB. A construção da identidade num contexto territorial, portanto, se constitui a partir de um processo que é ao mesmo tempo complexo e desafiador e está diretamente relacionada às suas relações histórico-culturais;

- A alteração no modo de vida das populações em decorrência da criação e implantação do parque refletiu a inserção de novos costumes e práticas na realidade local dos moradores/as do entorno do PESB e, conseqüentemente, impactou aspetos culturais seculares e a(s) própria(s) identidade(s) que vinha(m) sendo construída(s) ali. Essas transformações em decorrência da criação do PESB, também são responsáveis por influenciar essa construção, mas não de maneira isolada;

- Especialmente os povos mais próximos dos limites do PESB, mais isolados e localizados em pontos mais altos, se identificam mais com o lugar onde vivem do que com o parque e sua institucionalidade. Estabelecem ali uma relação ambivalente com a mata, às vezes boa e às vezes ruim e com comunidades vizinhas do entorno. Entretanto, o parque também tem sido responsável pela construção de uma identidade entre esses povos.

- Num mesmo território, como é o caso da Serra do Brigadeiro, encontram-se diferentes identidades em processo constante de formação e de transformação, dependendo do contexto que se pretende investigar;

- Tendo em vista essa análise, conclui-se, remetendo-se particularmente ao grupo de atores envolvidos com a experiência, que o processo de criação e implantação do PESB tem contribuído para a construção de uma identidade na região da Serra do Brigadeiro. A experiência, em conjunto com fatores históricos, sociais e culturais, foi responsável por contribuir para a construção de uma identidade entre os atores envolvidos com a mesma e por trazer novos elementos e impactar não só aspectos culturais específicos da região, mas também políticos, econômicos e ambientais;

- Três formas e origens de construção de identidades, citadas por CASTELLS (2006) e adaptadas ao contexto refletem, de modo sucinto, um processo evolutivo e de amadurecimento entre as organizações envolvidas com a experiência do PESB:

- Identidade legitimadora: o Estado, através do IEF-MG, se inserindo num contexto local para a criação do PESB, reforçando uma relação de dominação em relação aos atores sociais locais;
- Identidade de resistência: os atores institucionais das organizações não-governamentais, organizações dos agricultores e agricultoras e instituições religiosas e de ensino, em conjunto com os atores sociais locais, se posicionando e se articulando, de maneira contrária às imposições do Estado, criando resistências com princípios diferentes ou opostos;
- Identidade de projeto: os atores envolvidos (sociais e institucionais), através de uma articulação interinstitucional consolidada, construindo uma nova identidade frente ao processo e a partir deste. Identidade esta, em permanente processo de construção.

- Como grupo esses atores (sociais e institucionais) envolvidos, possuem um papel nesse processo que deve caminhar para uma continuidade, numa perspectiva de gestão participativa e integrada do PESB e entorno. Enquanto um grupo articulado no contexto de um território os limites geográficos e relacionados a conflitos de interesse e poder não devem sobrepor a uma construção que antecede a própria constituição do território.

- A construção da identidade nesse grupo deve ser capaz, nesse sentido, de avançar na identificação, mitigação e busca de soluções para os conflitos existentes e os que vão surgindo; na inserção de novos atores sociais e institucionais e na busca por projetos e ações que promovam a conservação ambiental aliada ao pleno desenvolvimento da região de forma sustentável, buscando reforçar o sentimento de solidariedade e de pertencimento desses atores no processo;

- A construção da identidade nessa perspectiva ultrapassa as fronteiras de um território constituído não por uma política pública governamental, mas pelo próprio grupo articulado a partir da experiência de criação e implantação do PESB.

- *Percepções sem consenso: não houve.*

4. CONCLUSÕES

De acordo com o que foi visto neste capítulo seguem algumas das principais conclusões da pesquisa a respeito:

- A criação do PESB surgiu dentro de um contexto externo, distinto e distante da realidade do local no qual se desejava implantar a unidade de conservação. Este é um dos fatores desencadeadores de conflitos citados na introdução deste estudo.

- Percebe-se que os critérios utilizados pelos dois pesquisadores para a criação do PESB foram limitados frente à complexidade do tema e da riqueza da sóciobiodiversidade ali existente. Entretanto, para a época e devido a discussão ser ainda incipiente no Brasil, os estudos se apresentaram como válidos e importantes para garantir a criação da unidade de conservação.

- O presente estudo não conseguiu reunir, junto aos responsáveis pelo abaixo-assinado, documentos que comprovassem a existência do mesmo e maiores informações a respeito. Não foi conhecido o tipo de público que o abaixo-assinado atingiu e se este conseguiu incorporar a opinião de moradores e moradoras da Serra do Brigadeiro. Por outro lado, esta iniciativa mencionada na pesquisa foi válida do ponto de vista que há indícios de que houve um tipo de manifestação e mobilização antecedendo e em favor da criação do PESB.

- Percebe-se na região da Serra do Brigadeiro avanços e limites na conservação ambiental. Estes refletem o desafio da consolidação do SNUC e da promoção de processos mais amplos, voltados à conservação da sóciobiodiversidade naquele local. O presente estudo destaca alguns avanços mais visíveis, tais como: o processo inédito de organização e mobilização social para a criação do PESB, dentro do debate nacional sobre áreas protegidas; o número razoável de unidades de conservação existentes atualmente na região da Serra do Brigadeiro; o capital social construído a partir de um eixo aglutinador, o parque, que é extremamente relevante para a promoção de ações voltadas à conservação ambiental aliada ao desenvolvimento sustentável regional; o número de organizações ligadas ao ensino, pesquisa e extensão e atuando em favor do meio ambiente na região; o movimento agroecológico no entorno do parque, o qual tem promovido não só a conscientização em torno das questões sócio-ambientais locais/regionais, mas sobretudo, ações efetivas junto à população local nesse contexto.

- O PESB, ainda em fase de implantação, também terá que enfrentar uma série de limites e desafios. O mesmo não possui articulação com outras unidades de conservação criadas posteriormente na região, especialmente as APA's, nem tão pouco com outras unidades de conservação localizadas na Zona da Mata, o que poderia representar uma estratégia mais consistente na conservação da região em escala mais ampla. As APA's no entorno do PESB, como foi visto, não possuem planejamento ou conselho gestor. O Conselho Consultivo do PESB, instalado em 2004, também vem buscando o reconhecimento de sua importância e a legitimidade de suas ações. Na região, de modo geral, a falta de políticas ambientais e de espaços públicos de gestão, em nível municipal, voltados para o tema, ainda são carentes. E por fim, o plano de manejo do parque, que está sendo elaborado, deverá procurar corresponder as expectativas de um processo que possui um histórico distinto de outras unidades de conservação.

- Os impactos gerados a partir do processo ocorreram tanto sobre a conservação da biodiversidade na região, quanto sobre a vida das populações. A partir da confecção da matriz histórica nas comunidades visitadas durante a sistematização, foi possível perceber que é reconhecida a importância do parque na redução de impactos negativos decorrentes das atividades antrópicas, especialmente a exploração dos recursos naturais sem políticas adequadas de manejo que primem pela sustentabilidade da área em questão.

- Fatores externos como a atuação da Belgo-Mineira na região, também foram responsáveis por impactos sociais, econômicos e ambientais com graves consequências negativas. A empresa é vista, pelas comunidades, como responsável por mudanças nas formas de produção e na relação do/a agricultora/o com a terra que abandonou suas propriedades e o cultivo de subsistência partindo para a extração de madeira. Essa exploração da empresa na região gerou degradação ambiental, desemprego e dependência econômica, com reflexos até o presente período.

- A criação do PESB gerou, entre outros, impactos de ordem sócio-econômica na vida da população local. O parque à medida que trouxe uma série de benefícios à conservação ambiental com reflexos na vida dos moradores/as, também impôs uma nova forma de uso e ocupação do solo, com impactos na organização produtiva da região. Muitas propriedades tiveram que limitar suas áreas produtivas por estarem inseridas nos limites físicos do PESB; o uso dos recursos naturais foi restringido e colocou muitos moradores/as em situação ilegal perante à legislação florestal,

quando realizado na área da unidade de conservação. Esses fatores, somados a outras variáveis tais como: a atuação da Belgo-Mineira na região; a minifundização; alterações climáticas ao longo dos anos; o histórico de uso e ocupação do solo da região; oscilações do mercado; dentre outros, foram responsáveis por alterar a forma como agricultores/as vêm produzindo no entorno do PESB.

- Novas pesquisas se fazem necessárias no sentido de aprofundar esses dados sobre os impactos, pois muitas outras variáveis estiveram presentes no decorrer do período, possivelmente exercendo influência direta nas observações dos moradores/as, relatadas durante a dinâmica. Esta limitou-se apenas à provocar discussão e motivar reflexões das comunidades sobre os temas levantados, não permitindo um aprofundamento sobre impactos. É interessante que novos estudos sejam realizados e que estes busquem a elaboração de indicadores qualitativos e quantitativos para a avaliação de impactos sob os dois olhares: do entorno para o parque e do parque para o entorno.

- A monocultura do eucalipto que vem sendo desenvolvida por agricultores no entorno do PESB é um tema que merece atenção, ainda que as condições topográficas da região sejam fatores limitantes para sua expansão. Tendo em vista os impactos sócio-ambientais de ordem negativa que esta prática vem ocasionando, especialmente no Sul da Bahia e Norte de Minas Gerais e Espírito Santo, é prudente que sejam elaboradas políticas adequadas e ações, junto aos agricultores/as e suas organizações, para a adoção da espécie de forma autônoma e sustentável do ponto de vista sócio-econômico e ambiental. Desse modo, espera-se que a mesma possa estar integrada ao conjunto da propriedade rural, de forma a atender a demanda, sem prejuízos para a diversidade biológica e a Mata Atlântica regional.

- Políticas públicas (federais, estaduais e municipais) que possam potencializar a agricultura familiar, de forma sustentável, na região da Serra do Brigadeiro são extremamente importantes. Nesse sentido, as ações de desenvolvimento desencadeadas pela constituição do Território da Serra do Brigadeiro nas áreas de educação, turismo, agricultura e meio ambiente e as experiências agroecológicas com SAF's, em curso na região, poderiam contribuir com programas e ações voltados para a conservação ambiental aliada à diversificação da produção e renda das famílias do entorno do PESB. Todas essas estratégias poderiam contribuir para reduzir a pressão sobre as espécies nativas da Mata Atlântica regional, além de serem alternativas mais viáveis e sustentáveis para a realidade local, tendo em vista a promessa de progresso

embutida no discurso acerca da mineração no entorno do PESB, num cenário mais recente.

- Outro aspecto importante dentro dessa discussão sobre sustentabilidade da região da Serra do Brigadeiro é o turismo, pois este é visto com expectativa e cautela pelos moradores/as do entorno. Ao mesmo tempo em que representa uma atividade geradora e diversificadora de ocupação de mão-de-obra local e renda, pode se tornar um problema em potencial. O turismo na região, tanto o rural quanto ecológico, deve ser bem planejado e faz-se necessário estar inserido no âmbito das políticas públicas municipais e estaduais. As populações do entorno da Serra do Brigadeiro demandam por programas e ações voltados ao turismo local/regional, que sejam sustentáveis do ponto de vista social, cultural, ambiental e econômico e que promovam a inclusão da população local. Essa preocupação é extremamente relevante, uma vez que, em geral, o que se percebe é a ocupação de áreas potenciais para a prática do turismo por pessoas externas ao local, com maior capacidade de investimento. A população residente ou torna-se mão-de-obra barata para os empresários do turismo ou são excluídos por falta de oportunidade, ou seja, falta de capital financeiro, dificuldades para acessar as políticas de crédito para este fim e ausência de capacitação.

Esses são alguns dos limites e desafios para a gestão ambiental na Serra do Brigadeiro e não podem ser vistos de maneira isolada por parte dos órgãos ambientais responsáveis e atores (sociais e institucionais) inseridos na região. É preciso que a conservação do PESB seja fator indissociável da conservação sócio-cultural e do desenvolvimento econômico do entorno e que as populações ali residentes, estejam inseridas nesse processo como sujeitos de sua própria história.

Capítulo 5

ENTRE ERROS E ACERTOS: AS LIÇÕES APRENDIDAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Após dez anos de criação do PESB, quais foram os principais aprendizados obtidos, pelos atores sociais e institucionais envolvidos com esta rica experiência, que antecede o próprio processo de criação?

O presente estudo buscou responder essa questão identificando, junto com alguns dos principais atores envolvidos com a criação do PESB, as lições aprendidas pelos mesmos. Essa experiência gerou uma série de aprendizados que refletem o acúmulo tanto individual, quanto coletivo de diversas organizações envolvidas na mesma.

Todos os aprendizados identificados foram organizados, neste capítulo, em forma de lições aprendidas ou recomendações ao público de interesse. As lições destacadas fazem parte, portanto, de uma reflexão do presente estudo, realizada em conjunto com algumas das principais organizações envolvidas na experiência de criação do PESB. A partir da reflexão dessas vivências, métodos, processos e histórico foram resgatados e puderam ser reavaliados sob diferentes olhares.

O presente capítulo ressalta, ainda, a importância das unidades de conservação e o papel que estas cumprem na preservação, conservação e manutenção da biodiversidade; no uso sustentável dos recursos e no desenvolvimento regional, sob a ótica do grupo de atores envolvidos na pesquisa.

Também são analisados os sonhos e expectativas do grupo em relação ao PESB, bem como orientações relacionadas à sua implantação e gestão que podem servir de exemplo à outras experiências semelhantes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Informações sobre a importância das unidades de conservação; o papel que estas cumprem na preservação, conservação e manutenção da biodiversidade; no uso sustentável dos recursos e no desenvolvimento regional; os sonhos e expectativas do grupo em relação ao PESB e orientações relacionadas à sua implantação e gestão foram obtidas através das entrevistas realizadas com o grupo de atores envolvidos na pesquisa.

As lições aprendidas sobre o processo de criação do PESB foram extraídas durante o encontro final da sistematização, realizado em julho de 2006, embora muitas destas já haviam sido percebidas nas entrevistas realizadas e nos encontros intercomunitários. O encontro final reuniu quase todos os atores envolvidos no processo de sistematização, além de alguns convidados (Anexo 1).

Como já citado no Capítulo 3 deste estudo (Metodologia de Sistematização), entende-se por lições aprendidas um conjunto de recomendações geradas a partir de reflexões e aprendizados sobre uma determinada experiência vivida (SOUZA et al., 2005). Tais recomendações são direcionadas ao próprio processo de intervenção institucional, como forma de melhorar a sua prática e também ao público de interesse. Elas podem ser tanto positivas (relacionadas ao que foi bom) quanto negativas (relacionadas ao que não foi bom) e remetem a uma experiência local/territorial, tendo em vista os processos vividos por aquele grupo ou instituição.

Para este encontro foram organizados e preparados materiais descritivos e dinâmicas que possibilitaram uma participação ativa e qualificada dos/as participantes. A metodologia utilizada compreendeu as seguintes etapas:

2.1.Elaboração do documento-síntese.

Foi elaborado, previamente, um documento-síntese contendo as principais percepções sobre o processo de criação do PESB. Este material foi elaborado a partir do documento bruto contendo uma análise geral acerca desta experiência.

O documento-síntese foi elaborado a partir de temas, previamente selecionados, de forma a problematizar o objeto de estudo (a criação do PESB), gerar discussões e reflexões e facilitar o entendimento dos envolvidos para a posterior identificação de lições. Esse procedimento foi necessário devido à grande quantidade

de informações geradas a partir da coleta de dados. Os temas selecionados pelo estudo foram:

- As políticas públicas governamentais e as unidades de conservação na Serra do Brigadeiro;
- Os conflitos;
- A participação social;
 - Gênero e geração.
- As estratégias utilizadas;
 - Participação;
 - Adequação da produção do entorno com as estratégias de conservação.
- As articulações interinstitucionais;
- Os impactos da criação e implantação do PESB;
- A construção da identidade e as perspectivas de continuidade do processo.

2.2 Resgate do histórico do processo apresentando a linha do tempo.

Foi apresentada a linha do tempo do processo (ver Figura 1; Capítulo 2), confeccionada a partir dos relatos e documentos. Utilizou-se tarjetas em tamanho A4, de fácil visualização, divididas em cores distintas para períodos e eventos contendo tópicos da experiência de criação do PESB. Foram apresentados ainda, antecedentes históricos relevantes em nível local/regional, nacional e internacional. Após a apresentação foi aberta a discussão para que o grupo pudesse contribuir incorporando novos eventos que não foram apontados na linha ou retificando informações.

2.3 Leitura do documento-síntese das percepções geradas.

Foi apresentado ao grupo material contendo as principais percepções obtidas a partir da sistematização sobre cada tema gerado. Este material foi lido em grupos que foram divididos por segmentos: i) atores institucionais governamentais; ii) atores institucionais das organizações não-governamentais e iii) atores sociais locais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's). A leitura do material se deu de forma coletiva, discutindo e destacando as contribuições, novas conclusões; discordâncias e dúvidas (Fotos 9; Foto 10; Foto 11). A plenária de apresentação dos grupos foi conduzida com a apresentação de cada grupo acerca das discordâncias e contribuições para cada tema. O objetivo desse momento não foi consensuar, mas provocar discussão, reflexão, troca de experiências e subsidiar o momento seguinte.

Como os grupos dos atores locais e dos STR's ficaram reduzidos, optou-se por uní-los num só segmento, visto que, naquele momento, poderiam debater dentro de

um mesmo grupo definido por moradores e lideranças, atores locais da área de estudo.

Nesse momento optou-se por não inserir as comunidades rurais que participaram do processo de sistematização por uma questão estrutural e metodológica, visto que foram várias comunidades e centenas de pessoas abrangidas, com diferentes níveis de compreensão e vivência na experiência de criação do PESB. Estas comunidades foram representadas, portanto, no grupo dos atores sociais locais e STR's, além das contribuições dos encontros intercomunitários no documento que subsidiou todo o encontro.



Foto 9 – Organizações governamentais reunido no encontro final: lições aprendidas.

Foto de Verônica R. Bonfim.

Foto 10 – Atores sociais reunido no encontro final: lições aprendidas.

Foto de Verônica R. Bonfim

Foto 11 – Organizações não-governamentais reunidas no encontro final: lições aprendidas.

Foto de Verônica R. Bonfim.

2.4. Identificação de lições.

Esta etapa consistiu na manutenção dos mesmos grupos, os quais trabalharam no sentido de refletir sobre as lições e aprendizados do processo dentro da vivência de cada um. Foram apresentadas duas perguntas geradoras para a reflexão e identificação de lições: a) O que podemos recomendar à outras experiências, organizações ou processos semelhantes? e b) O que faríamos se fôssemos começar tudo de novo?

Utilizou-se uma metodologia que permitiu a identificação de lições por segmento como forma de facilitar e aprofundar a reflexão e vivência de cada grupo e evitando assim, uma análise menos institucional e individual e mais coletiva.

A partir das questões geradoras os grupos foram para o debate refletindo sobre os aprendizados que podem ser replicados em outros espaços e aprendizados visando melhorar a prática de cada ator social e institucional envolvido. Após o debate foi

realizada uma plenária final com a apresentação de cada grupo por meio de tarjetas, seguida de breve discussão.

Ao final, todas as lições destacadas pelos grupos foram consideradas, uma vez que não houve discordância e sim complementaridade entre as mesmas.

As lições da experiência de criação do PESB foram re-elaboradas pela presente pesquisa, a partir das reflexões do grupo de atores envolvidos na sistematização, geradas tanto no encontro final (enfoque coletivo), como nas entrevistas, as quais já indicavam aprendizados importantes, do ponto de vista das organizações (enfoque individual).

A metodologia de sistematização, as técnicas participativas utilizadas e o encontro final, permitiram a identificação de lições pelos atores envolvidos na experiência de criação do PESB. As lições refletem os aprendizados deste grupo a partir de suas vivências no próprio processo.

Essa metodologia foi importante por conseguir identificar as lições tanto do ponto de vista das organizações envolvidas, quanto do ponto de vista do grupo, contribuindo assim, com a reflexão e identificação de aprendizados de cada ator, numa perspectiva que é coletiva e processual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A importância das unidades de conservação.

A importância das unidades de conservação e o papel que estas cumprem na preservação, conservação e manutenção da biodiversidade, no uso sustentável dos recursos e no desenvolvimento regional é consenso entre as organizações e comunidades rurais. As unidades de conservação de uso sustentável e o papel que estas desempenham na garantia de conservação aliada ao desenvolvimento sustentável das populações, inclusive tradicionais, também foram destacados.

As unidades de conservação cumprem uma função científica, ecológica, cultural, política, econômica e social para o conjunto das organizações envolvidas. Os relatos apontam algumas observações relevantes atreladas ao papel dessas áreas, tais como: a importância de não se tornarem ilhas isoladas do seu entorno; a

necessidade de uma consciência ambiental, por parte das populações, que irá garantir, inclusive, sua sobrevivência; a geração de benefícios diretos e indiretos para as populações do entorno e que essas áreas possam representar não apenas a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, mas também, a preservação da cultura local/regional.

3.2 Criando um parque.

É fruto de um aprendizado coletivo o reconhecimento, por parte das comunidades rurais residentes no entorno do PESB, que a criação do mesmo teve reflexos tanto positivos quanto negativos para a população local. Os moradores/as afirmaram nos encontros intercomunitários, que se não fosse a criação do parque não teriam mais água, nem muitos animais na região.

O parque criou uma nova ordem, uma nova relação de homens e mulheres com a natureza e impôs limites sobre o uso dos recursos naturais, tanto dentro quanto fora dele. Embora discordem que foram responsáveis pela destruição das matas, as comunidades rurais reconhecem que esse limite foi fundamental para a compreensão de que os recursos naturais não são inesgotáveis e que era preciso re-aprender a sobreviver com pouco, como faziam os antepassados, os índios. Segundo os moradores/as, antes da existência do parque tirava-se madeira, lenha, palmito e demais recursos, além do que precisavam para sobreviver e havia muita caça.

A criação do PESB é visto pelos moradores/as como algo tão importante para a região quanto a luta para permanecerem em suas propriedades. Ainda assim, muitos perderam terras devido a delimitação do parque, reduzindo sua área produtiva ou sendo impedidos de ampliá-las.

É sabido que as unidades de conservação que envolvem populações humanas são mais complexas devido à legislação. É consenso entre os entrevistados que quando a população é informada e participa cresce o comprometimento da mesma com a conservação da área. Os moradores/as se sentem “donos/as” do processo, ao passo que quando são excluídos torna-se muito mais difícil a criação, implantação e gestão da área e a sua conseqüente conservação. Deve-se desmistificar, portanto, o fato de que quando a população é informada cresce a pressão sobre a área a ser protegida.

O exemplo do ParNa Serra da Canastra (Parque Nacional Serra da Canastra) onde a falta de diálogo entre o governo e a sociedade, a postura rígida e ditatorial do primeiro frente a situação e a não inclusão social no processo de criação da referida

unidade de conservação, é um parâmetro para o processo do PESB. A criação do ParNa Serra da Canastra desencadeou uma série de conseqüências graves para as populações locais e que, posteriormente, refletiram-se em uma relação rancorosa e de mágoa entre a população e o parque, onde este sofreu e ainda sofre as conseqüências desse sentimento através de agressões ambientais.

Refletindo sobre a experiência vivida, os atores envolvidos na presente pesquisa opinaram, durante as entrevistas, sobre como deveria ser à criação de uma unidade de conservação, mais especificamente, a categoria parque. Foram vários os critérios mencionados, quais sejam:

- deve-se considerar os diferentes conhecimentos e a opinião de quem mora no lugar, o que pensa, como pensa etc.;
- deve-se esclarecer sobre as categorias de unidades de conservação existentes e promover debates sobre a categoria mais adequada àquela realidade;
- deve-se promover uma ampla participação da sociedade civil e essa deve ser pré-requisito para a criação da unidade de conservação;
- deve haver uma consulta direta às comunidades envolvidas na área de abrangência da unidade de conservação;
- deve-se realizar diagnósticos ambientais para reconhecimento de áreas de grande relevância, precedendo o processo;
- deve-se considerar os vários fatores: a conservação ambiental, as populações e seus interesses;
- deve-se procurar envolver as comunidades para que estas se apropriem de todo o processo;
- deve-se planejar a criação de áreas protegidas (Parques, APA's etc.) de forma conectada, atuando em consonância e evitando o isolamento dessas unidades de conservação;
- deve-se procurar discutir estratégias que promovam a melhoria da qualidade de vida da população local como condição para a preservação ambiental;
- deve-se capacitar a população local para que esta possa orientar as diretrizes do processo de criação, implantação e gestão da unidade de conservação;
- deve-se inserir a discussão nas comunidades para que a criação dessas áreas sejam demandadas a partir, e também, do anseio da própria população local para que a unidade de conservação possa ir se constituindo pela vivência e não simplesmente pela institucionalidade.

3.3 Sonhando com o futuro do PESB.

Existe, entre os entrevistados, uma preocupação muito grande com o futuro do PESB e da região. A experiência demonstra que o processo, ainda em construção, possui um acúmulo de vivência, por parte das organizações e comunidades rurais envolvidas, que podem contribuir com essa perspectiva de futuro. Segue abaixo, os relatos das organizações acerca da visão de futuro ou os sonhos e expectativas relacionadas ao PESB e entorno:

- Representante do IEF-MG: relatou que possui uma visão platônica, de um local onde, no futuro, não seja necessária a presença do Estado ou do gerente. Que estas áreas alcancem um patamar de desenvolvimento sustentável e participação da comunidade, no qual os grupos tenham autonomia e capacidade de gestão do processo e que o IEF-MG siga apoiando outros locais. Essa visão, segundo o entrevistado, não se restringe apenas ao PESB, mas também, à outras unidades de conservação.

- Representante do DPS/UFV: relatou uma visão semelhante, na qual não só o PESB, como todas as unidades de conservação, possam estar integradas com as comunidades. Que a administração esteja presente nas comunidades do entorno para reconhecer as reais necessidades da unidade de conservação e seu entorno. O entrevistado comentou ainda que é preciso haver uma consciência coletiva para que não se faça necessária a administração do parque, o que inclusive reduziria em muito os gastos, segundo o mesmo.

- Ex-pesquisador do CMCN e idealizador do PESB: relatou uma visão de futuro na qual o PESB pudesse se tornar efetivamente um parque, como idealizado na proposta original. O entrevistado citou a preocupação com a questão da regularização fundiária pendente e o desejo de que a área total do PESB fosse de 32.000 ha, como no projeto original, afirmando que assim, esta contribuiria, de fato, para a conservação da Mata Atlântica, beneficiando pesquisas científicas e mesmo a população local, através do turismo e de financiamentos de agências conservacionistas, inclusive internacionais.

- Representante do DBA/UFV: relatou que, na sua opinião, o parque tende a ser cada vez mais estudado e deve haver uma cooperação cada vez maior. Em sua visão de futuro destacou que o ideal seria a ampliação dos limites físicos do PESB e a conexão deste com outras unidades de conservação através de corredores ecológicos.

- Representante do DPE/UFV: relatou que em sua visão de futuro, deseja que o PESB deixe de ser parque e que seja apenas uma floresta, onde a população localizada nas serras possam viver felizes. Complementou ainda que, com uma certa periodicidade, devem acontecer espaços amplos e populares de debate, possibilitando o entendimento e a visibilidade da realidade da Serra do Brigadeiro como um todo. Destacou a importância de um projeto político-pedagógico para o parque e o entorno e a necessidade de viabilizar, através de projetos institucionais, o empoderamento das comunidades sobre a região.

-Representante do CMCN: relatou que o PESB, no futuro, deveria ser um local para se preservar e estudar a biodiversidade e de visitação. Ressaltou a discordância em relação à permanência das pessoas no interior do parque e que estas devem permanecer nas comunidades. Complementou destacando a importância dos turistas para o entorno, gerando renda nas comunidades adjacentes, as quais ofereceriam produtos e serviços abrigando os mesmos e obtendo lucro a partir desses. Para tanto, o turismo deverá contar com apoio do poder público municipal no que tange à infraestrutura.

- Representante do DEF/UFV: relatou uma visão de futuro sobre o PESB, na qual as ações relacionadas ao mesmo são mais abrangentes no entorno. Segundo o entrevistado, o parque ainda tem ações muito pontuais e localizadas nos municípios de Araponga e Fervedouro. Destacou ainda uma preocupação em relação às famílias ainda residentes no interior do PESB. De acordo com o entrevistado, existem 4 famílias que permanecem na área, sendo que algumas vivem em situação crítica de sobrevivência e que o PESB deveria dar uma destinação mais justa às mesmas, ao invés de priorizar a indenização dos grandes proprietários. Complementou ainda, que o parque possa incentivar o ecoturismo, sobretudo no entorno, como forma de gerar novas fontes de renda e que esse processo ocorra sem pressa para que as comunidades possam estar preparadas para esta nova situação.

- Representante do CECO/FAFILE: relatou uma visão de futuro que, segundo ele, é o sonho de qualquer biólogo conservacionista. Destacou, nesse sentido: que a área do parque seja revista, sendo ampliada em alguns lugares e reduzida em outros, em função da necessidade de conservação; que a regularização fundiária seja executada, desapropriando quando necessário e respeitando a legislação vigente; que haja uma implantação efetiva do PESB e que a área seja respeitada como uma unidade de

conservação, juntamente com o desenvolvimento das atividades produtivas do entorno.

- Ex-pesquisador do DPS/UFV: relatou uma visão de futuro, na qual o plano de manejo possa vir representar alguma garantia para o entorno e que o impacto deste na determinação das áreas de visitação e turismo no entorno possa beneficiar os moradores/as. Destacou ainda, o desejo de que haja uma discussão e maior participação das organizações e das comunidades do entorno em relação as APA's; que possa ser trabalhada uma proposta agroecológica com os agricultores do entorno que contribua para uma maior qualidade de vida e conservação ambiental efetiva. Finalizou ressaltando a preocupação com a preservação dos recursos naturais, dos quais dependem os agricultores/as do entorno, complementando que deseja que o parque venha cumprir com esse papel efetivamente.

- Ex-técnico do CTA-ZM: relatou, em sua visão de futuro sobre o PESB, um conselho consultivo amplo, com maior representatividade e qualidade, com status de conselho deliberativo; que a área consiga ser realmente preservada; que o plano de manejo seja elaborado de forma participativa, de modo semelhante ao processo de criação; que tanto o PESB seja conservado, como contribua para a melhoria da qualidade de vida das populações do entorno e prestação de serviços, promovendo, ainda, aporte de recursos; que o protagonismo do CTA-ZM diminua e que os outros atores possam crescer dentro do processo participativo e que o Estado incorpore estas práticas.

- Representante do STR de Araponga: relatou uma visão de futuro, na qual haja amor e respeito do órgão gestor pelos conselheiros/as e moradores/as. Complementou que, em sua visão de futuro, há o respeito do PESB para com o entorno e melhores condições de vida para o mesmo.

- Representante do STR de Carangola: relatou uma visão de futuro, na qual a preservação e as pesquisas, que são fundamentais, devem continuar. Complementou que no futuro o STR possa ser uma ferramenta, servindo como um facilitador para que as autoridades olhem com mais carinho para o desenvolvimento do entorno, sobretudo em relação à infra-estrutura.

- Representante do STR Miradouro: relatou uma visão de futuro, na qual o STR possa conscientizar as comunidades e que estas percebam que o parque pertencem à elas e se responsabilizem por cuidar deste. Segundo a entrevistada, o Estado tem muitos interesses e é responsável por muitos conflitos o que a leva a acreditar que

sem ele seria melhor, embora reconheça que seria necessário maior amadurecimento das pessoas envolvidas.

- Moradores/as das Comunidades Pereiras, Boné, Laia e Nenéas: o sonho destas comunidades está relacionado, de modo geral, à melhoria na qualidade de vida. Foi ressaltado o sonho de que o IEF-MG possa dar madeira para construção e para lenha ou vale gás; que o IEF-MG contribua com o desenvolvimento do entorno oferecendo oportunidades de trabalho. Os moradores/as comentaram que querem trabalho e não cestas-básicas. Complementaram que o IEF-MG possa dar, também, calcário para restaurar as áreas degradadas; que este promova discussões com os moradores/as orientando-os sobre os procedimentos quando necessitarem cortar uma árvore; ressaltaram a importância dos políticos não beneficiarem apenas pessoas de seu interesse e que o parque possa dar oportunidade prioritariamente às pessoas do lugar.

- Moradores/as da Comunidade Tromba d'Anta: nesta comunidade destacaram que sonham com um parque que não amplie seus limites, ocupando assim, terras produtivas dos agricultores/as do entorno; que a prefeitura ceda recursos aos moradores/as, especialmente lenha e que tome providências em relação aos animais selvagens para que estes não venham se alimentar da criação de subsistência da famílias; que dêem condições de saúde para a população e que não se aproximem apenas para proibir, mas que tragam recursos também.

- Moradores/as da Comunidade Sapé: sonham um parque e entorno preservado no presente e no futuro, para as novas gerações. Relataram o êxodo de muitas famílias que deixaram a comunidade por não conseguirem o auto-sustento ou oferecerem melhores perspectivas aos jovens. Complementaram que é um lugar bom pra se viver, mas que é preciso ter autonomia, perspectivas e que os jovens possam permanecer na roça. Destacaram a importância do ensino específico para o jovem rural e citaram o ensino de alternância que é realizado pelas Escolas Família Agrícola (EFA's);

- Moradores/as da Comunidade Serra das Cabeças: sonham com uma maior aproximação e uma relação mais direta entre a comunidade e o parque. Comentaram a importância da adoção de um método de ensino nas escolas que enfoque mais a realidade do campo.

3.4 Lições aprendidas ou recomendações do grupo.

3.4.1 Condições prévias.

- Deve-se realizar um estudo prévio e aprofundado para a escolha da categoria de unidade de conservação a ser criada;
- É imprescindível que sejam estabelecidos diálogos com as famílias moradoras do entorno e/ou residentes da área em questão sobre a criação da unidade de conservação;
- Pensar estratégias mais eficazes de comunicação e divulgação das informações sobre a criação da unidade de conservação se faz fundamental, para manter a população animada, inserida no processo e para garantir a qualidade das informações que circulam;
- É importante que o grupo de atores envolvidos seja capaz de ouvir as pessoas que menos aparecem e que podem contribuir tanto quanto os que conseguem se expressar com mais facilidade;
- Precedendo a criação dessas áreas, especialmente no caso das unidades de conservação de proteção integral, é necessário um estudo aprofundado a respeito das demandas das comunidades rurais do entorno sobre os recursos naturais ali existentes. A partir desses estudos o órgão gestor deve fomentar a produção desses recursos dentro das propriedades rurais, tendo em vista a realidade local e o suprimento dessas demandas;
- As unidades de conservação devem ser criadas de forma integrada com o entorno (população local, outras áreas protegidas, ações e projetos em desenvolvimento etc.) e construir previamente acordos e consensos com os atores sociais e institucionais envolvidos;
- É importante realizar e/ou incentivar estudos identificando os fragmentos de mata já existentes no entorno da unidade de conservação, como forma de prever possíveis conexões entre fragmentos, reduzindo o isolamento dessas áreas;
- É fundamental que os responsáveis pela criação da unidade de conservação e o grupo de atores envolvidos conheçam, respeitem e valorizem as culturas existentes no entorno e os elementos que fazem parte da mesma. O uso de plantas medicinais, os locais de reza, as formas de cultivo, os conhecimentos tradicionais, dentre outros;
- É importante que o grupo de atores envolvidos leve em consideração não só a realidade na qual a experiência se localiza, mas as identidades pré-existentes e os possíveis impactos sobre elas;

3.4.2 Identificando e solucionando conflitos.

- É importante que os atores envolvidos permaneçam participando e contribuindo com a construção do processo participativo, superando as divergências e limitações e estabelecendo diálogos com menos tensão;
- Os conflitos que irão surgir no decorrer da experiência não devem ser negados ou minimizados. É importante que o grupo envolvido reconheça a existência dos conflitos e busque explicitá-los e solucioná-los da melhor maneira possível, garantindo espaços para que isso seja possível;

3.4.3 Incentivando a participação social.

- Os processos de criação, implantação e gestão de unidades de conservação de proteção integral devem reconhecer a importância do processo participativo e da mobilização social nesse contexto;
- O órgão gestor não deve esperar que a sociedade demande pela participação na criação, implantação e gestão dessas áreas. O mesmo deve liderar a promoção do processo participativo de forma contínua;
- A conservação de uma determinada área para ser eficiente deve ser conduzida a partir de processos participativos;
- É preciso promover processos amplos de formação e capacitação dos moradores/as do entorno para que estes/as possam se apropriar do processo e participar ativamente das discussões e tomada de decisão.
- A questão de gênero e geração deve ser trabalhada desde o início, de modo que o processo incorpore a participação de mulheres e jovens em todas as fases, de forma ativa e qualificada;

3.4.4 Atenção para os limites do processo.

- Deve-se ter compromisso com a continuidade dos processos. Para tanto, é importante a formação de uma instância de articulação que seja reconhecida pelos atores envolvidos, na qual estes possam se fazer realmente presentes; que tenha o papel de animar o processo e que tenha legitimidade perante o órgão gestor, de modo que a demanda não tenha que partir apenas deste. Isso evitaria a estagnação do processo e a desmobilização dos atores em decorrência da dinâmica interna do órgão gestor;
- É importante respeitar os tempos de cada organização para que estas possam assimilar o processo e amadurecer com o mesmo, contribuindo de forma mais efetiva;

- O grupo deverá estar sempre atento às mudanças internas nas organizações ou grupos, de modo que isso não incorra na descontinuidade dos trabalhos;
- É importante que o grupo envolvido esteja aberto para o imprevisto, para o inusitado, para as diferentes visões e posicionamentos e que incorpore novos atores (sociais e institucionais) no decorrer;

3.4.5 Construindo e fortalecendo as parcerias.

- É preciso construir parcerias (relações mais sólidas em torno de um objetivo comum) e/ou alianças (relações mais pontuais em torno de um projeto) para buscar soluções frente aos problemas relacionados ao entorno, de modo a não sobrecarregar o órgão gestor;
- É preciso despertar na comunidade o valor do trabalho do órgão gestor, e o valor da unidade de conservação, trazendo a população local para dentro do processo;

3.4.6 Implantação e a gestão de forma integrada e participativa.

- A regularização fundiária deve ser vista como uma prioridade na implantação da unidade de conservação. O processo deve ser discutido com cada família, visando conciliar as expectativas da mesma com a implantação da unidade de conservação, sem prejuízos morais ou financeiros para as famílias;
- É importante que o governo (Municipal, Estadual ou Federal) responsável, garanta à unidade de conservação funcionários em número suficiente para manter sua integridade e que as populações do entorno tenham preferência nessa contratação. A unidade de conservação, desse modo, gera ocupação de mão-de-obra local, renda e contribui para integrar as famílias do entorno nas estratégias de conservação da área;
- É importante a elaboração de planos de manejo, de forma integrada e participativa com o entorno, visando regular o uso sustentável dos recursos naturais nessas áreas e respeitando o prazo de elaboração do IBAMA;
- Deve-se incentivar apoiar e/ou promover processos de gestão ambiental comunitária, nos quais as famílias tenham autonomia e se apropriem dos recursos naturais de forma sustentável e a partir dos conhecimentos que vêm acumulando secularmente;
- Deve-se promover processos de formação e capacitação de moradores/as através de intercâmbios com outras unidades de conservação para que estes/as possam trocar experiências;
- Deve-se garantir que os mecanismos de regulamentação das APA's sejam aplicados de forma efetiva para que estas contribuam com os objetivos propostos;

- É preciso criar mecanismos legais para que o ICMS ecológico seja utilizado de forma apropriada, ou seja, em benefício da conservação ambiental das áreas protegidas com reflexos na qualidade de vida da população do entorno.

4. CONCLUSÕES

Erros e acertos foram cometidos pelas organizações envolvidas durante o percurso e mesmo os erros, foram surgindo a partir das tentativas de acertar.

Percebe-se, de acordo com os relatos, uma distância muito grande entre o que se deseja e sonha com o que é realmente factível e viável. Há uma expectativa muito grande, especialmente por parte das populações locais, que o IEF-MG atue como um provedor, suprimindo necessidades básicas das comunidades, o que é impossível e foge de sua competência.

As populações que estão localizadas no entorno do PESB, especialmente as mais isoladas, são carentes de todo tipo de serviço e infra-estrutura, tais como: escolas, transporte, postos de saúde, áreas de lazer, assistência técnica, comunicação e acesso à informação. As comunidades esperam que o parque possa gerar empregos, renda, trazer benefícios concretos e diretos para os locais. Muitas dessas demandas para o parque se confundem com demandas direcionadas ao poder público municipal, pois fogem da capacidade e atribuições do IEF-MG.

A herança cultural deixada pela atuação da Belgo-Mineira na região trouxe conseqüências graves nesse sentido. Gerou uma cultura de subserviência, exploração e assistencialismo. Isso agrava uma problemática que se estende ao PESB, no que tange à grande expectativa dessas comunidades rurais de que este corresponda suprimindo todas essas demandas.

É consenso entre as organizações envolvidas o desejo de conservação efetiva do meio ambiente e que isso não se restrinja à área do parque. Entretanto, ao mesmo tempo em que o grupo percebe a importância das unidades de conservação pelo que representam, questionam os modelos atuais de criação dessas áreas.

Não há consenso entre o grupo, sobre a importância de criação de áreas protegidas como uma estratégia para garantir a conservação de áreas relevantes à biodiversidade. Existem opiniões divergentes e inclusive dúvidas quanto à

necessidade de existência das unidades de conservação. Percebe-se nesses relatos, que a conservação ambiental é vista de modo mais abrangente, não devendo estar restrita à áreas isoladas, e sim, se estendendo a todo o território nacional. Esse olhar crítico sobre as unidades de conservação vai de encontro ao que foi exposto no capítulo 1 do presente estudo.

É preciso repensar os atuais modelos de criação de unidades de conservação para que estas sejam concebidas de forma integrada com o entorno, de modo a promover a conservação da sóciobiodiversidade de maneira mais ampla. Por outro lado, há que se considerar a relevância dessas áreas nas estratégias de conservação ambiental, o que foi ratificado por vários entrevistados.

Muitas outras lições estão embutidas nas falas, nos relatos, nas reflexões individuais e coletivas que ocorreram durante o processo de sistematização. Muitas outras lições ainda estão por vir, pois, citando o poeta chileno Pablo Neruda, “o caminho se faz ao caminhar”.

Capítulo 6

CONCLUSÃO GERAL E RECOMENDAÇÕES

Ainda que as fases de implantação e gestão do PESB estejam em andamento, com várias ações já realizadas e em discussão, as mesmas não foram objetos de estudo desta sistematização, embora a mesma tenha como propósito contribuir com a consolidação desses processos e com uma gestão participativa no PESB.

Entende-se que por ser um processo recente, estas duas últimas fases (implantação e gestão) ainda não possuem um acúmulo que possibilite uma reflexão mais aprofundada acerca do seu histórico, processos e metodologias, que venham contribuir com a extração de lições aprendidas acerca das mesmas.

É necessário, portanto, que outros estudos e novas sistematizações sejam realizadas, posteriormente, como forma de complementar o trabalho e incorporar novas análises. É importante, ainda, que sejam promovidas reflexões institucionais e coletivas a respeito das três fases - criação, implantação e gestão do PESB - visando contribuir com a continuidade e consolidação do processo, de forma integrada e participativa e com outras experiências semelhantes, relacionadas ao tema.

O presente estudo foi uma oportunidade ímpar de aprofundar sobre a experiência de criação de uma unidade de conservação de proteção integral, a partir da visão e contribuição dos diferentes atores sociais e institucionais envolvidos. Foi também importante fonte de conhecimento para estudantes, pesquisadores, consultores, professores, técnicos/as, agricultores/as e lideranças inseridos no processo de sistematização participativa. Esta metodologia empregada configurou-se como um processo de construção do conhecimento acerca do (s) tema (s) abordado (s), extrapolando o conceito de sistematização comumente conhecido até então.

Tendo em vista a elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) a ser implementado no Brasil até o ano de 2015, o presente estudo configura-se como uma importante contribuição ao debate numa esfera nacional. As lições de um processo como este podem ainda contribuir com o atual processo de elaboração do

Plano de Manejo do PESB e sua gestão de forma integrada e participativa com o entorno, bem como, com outros processos semelhantes em curso, em todos os níveis (local/territorial, regional, estadual e nacional).

Os processos participativos interativos contribuem nesse aspecto, identificando e buscando, a partir de reflexões coletivas, a resolução de conflitos relacionados à criação, implantação e gestão das áreas protegidas, especialmente unidades de conservação de proteção integral. Daí a importância de uma visão sistêmica à respeito da proteção da natureza, na qual a educação é fator indissociável para promover processos mais democráticos e participativos nesse contexto. Uma educação libertadora tendo como base os ensinamentos de Paulo Freire, onde a população é agente responsável direto pela mudança e esta deve partir da realidade na qual a população está inserida. Uma educação que permita, futuramente, que processos participativos interativos avancem para uma automobilização da sociedade na criação, implantação e gestão dessas áreas, junto ao poder público competente.

A partir das contribuições do presente estudo percebe-se que é preciso repensar as unidades de conservação. As mesmas não devem ser concebidas ou administradas como ilhas cercadas de gente por todos os lados, mas como unidades de gestão ambiental, as quais incorporariam os componentes social, econômico, cultural, político e ambiental. Unidades de conservação integradas, inclusive, com outras áreas protegidas que fazem parte da sua área de abrangência.

Não significa dizer que estas áreas passariam a ter que dar conta de todos esses componentes, mas que as mesmas seriam criadas tendo em vista esse enfoque sistêmico, contribuindo assim, com uma gestão ambiental para além das unidades de conservação.

Tendo em vista o cenário ambiental que se agrava progressivamente com a dinâmica econômica global e, em especial, a situação em que se encontram as áreas de Mata Atlântica em nosso país, as unidades de conservação constituem-se uma estratégia positiva dentro da política ambiental para a conservação do bioma. Entretanto, a mesma precisa criar mecanismos para que estas áreas sejam efetivamente implantadas, contribuindo assim com a consolidação do SNUC.

Por fim, as políticas públicas voltadas para áreas protegidas serão mais efetivas se articuladas com ações de desenvolvimento para as comunidades do entorno dessas áreas. Sem infra-estrutura mínima e serviços básicos, direitos de qualquer cidadão e

cidadão, torna-se quase impossível promover a conservação ambiental, quando a prioridade é sobreviver dignamente.

“Nenhuma estratégia de recuperação e conservação ambiental, em unidades de conservação de proteção integral, será eficaz se ignorarmos a vida em seu entorno e nenhum desenvolvimento poderá ser verdadeiramente sustentável, se não considerar o aspecto ambiental.”

Verônica Bonfim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, W. **Cultura Puri e educação popular em Araponga, MG: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. 2005. 234f. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, RS, 2005.

BENSUSAN, N. ICMS Ecológico: um incentivo fiscal para a conservação da biodiversidade. In: BENSUSAN, N. (Org) **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade - como, para que, por quê**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto Socioambiental, 2002. p.77-82

BOFF, L. **Identidade e complexidade**. Disponível em: [<http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html>]. Acesso em 19 de junho de 2006.

BONFIM, V.R. **Diagnóstico do Uso do Fogo no Entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Viçosa: UFV. 2001. 56f. Tese (Mestrado em Ciência Florestal). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2001.

BONFIM, V.R. Sistematização da experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro - PESB: participação e conflito em uma unidade de conservação de proteção integral na Zona da Mata de Minas Gerais. In: COMBIO – CONGRESSO MINEIRO DE BIODIVERSIDADE, 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: SEMAD/IEF-MG. 2006. (no prelo).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002**: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Disponível em: [<http://www.ime.us.br/~cesar/projects/owtech/poerdaidentidade/main.htm>]. Acesso em 19 de junho de 2006.

CNPT - CENTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>>. Acesso em 20 de abril de 2004.

COSENZA, B., VENÂNCIO, S.. Fauna e Flora. In: SIMPÓSIO [SOBRE] CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. 1., 2000, Viçosa, **Anais...** Viçosa: UFV, 2000. p.84-88.

COUTO, E.A., DIETZ, J.M. **Sugestões para elaboração do Parque Nacional da Serra do Brigadeiro**. Viçosa:UFV, 1980. 27p. (Mimeografado).

CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Ata n.01/Pasta sobre o PESB**. Viçosa: CTA-ZM, 1994a. (Arquivo interno).

CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Ata n.02/Pasta sobre o PESB**. Viçosa: CTA-ZM, 1994b. (Arquivo interno).

CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Diagnóstico da Serra do Brigadeiro**. Viçosa: CTA-ZM, 1997. não paginado. (Relatório final).

CTA-ZM – CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Processo participativo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Documento do Colegiado do PESB, Viçosa: CTA-ZM, 2003. não paginado.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: NUPAUB/USP, 1994. 163p.

DIEGUES, A.C. As populações humanas em Áreas Protegidas da Mata Atlântica. In: RAMOS, A. e CAPOBIANCO, J.P.R. (Eds.) **Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC)**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p.28-35. (Documentos dos ISA, n.º 01).

DIEGUES, A.C. S.; ARRUDA, P.S.V. In: **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. DIEGUES, A.C. e ARRUDA, R.S.V. (Eds.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente/São Paulo: USP, 2001. 176p.

DIEZ HURTADO, A. **Guia Metodológica para la Sistematización de Experiencias del Secretariado Rural**. La Paz: Secretariado Rural, 2001. 71p.

FARIA, A.A.C. **Uma visão do município de Araçuaia, MG: informações sobre o diagnóstico realizado**. Viçosa: CTA-ZM, 1994. 43p.

FARIA, A.A.C. **O Uso do Diagnóstico Rural Participativo em Processos de Desenvolvimento Local: Um Estudo de Caso**. Viçosa: UFV, 2000. 111f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2000.

FERNANDES, B.M.. **Movimentos sócio-territoriais e movimentos sócio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Disponível em: [<http://osal.clacso.org/espanol/html/documentos/Fernandez.doc>]. Acesso em 23 de junho de 2006.

FERRARI, E. A. Desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência do CTA-ZM. In: ALVARES V., V. H.; FONTES, L. E. F.; FONTES, M. P. F. (Eds.). **O solo nos grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado**. Viçosa: JARD, 1996. p.233-250.

FERREIRA NETO, P.S.; OLIVEIRA, J.C.L.; LOPES, N. T. O processo participativo na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – Zona da Mata de Minas Gerais. In: OFICINA SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE

CONSERVAÇÃO, 1997, Parque Estadual do Rio Doce. **Anais...** Belo Horizonte, MG: FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 1998. p. 70-78.

FLORES, M. – **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento.** Disponível em: [<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=3736>]. Acesso em 22 de junho de 2006.

FONDO MINK'A DE CHORLAVI. **Sistematización de Experiencias de Gobernanza Ambiental Descentralizada en el Sector Rural de América Latina y el Caribe.** Concurso 2003 - Regulamento Oficial. Disponível em: <<http://wwwFondoMinkaChorlavi.org>>. Acesso em: 2003.

FONTES, L.E.F. et. al. Caracterização do Parque Estadual da Serra do Briagdeiro e seu entorno. In: SIMPÓSIO [SOBRE] CONTRIBUIÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. 1., 2000, Viçosa, **Anais...**Viçosa: UFV, 2000. 141p.

GABEIRA, F. Debates sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação: o substitutivo. In: RAMOS, A. e CAPOBIANCO, J.P.R. (Eds.) **Unidades de conservação no Brasil:** aspectos gerais, experiências inovadoras e nova legislação (SNUC). São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p.28-35. (Documentos dos ISA, n.º 01).

GADOTT, M. **Identidade cultural e itinerário educativo:** notas sobre educação popular. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Curriculo/Identidade_cultural.pdf]. Acesso em 16 de junho de 2006.

GEILFUS, F.. **80 herramientas para el desarrollo participativo:** diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technisch Zusammenarbeit/IICA – Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2000. 208p.

GJORUP, G.B. **Planejamento Participativo de uma Unidade de Conservação e do seu Entorno:** o caso do Parque estadual da Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. Viçosa: UFV, 1998. 113f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1998.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa e Ciências Sociais. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 107p.

GUIJT, I. **Monitoramento Participativo:** conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 143p. Tradução Annemarie H.

HOLLIDAY, O.J. **Para sistematizar experiências.** João Pessoa, PB: Editora Universitária/ Universidade Federal da Paraíba, 1996. 231p.

JORDAN, C.F. **Conservation.** John Wiley & Sons, Inc., United States of America. 1995. 340p.

KANIAK, V.C. **Trabalhos voluntários na proteção e manejo de Parques Nacionais do Brasil**. Curitiba: UFPR, 1990. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1990.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 343p.

LIMA, G.S. **Criação, implantação e manejo de unidades de conservação no Brasil**: Estudo de caso em Minas Gerais. Viçosa: UFV, 2003. 76f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal de Viçosa, 2003.

LOUREIRO, W.. **ICMS Ecológico**: a consolidação de uma experiência brasileira de incentivo à conservação da biodiversidade. Disponível em: [www.ambientebrasil.com.br]. Acesso em 26 de julho de 2006.

MAIRENA DURAN, R. F. **A Participação dos Atores Sociais na Formulação do Plano de Desenvolvimento Rural no Município de Tombos – MG**. Viçosa: UFV, 2001. 141f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2001.

MILANO, M.S.. Por que existem as unidades de conservação? In: MILANO, M.S.(Org.). **Unidades de conservação**: atualidades e tendências. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193-208.

MOURA, A.P.. **Zona da Mata mineira**: breve história. Disponível em: [www.asminasgerais.com.br/]. Acesso em 14 de junho de 2006.

MOVIMIENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. **Bosques comunitarios**: equidad, uso e conservación. Uruguay: Secretariado internacional WRM. 2004. 188p.

OLIVEIRA, R.D. e OLIVEIRA, M.D. Pesquisa social educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982. p 17-33.

OLIVEIRA, I.A. **Comunidade Tradicional e Preservação das Representações Sociais de Agricultores Familiares do Entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), MG**. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2000. 203f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000.

PADUA, J.A. Natureza e Projeto Nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, E. e CAPOBIANCO, J.P.R. (Org.) **Ambientalismo no Brasil**: passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997. p. 13-18.

PINTO, J.B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe. In: **Revista de Cultura**, Petrópolis, v. 81, n.01, jan./fev., 1987. p. 71-89.

PRAXEDES, R.R.. **Reflexões sobre uma identidade afro-descendente**. Disponível em: [<http://www.espacoacademico.com.br/023/23rpraxedes.htm>]. Acesso em 19 de junho de 2006.

PIMBERT, P. M. e PRETTY, N. J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo 'participação' no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, (2000). p. 183-223

SANTILLI, J.. A biodiversidade e as comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, N. (Org) **Seria melhor mandar ladrilhar?** Biodiversidade - como, para que, por quê. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto Socioambiental, 2002. p.89-94.

SANTOS, A.D. et al. In: SANTOS, A.D. (Org.) **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos sócioambientais**. São Paulo: IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil: Petrópolis. 2005. 185p.

SCHÄFFER, W.B., PROCHNOW, M.. **A Mata Atlântica e você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília: APREMAVI, 2002. 156p.

SOARES, M.C.C.; BENSUSAN, N.; FERREIRA NETO, P.S. **Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UC's de Proteção Integral**. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002. 112p.

SOUZA, H.N., CARDOSO, I.M., BONFIM, V.R., OLIVEIRA, G.B., GJORUP, D.F., SOUTO, R.L., CARVALHO, A.F., **Sistematização das experiências com Sistemas Agroflorestais do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata**. Viçosa, MG: CTA-ZM, 2005. 147p. Relatório final.

SOUZA, H.N.. **Sistematização da experiência participativa com sistemas agroflorestais: rumo à sustentabilidade da agricultura familiar na Zona da Mata mineira**. 2006. 127f. Tese (Mestrado em Solos e Nutrição de plantas). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2006.

ANEXOS

Anexo 1 - Lista das organizações, nome dos participantes e tipo de participação na sistematização participativa da experiência de criação do PESB.

ORGANIZAÇÕES	PARTICIPANTES	TIPO
- Centro de Estudos Ecológicos e Educação Ambiental (CECO) e Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola/Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG).	- Braz Cosenza.	- Entrevistas.
- Centro Mineiro para Conservação da Natureza (CMCN e atual CBCN – Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza e Desenvolvimento Sustentável).	- Wantuelfer Gonçalves.	- Entrevistas e encontro final.
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA – ZM).	- Eugênio Alvarenga Ferrari, Glauco Régis Florisbelo, Romualdo José de Macedo, Sérgio Silva Abrahão; - Breno de Mello Silva e Márcia Kasai. - Heitor Levi Praça; - Clara Ferrari e Zaira Ferreira.	- Entrevistas e encontro final. - Encontro final. - Estagiário da sistematização. - Relatoria no encontro final.
- Comunidades rurais do entorno do PESB.	- Araponga: Pereiras, Laia, Boné, Nenéas, Tromba d’Anta e Serra das Cabeças; - Miradouro: Sapé.	- Encontros intercomunitários.
- Convidados	- Elmar Alfenas Couto (ex-pesquisador do DEF/UFV e CMCN); - Guilherme Barcelos Gjorup (ex-pesquisador do DPS/UFV e consultor na área ambiental); - Paulo Sérgio Ferreira Neto (ex-técnico do CTA-ZM e consultor na área sócio-ambiental).	- Entrevistas e encontro final. - Entrevistas e encontro final. - Entrevistas e encontro final.
- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF – MG).	- João Carlos Lima de Oliveira; - Ana Eurica Oliveira, Clarisse Nascimento Silva, Luciana Medeiros Alves e José Roberto Oliveira.	- Entrevistas e Encontro final; - Encontro final.
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, Carangola e Miradouro.	- Araponga: Afonso Lopes e Niuton Teotônio Lopes; - Carangola: João Batista da Silva; - Miradouro: Teresa Aparecida Gomes.	- Entrevistas e encontro final. - Entrevistas. - Entrevistas.
- Universidade Federal de Viçosa (UFV): Departamentos de Solos (DPS), Educação (DPE) Engenharia Florestal (DEF) e Biologia Animal (DBA).	- DPS: Ivo Jucksch . - DPE: Willer Barbosa e Maria do Carmo Teixeira; - DEF: Gumercindo Souza Lima; - DBA: Renato Feio.	- Entrevistas. - Entrevistas e encontro final/Encontro final. - Entrevistas e encontro final. - Entrevistas.

Anexo 2 -Planejamento geral da sistematização

A- Cronograma

ETAPAS	MESES							
	M	A	M	J	J	A	S	O
1ª etapa: Planejamento: -elaboração de um cronograma de ações; -elaboração de um plano para a sistematização; - seleção e preparação da equipe de apoio; -elaboração de projeto de pesquisa para bolsa do estagiário;								
2ª etapa: Execução do plano: -pesquisa documental interna e externa; -organização e arquivamento dos dados (<i>End Note</i>); -elaboração de roteiro de entrevistas; -realização de visitas de campo e entrevistas; -preparação e realização de eventos coletivos; -tabulação dos dados;								
3ª etapa: Elaboração do documento final: -elaboração do documento;								
4ª etapa: Difusão -elaboração do plano de difusão; -confeção e difusão dos produtos.								

B – Definição da sistematização

1. Objeto (o quê sistematizar?):

- Experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) entre o período de 1993 – 2004 (ano da criação do Conselho Consultivo).

2. Objetivo (para quê sistematizar?):

- Analisar, de forma participativa, a experiência de criação e implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) em todo o seu contexto (técnico, processual e metodológico) para, em conjunto com os atores envolvidos com a experiência, extrair lições aprendidas que possam contribuir com a consolidação de um processo de criação, implantação e gestão do PESB a partir da participação social.

3. Eixos (aspectos centrais da sistematização) e componentes associados:

1ª matriz geral:

Eixos Componentes	A Participação Social	B Aspectos Legais	C Espaço Rural/ Territorial	D Intervenção Institucional	E Impactos
1-Conflitos					
2-Espaços de debate (Local/Reg./Nac.)					
3-Metodologias					
4-Relações estabelecidas (Articulações interinstitucionais)					
5. Unidades de Conservação existentes (PESB, APA's, RPPN's)					
6. Projetos/Pesquisas					
7. Bioma MA					
8. Gestão da UC					
9. Território Serra do Brigadeiro					
10. Aspectos ambientais					
11. Aspectos sócio-culturais					
12. Aspectos econômicos					
13. Uso, manejo e apropriação dos recursos naturais					
14. Conservação da biodiversidade					
15. Potencialidades do território					
16. Desenvolvimento territorial					
17. Políticas Públicas					
18. Intervenção Institucional					
19. Entorno					

2ª matriz

Eixos Componentes	A Participação Social	B Aspectos Legais	C Espaço Rural/ Territorial
1-Espaços de Debate (Local/Reg./Nac.)	A1	B1	C1
2-Relações Estabelecidas (Articulações interinstitucionais.)	-	-	C2
3. Unidades de Conservação Existentes (PESB, APA's, RPPN's)	A3	B3	C3
4. Projetos/Pesquisas	A4	-	C4
5. Território Serra do Brigadeiro	A5	-	C5
6. Intervenção Institucional	A6	B6	C6

C – Considerações operacionais

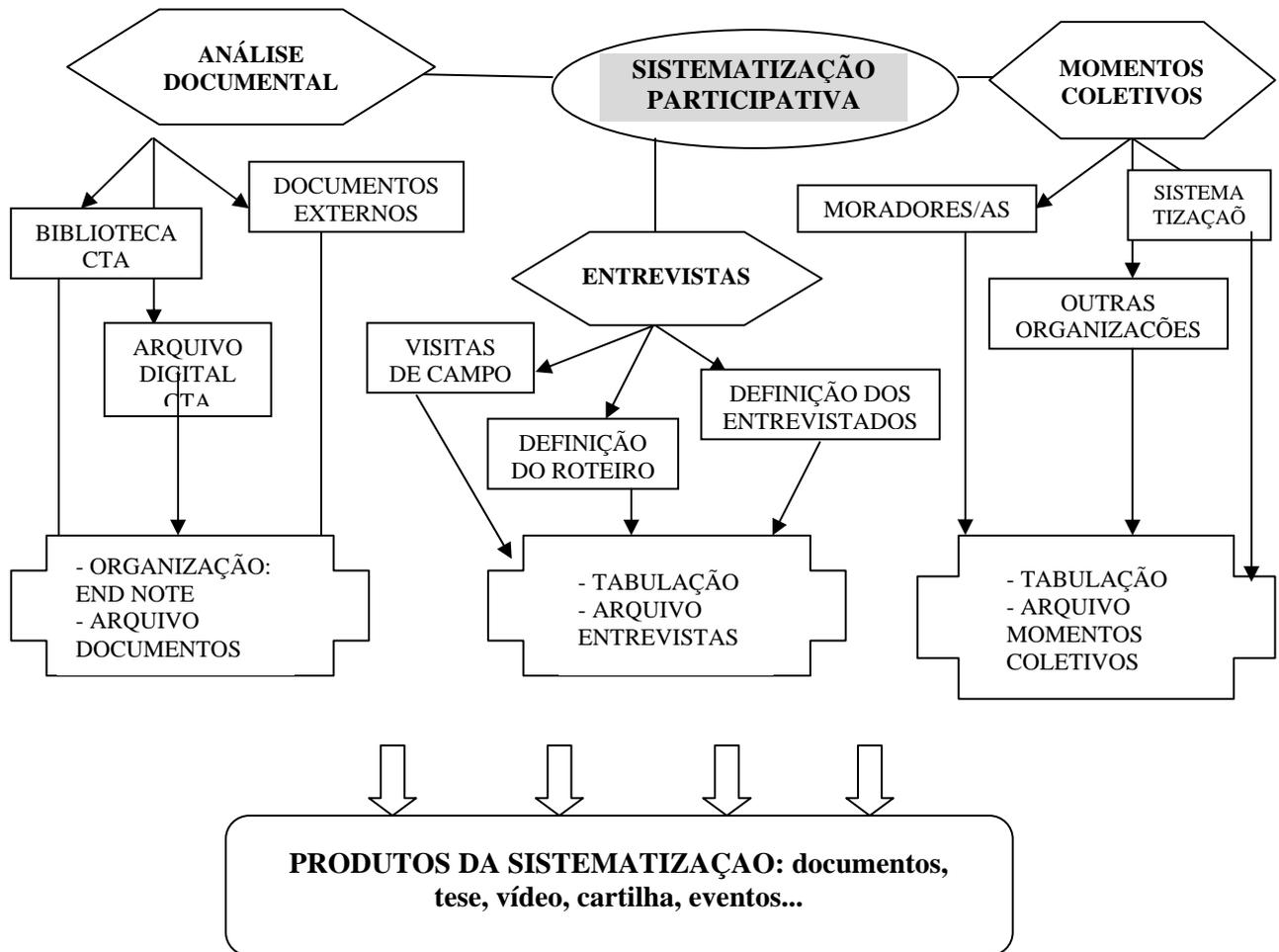
SISTEMATIZAÇÃO

1. Que informações necessitamos?
2. Que informações já temos?
3. Que informações precisamos conseguir?
4. Como vamos conseguir?
5. Onde e como vamos ordená-las?
6. Como vamos processar e/ou analisar?

RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

7. Quem vai trabalhar na sistematização?
8. Por quanto tempo?
9. Como dividiremos as tarefas?
10. Como vamos promover e facilitar a participação dos atores envolvidos?
11. Quanto de R\$ tem disponível?

D - Organograma de planejamento:



E – FERRAMENTAS PARTICIPATIVAS:

Proposta de metodologia para o levantamento, processamento e tabulação dos dados; entrevistas e encontros:

1. Levantamento dos dados secundários:

- análise documental interna do CTA: relatórios, arquivos digitalizados (back'ups);
- análise documental externa: IEF, CECO, STR's e UFV (CMCN/DEF e DPS);
- inclusão e organização referências documentais no software *End Note*.

2. Processamento e tabulação dos dados:

- seleção e organização em pastas identificadas;
- organização em arquivos no computador;
- tabulação dos dados da matriz.

3. Entrevistas:

- elaboração de roteiro de entrevistas com técnicos e lideranças para levantamento de expectativas e definição do objetivo;
- elaboração de questões para subsidiar a matriz de sistematização (roteiro de entrevistas);

-roteiro de visita de campo (mapeamento das organizações/pessoas que serão entrevistadas): IEF, UFV (CMCN/DEF e DPS), CTA, STR's Araponga e Miradouro, moradores/as do entorno, CECO, Elmar A. Couto, Paulo S. F. Neto, Guilherme Gjorup etc.

4. Momentos Coletivos:

- planejamento com o uso de algumas ferramentas participativas que possibilitem: resgate e troca de experiência e construção de novos conhecimentos entre os diferentes atores envolvidos no processo.

- Encontro 1: com o objetivo principal de recuperar e registrar a trajetória da experiência. Terá como público alvo organizações da sociedade civil e do governo que participaram do processo. Será realizado no CTA ou UFV e poderão ser aplicadas as seguintes ferramentas participativas: a) Linha do Tempo - para resgatar a história considerando a cronologia e o desdobramento dos eventos e atividades realizadas, refletindo e discutindo a seqüência, a intervenção e a participação dos envolvidos; b) Matriz Histórica – para contribuir com correlações, comparações e análise da evolução em longo prazo, considerando indicadores-chave de determinados temas e assuntos mais relevantes e inclusive fenômenos; c) diagrama de venn para analisar as relações estabelecidas e as articulações interintitucionais importantes para o processo.

- Encontro 2: são oficinas de conclusão com os dois grupos. Terá a função de analisar as conclusões levantadas a partir das etapas anteriores e fomentar a identificação coletiva de lições aprendidas. Serão encontros separados por grupos (sociedade civil e poder público), cuja dinâmica será conduzida sob forma de leitura de textos, análise de digramas, gráficos, observação de mapas de relações e discussão em plenária, finalizando com o registro coletivo através de painéis dos pontos mais importantes. Os locais serão CTA e UFV.

- Encontros 3: com moradores/as em 3 comunidades da Serra do Brigadeiro. O objetivo é subsidiar a sistematização com impressões e olhares dos moradores/as do entorno do parque sobre a experiência e fomentar o debate nas comunidades. As metodologias utilizadas serão: confecção de mapas com moradores/as. Através destes mapas verificar a compreensão sobre o processo, resgatar com eles/as o histórico, analisar a relação que estabelecem com o parque, os impactos da criação na vida das pessoas e a importância da participação social na conservação dos recursos naturais. Esses encontros seriam nas comunidades.

- Encontro 4: para a identificação de lições aprendidas com a experiência. Participam as organizações envolvidas com o processo. O encontro será no PESB;

- Seminário de devolução das lições: para divulgar para o público da Serra do Brigadeiro as lições aprendidas por todos os envolvidos com a experiência. O objetivo é socializar os resultados da sistematização e continuar fomentando o debate para possibilitar novos aprendizados a partir das lições e dos novos desafios colocados. O seminário seria no próprio PESB, com a participação dos envolvidos com a sistematização na construção metodológica e apresentação;

Anexo 3 - Roteiro preliminar de planejamento para conversa com técnicos e lideranças

- 1 – Desde quando acompanha os trabalhos no parque?
- 2 – Relato sobre a experiência (conhecimento sobre o processo).
- 3 – Verificar se o processo possui picos de mobilização. Destacá-las no tempo e espaço (Verificar a existência de eventos marcantes que não devem ficar de fora e merecem atenção especial; eventos significativos para a entidade).
- 4 – Perceber quais foram as intenções iniciais e quais são as atuais. Tentar compreender a evolução das demandas em relação ao processo ao longo do tempo para verificar avanços ou não.
- 5 – Que tipo de lições/aprendizados espera tirar de um processo como esse? (Objetivar que tipo de aprendizado e que utilidade a sistematização de um processo de mais de uma década pode trazer).
- 6 – Alguma recomendação ou sugestão para o desenvolvimento deste trabalho.
- 7 – Algum parceiro importante ou pessoa para a busca de mais informações.

Anexo 4a - Roteiro para entrevistas com técnicos

- Como foi o processo de criação / implantação do PESB?
- Quando surge a proposta? Como ela é formulada? (porque a categoria parque?).
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?
- O processo de criação e implantação do PESB foi participativo? Por quê?
- Houve a participação de mulheres no processo? Como, quando, por quê?
- Quais as estratégias utilizadas para a inclusão de mulheres e jovens?
- Qual o histórico de participação de mulheres e jovens nas organizações envolvidas?
- O que é um parque na sua visão?
- Importância da existência dessas áreas para você? Por quê?
- O que motivou (por quê) sua entidade a participar?
- Qual o principal interesse do grupo em relação ao debate e ao parque?
- Como é a relação parque e entorno na sua perspectiva?
- Quais as estratégias utilizadas para favorecer / facilitar a participação? (depende da visão de cada um sobre o que é participação)
- Quais as estratégias que dificultaram / impediram a participação?
- Qual a contribuição do processo para o debate acerca da atuação das populações do entorno da Unidades de conservação na conservação dos recursos? Quais as estratégias para contribuir com este debate?
- Qual a contribuição dos debates sobre legislação relacionada a Unidades de conservação para o processo?
- Quais as estratégias utilizadas para incluir a participação social nos aspectos legais da criação / gestão de Unidades de conservação? Quais os impactos?
- Como se deu a participação social no processo de criação e implantação das outras categorias de Unidades de conservação?
- Como se dá a participação social na aplicação/gestão dos recursos advindos das Unidades de conservação (ex: ICMS ecológico, compensações ambientais etc.)?
- Quais as estratégias utilizadas para adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação? Quais os impactos?
- Como se dão as relações interinstitucionais no espaço rural/territorial? (como elas atuam e como esta atuação é vista pelo outro); contextualização dos atores no processo.
- Como deveria ser a criação e implantação de um parque para você?
- Visão de futuro sobre o PESB (como sonha que seja o parque)?

Anexo 4b- Roteiro para entrevistas com lideranças e moradores

- Qual o histórico da comunidade: nome, primeiros moradores, como viviam, se gostam etc...(construção da identidade por diferentes atores e categorias (rural/urbano, idosos/jovens, mulheres/homens)
- Como foi o processo de criação / implantação do PESB?
- Como foi a proposta de criação?
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?
- O que teria acontecido se persistisse a cota 1.000m na definição dos limites do PESB?
- O que é um parque na sua visão?
- Importância da existência dessas áreas para você. Por quê?
- O processo de criação e implantação do PESB foi participativo? Por quê?
- Houve a participação de mulheres no processo? Como, quando, por quê?
- Quais as estratégias utilizadas para a inclusão de mulheres e jovens?
- Qual o histórico de participação de mulheres e jovens nas organizações envolvidas?
- O que motivou (por que) sua entidade a participar?
- Qual o principal interesse do seu grupo em relação ao debate e ao parque?
- Como é a relação parque e entorno na sua perspectiva?
- Quais as estratégias utilizadas para favorecer / facilitar a participação? (depende da visão de cada um sobre o que é participação)
- Quais as estratégias que dificultaram / impediram a participação?
- Como se deu a participação social no processo de criação e implantação das outras categorias de unidades de conservação?
- Como se dá a participação social na aplicação/gestão dos recursos advindos das Unidades de conservação (ex: ICMS ecológico, compensações ambientais etc.)?
- Qual a contribuição para o debate acerca da atuação das populações do entorno da unidade de conservação na conservação dos recursos? Quais as estratégias para contribuir com este debate?
- Existiam mais animais, mais água, etc. antes da criação?
- Como era a agricultura e a produção antes e depois da criação?
- Qual o histórico e formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte dos moradores/as? Qual a importância de tais práticas para a conservação da Mata Atlântica no entorno e no PESB? (O processo de degradação dessas áreas ao longo do tempo x a conservação das mesmas pelas comunidades do entorno).
- Quais as estratégias utilizadas para adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação? Quais os impactos?
- Como se dão as relações interinstitucionais no espaço rural/territorial? (como elas atuam e como esta atuação é vista pelo outro); contextualização dos atores no processo.
- Como deveria ser a criação e implantação de um parque para cada um/a?
- Visão de futuro sobre o PESB (como sonha que seja o parque)?

Anexo 5 – Questões elaboradas a partir dos cruzamentos (interrelações) gerados pela matriz de sistematização.

A1: Participação/conflitos x Aspectos legais e políticas públicas:

- Quais as políticas públicas governamentais e aspectos legais que favoreceram a participação social – antes, durante o processo, e agora?
- Quais os conflitos decorrentes da proposta de criação do PESB?
- Quando surge a proposta? Como ela é formulada? (porque a categoria parque?)
- Quando, no processo, surgem os conflitos?
- Como se dá a participação social durante o processo de criação do PESB?
- Quais as perspectivas da participação social no processo de gestão?
- Houve a participação de mulheres no processo? Como, quando, por quê?
- O que é participação? (diferentes formas de uso e de interpretação sobre; visão das diferentes entidades)
- Como se deu a participação social no processo de criação e implantação das outras categorias de UC's?
- Como se dá a participação social na aplicação/gestão dos recursos advindos das UC's (ex: ICMS ecológico, compensações ambientais etc.)?
- Como deveria ser a criação e implantação de um parque para cada um/a?

A2: Participação/conflitos x Estratégias utilizadas:

- Quais as estratégias utilizadas para favorecer / facilitar a participação?
- Quais as estratégias que dificultaram / impediram a participação?
- Quais as estratégias utilizadas para a inclusão de mulheres e jovens?
- O processo de criação do PESB foi participativo? Porquê?

A3: Participação/conflitos x Organização social:

- Qual o histórico de participação de mulheres e jovens nas organizações envolvidas?
- O que motivou (porquê) sua entidade a participar?
- Como se dão as relações interinstitucionais no espaço rural/territorial? (como elas atuam e como esta atuação é vista pelo outro; contextualização dos atores no processo)
- Quais foram as relações estabelecidas e com que intuito?
- Qual o principal interesse do grupo em relação ao debate e ao parque?

A4: Participação/conflitos x Identidade/cultura:

- O que é um parque na visão das organizações/entidades/comunidades?
- Visão de futuro sobre o PESB (como sonha que seja o parque)?
- Como é a relação parque e entorno na perspectiva de cada organização/entidade/comunidade?
- Importância da existência dessas áreas para cada um/a. Porquê?
- Como era a relação dos moradores com os recursos naturais antes e depois da criação do parque?

B1: Impactos x Aspectos legais e políticas públicas:

- Qual (is) o(s) impacto(s) da criação e implantação do PESB (conservação e vida dos moradores)?
- Qual a contribuição dos debates sobre legislação relacionada a UC's para o processo?
- O que teria acontecido se persistisse a cota 1.000m de altitude na definição dos limites do PESB?
- A redefinição dos limites físicos do PESB e os momentos de discussão com a população influenciaram de alguma maneira na conservação do mesmo? (A participação social contribuiu para a conservação/preservação dos recursos naturais?)
- Qual a importância dessas áreas para a conservação da Mata Atlântica?

B2: Impactos x Estratégias utilizadas:

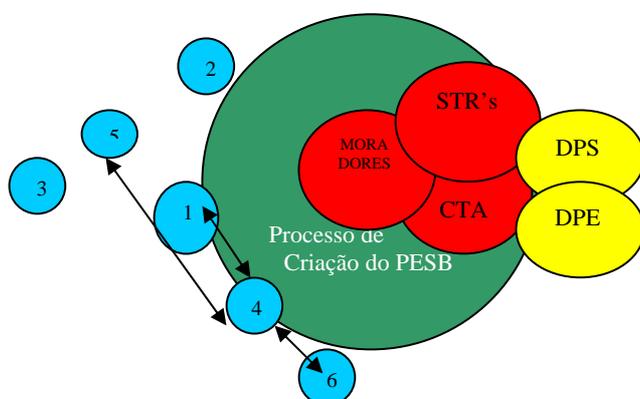
- As estratégias utilizadas contribuíram para mitigar ou para acirrar os conflitos?
- Quais as estratégias utilizadas para incluir a participação social nos aspectos legais da criação / gestão de UC's? Quais os impactos?
- Qual a contribuição para o debate acerca da atuação das populações do entorno da UC's na conservação dos recursos? Quais as estratégias para contribuir com este debate?
- Quais as estratégias utilizadas para adequar a produção do entorno com os objetivos de conservação? Quais os impactos?

B3: Impactos x Organização social: cruzamento não-priorizado**B4: Impactos x Identidade/cultura:**

- Existiam mais animais, mais água, etc antes da criação?
- Como era a agricultura e a produção antes e depois da criação?
- Qual o histórico e formas de uso e apropriação dos recursos naturais por parte dos moradores/as? Qual a importância de tais práticas para a conservação da Mata Atlântica no entorno e no PESB? (O processo de degradação dessas áreas ao longo do tempo x a conservação das mesmas pelas comunidades do entorno).
- Qual o histórico da comunidade: nome, primeiros moradores, como viviam, se gostam etc.

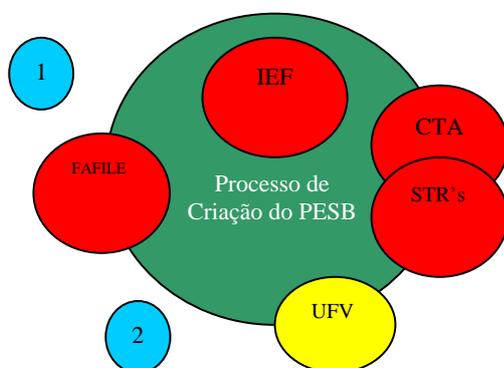
Anexo 6 – Diagramas de Venn confeccionados pelos participantes da sistematização durante as entrevistas¹³.

1. Dona Marinha da organização Paz:



- 1 = IEF
- 2 = IRACAMBI
- 3 = DEF (Alfenas e Dietz)
- 4 = Prefeituras
- 5 = CECO e CMCN
- 6 = EMATER

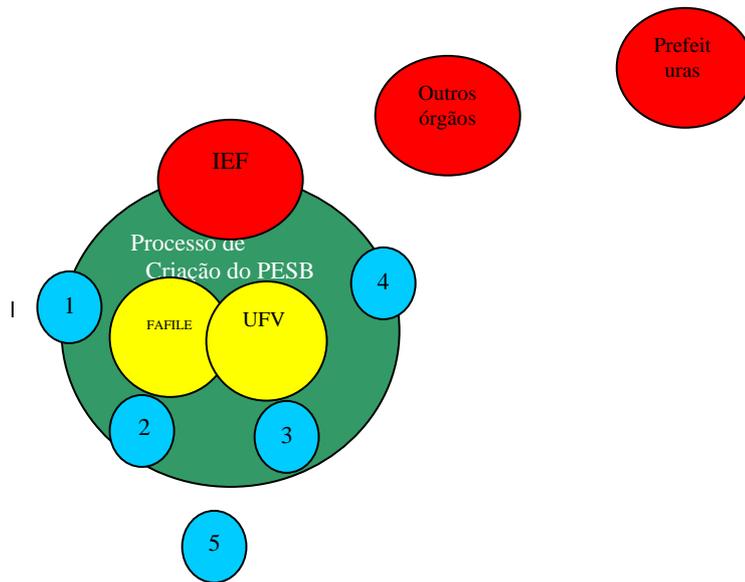
2. Seu Zezinho da organização Sol:



- 1 = Prefeituras
- 2 = CMCN

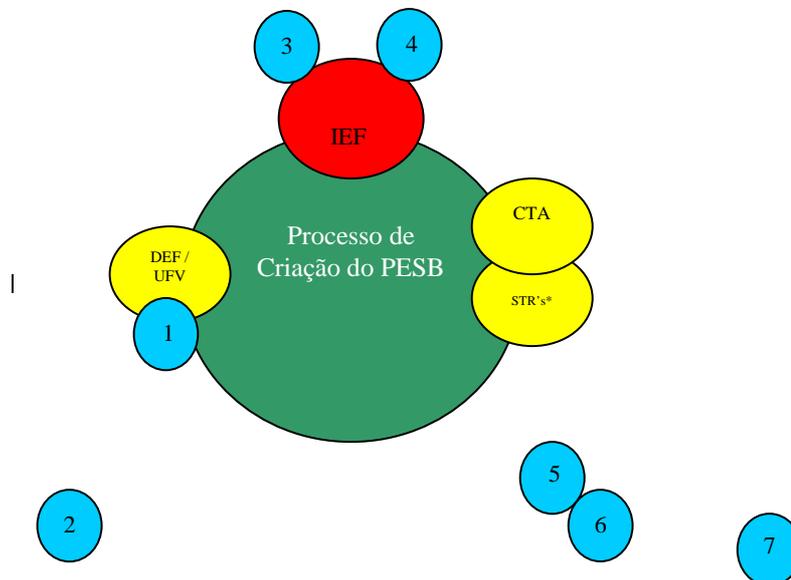
¹³ Os diagramas foram confeccionados com 7 organizações e 8 participantes inseridos no processo de sistematização; Todos os nomes utilizados para identificar os diagramas são fictícios como forma de preservar a identidade dos participantes e suas organizações.

3. Dona Arlinda da organização Terra:



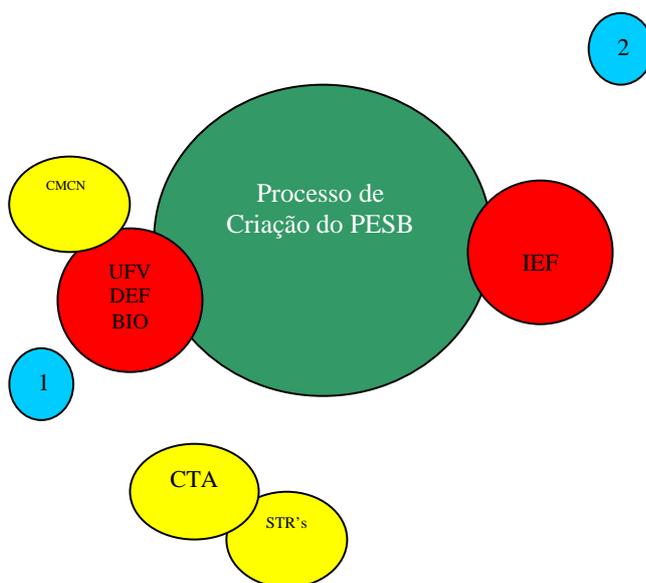
- 1 = CECO
- 2 = Bioproteção
- 3 = CTA
- 4 = STR's
- 5 = Outras ONG's

4. Seu Geninho da organização Amor:



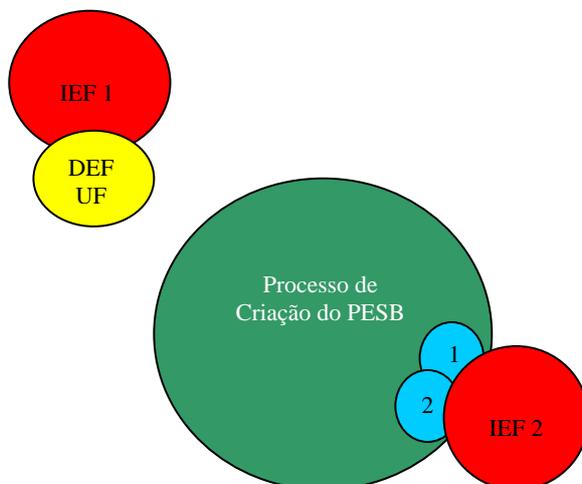
- * = alguns.
- 1 = CMCN
- 2 = UFV (atualmente)
- 3 = Conselho de Gestão
- 4 = Promata
- 5 = CECO
- 6 = Amigos de Iracambi
- 7 = Prefeituras

5. Dona Fia da organização Água:



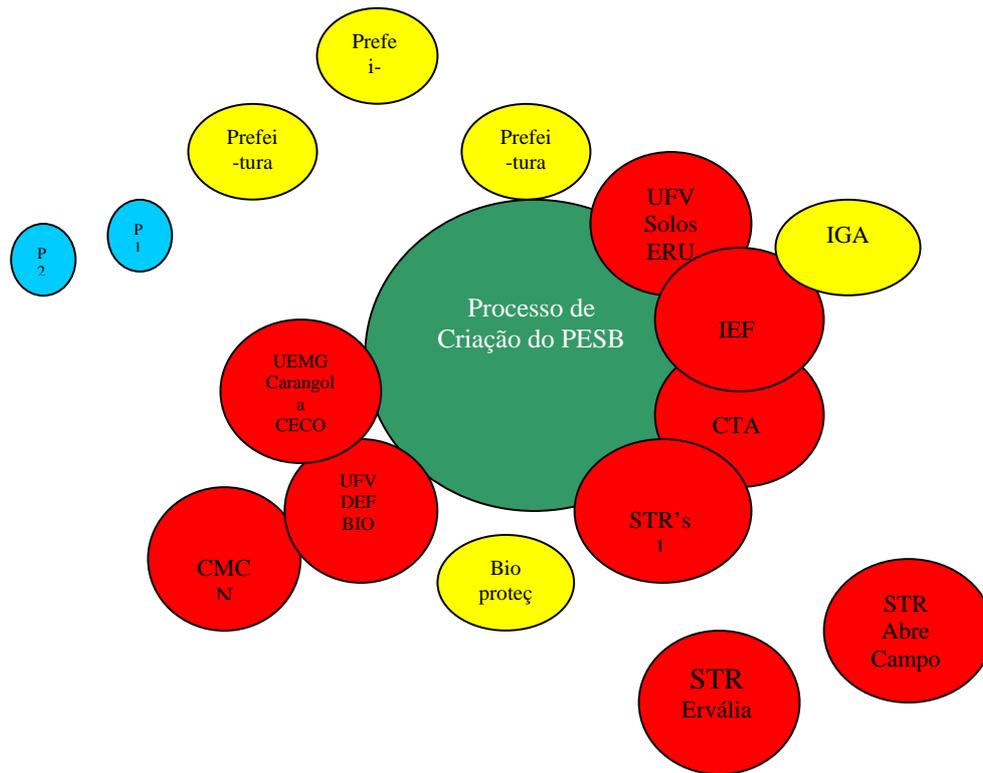
1 = UFV
2 = Prefeituras

6. Seu João da organização Alegria:



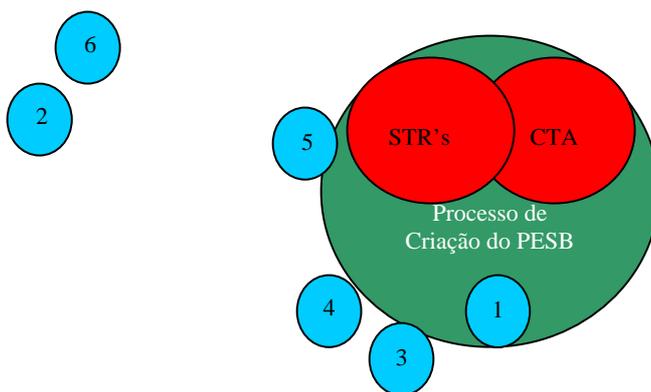
1 = CTA.
2 = STR's, Prefeituras, DPS (UFV) e Associação Regional.
IEF 1 = primeiro momento.
IEF 2 = segundo momento.

7. Dona Rosa da organização Brisa:



STR's 1 = Carangola, Araponga, Miradouro e Muriaé.
 Prefeitura 1=Araponga e Fervedouro.
 Prefeitura 2=Ervália.
 Prefeitura 3=Sericita e Miradouro.
 P1=Prefeituras de Divino e Muriaé.
 P2=Prefeitura de Pedra Bonita.

8. Seu Agenor da organização Lua:



1 = IEF
 2 = CODEMA's
 3 = FAFILE
 4 = UFV
 5 = Igrejas e CEB's
 6 = Prefeituras